UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
HUMANA

EVANDRO ANDAKU
Orientador: Prof. Dr. Armen Mamigonian

Direitos da Propriedade Intelectual e Desenvolvimento
Desigual

Versão corrigida

SÃO PAULO – SP
2016

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

EVANDRO ANDAKU

Direitos da Propriedade Intelectual e Desenvolvimento Desigual

Dissertação apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Geografia Humana.

Orientador: Prof. Dr. Armen Mamigonian

Versão corrigida

De acordo:

Armen Mamigonian

SÃO PAULO

2016

Nome: ANDAKU, Evandro.

Título: Direitos da Propriedade Intelectual e Desenvolvimento Desigual.

Dissertação apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Geografia Humana.

Aprovado em: 17.12.2015

Banca Examinadora

Prof. Dr. Armen Mamigonian - Instituição: Universidade de São Paulo
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Fabio Betioli Contel - Instituição: Universidade de São Paulo
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Elias M. K. Jabbour - Instituição: Universidade Estadual do Rio de Janeiro
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Este trabalho é dedicado aos meus pais, Yukio Andaku (*in memoriam*) e Reiko Andaku.

É dedicado também a todos os meus professores, e em particular aqueles cujas aulas ainda guardo na memória, Missao Maeda, Norma Reining, Arlindo Visceli, Benedita Quaranta, Marília Duarte, Manoel Paiva, Adalberto Julião, Antonio Benone, Ary Neves e Walkíria Darahem, no ensino fundamental e médio, e Armen Mamigonian, André Martins, Armando Correa da Silva, Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, Fabio Contel, José Bueno Conti, Maria Adélia Aparecida de Souza e Nidia Nacib Pontuschka, na Universidade.

AGRADECIMENTOS

Ao orientador Professor Doutor Armen Mamigonian, pela generosidade com que me acolheu no programa de pós-graduação, compartilhando seu imenso saber, orientando e me ajudando a estabelecer as linhas da pesquisa.

Aos professores Fabio Betioli Contel e Mario Eufrásio, membros da banca de qualificação, pelo estímulo e críticas que ajudaram a moldar e redefinir a dissertação.

Aos amigos e colegas do Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental da Universidade de São Paulo. Em primeiro lugar a Ana Elisa Pereira, pelo suporte material e imaterial, carinho e dedicação. Ao amigo Washington Silva, pelas interlocuções frequentes, pelas indicações de leituras e pelas críticas ao relatório de qualificação e ao texto de dissertação. A todos os demais pesquisadores, Breno Viotto Pedrosa, que me viabilizou o reencontro com o Professor Armen, e Lucas Ferreira pelas inúmeras conversas sobre geografia, economia política e filosofia. Ao Antonio Toledo, pelas conversas frequentes sobre a Geografia Econômica, Lucas Emerique, Priscila Lee, Pedro Mezgravis, Paul Clívilan, Kauê Lopes Santos e Targino Filho pela profícua convivência e companheirismo. Aos membros do grupo de estudos da Geografia da Circulação, Igor, Antonio, Fabio, Tiago e Jun. Aos funcionários e professores do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Ao amigo de infância Ricardo Toshio Yugue, por me chamar a atenção para a importância da metodologia. Ao amigo Marineuton Arnaldo de Souza, por me chamar a atenção, há alguns anos, para a importância dos direitos da propriedade intelectual. À amiga Professora Doutora da Faculdade de Educação Física e Esportes, Ana Lucia Padrão dos Santos, pelo incentivo e orientações sobre o fazer acadêmico. À amiga Professora Doutora Lilian Richieri Hanania, da Universidade de Paris-I, pelo incentivo e indicação de autores europeus.

Ao César Augusto Andaku, pela análise e revisão crítica de meus trabalhos acadêmicos e pelos intensos debates sobre economia.

A minha mulher Juliana Reiko Ii Andaku, pela revisão do relatório de qualificação e da dissertação e pelo acompanhamento e apoio diário dos estudos. A minha mãe Reiko, pela paciência, amor e dedicação. Ao Yves e Mônica pelo apoio constante. Ao Régis pelos livros e estímulos intelectuais. A Miryan e ao Mark pelo apoio nos trabalhos em língua inglesa. À família de Juliana pelo apoio incondicional. Ao Viktor e Matheus por me apontarem os caminhos possíveis do porvir.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela Bolsa concedida.

“A Geografia é uma ciência que corta perpendicularmente todas as demais ciências. Não há ciência que não seja Geografia”.

Armen Mamigonian

RESUMO

A presente dissertação tem como objeto de estudo o impacto dos direitos da propriedade intelectual no desenvolvimento do capitalismo e na construção de um espaço mundial desigual. O trabalho procura demonstrar que os direitos de propriedade intelectual, embora entendidos na seara jurídica como uma formulação natural para a proteção de uma criação do gênio humano, são resultados, na configuração moderna, de uma política deliberada das nações do centro do sistema capitalista e de seus grandes grupos monopolistas transnacionais. Esses direitos visam, na realidade, a manutenção da riqueza e a acumulação do capital através da cobrança de royalties no centro do sistema, gerando, em consequência, uma divisão internacional do trabalho desigual com graves repercussões espaciais. Com base na análise em perspectiva histórica dos países atualmente desenvolvidos, e na análise crítica das legislações internacionais, procura-se demonstrar que para um país progredir, tecnológica e economicamente, se faz necessária a implantação de uma política econômica que contenha o enfrentamento a esses direitos, para conseguir adquirir o conhecimento gerado no centro do sistema, copiando-os e reproduzindo-os com inovação.

Palavras chaves: Propriedade intelectual. Pirataria. Política de Estado. Desenvolvimento. Desigual.

ABSTRACT

The present paper focuses on the impact of intellectual property rights on the development of capitalism and on the construction of an uneven and different space. We search to demonstrate that intellectual property rights, although regarded almost as natural rights, designed to protect the creation of a genius mind, are, on its modern format, the results of public policies of the rich nations and its monopolist groups. These rights aim, in fact, to favor the developed nations, by aiding the maintenance of their wealth within their circles and by helping the accumulation of capital through royalties charging, generating, as a consequence, a more and more unequal world. This paper attempts to demonstrate that technological and economic development can only be achieved through an economic policy that includes the affronting of intellectual property regulation.

Key words: Intellectual Property. Knowledge. Piracy. State Policy. Development. Uneven.

LISTA DE MAPAS, FIGURAS, QUADROS, GRÁFICOS E TABELAS

MAPAS

Mapa 01 – Região Industrial de Guangdong	108
Mapa 02 – Delta do Rio das Pérolas	109
Mapa 03 – Localização das principais montadoras automobilísticas	122

FIGURAS

Figura 01 – Anamorfose da distribuição espacial das patentes segundo os países	73
--	----

QUADROS

Quadro 1 – Evolução dos Direitos de Propriedade Intelectual	52
Quadro 2 – Evolução do setor automobilístico da China	119

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Pedido de patentes dos principais países de 1980 a 2015	101
Gráfico 2 – Crescimento das vendas de caminhões pesados	122

TABELAS

Tabela 01 – Pedidos de registro das principais propriedades intelectuais	100
Tabela 02 – Patentes concedidas pelo escritório de propriedade intelectual da China.....	102
Tabela 03 – Patentes em vigor na China	103
Tabela 04 – Comparação de crescimento de patentes entre Estados Unidos e China	104
Tabela 05 – Principais requerentes de patentes da China no sistema PCT	105
Tabela 06 – Maiores montadoras em vendas na China no ano de 2011.....	117
Tabela 07 – Caminhões produzidos na China	121

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FDI – Investimentos Estrangeiros Diretos; em inglês *Foreign Direct Investments*

GATS – Acordo Geral de Tarifa e Comércio; em inglês *General Agreement on Trade and Services*

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

INPI – Instituto Nacional da Propriedade Intelectual

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OMC – Organização Mundial do Comércio

OMPI – Organização Mundial da Propriedade Intelectual

ONU – Organização das Nações Unidas

PCT – Tratado de Cooperação de Patentes; em inglês *Patent Cooperation Treaty*

TIB – Tecnologia Industrial Básica

TRIPS – Acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio; em inglês *Agreement on Trade Related Intellectual Property Rights*

UNCTAD – Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
PRIMEIRA PARTE	
GENESE DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DESIGUAL	13
Capítulo 1 - Direito e Geografia – uma interlocução necessária	13
1.1 Breve abordagem metodológica	20
Capítulo 2 - O desenvolvimento econômico e a história dos direitos da propriedade intelectual	23
2.1 Inglaterra	25
2.2 Estados Unidos da América	26
2.3 Suíça, Alemanha e Holanda.....	29
2.4 Japão	30
2.5 Coréia do Sul	31
2.6 França	33
Capítulo 3 - Um pequeno mundo desenvolvido em oposição a um grande mundo à margem	35
Capítulo 4 - Os ciclos econômicos e o final do século XIX	38
Capítulo 5 - Uma breve abordagem teórica	42
5.1 Karl Marx	42
5.2 Vladimir Lenin	45
5.3 Max Weber	48
2 SEGUNDA PARTE	
DIREITOS DA PROPRIEDADE INTELECTUAL NO AMBIENTE POLÍTICO E ECONÔMICO DO PERÍODO TÉCNICO CIENTÍFICO INFORMACIONAL.....	50
Capítulo 7 - O Final do Século XX	50
Capítulo 8 - Período da Hegemonia Americana e a atuação do Estado	52
Capítulo 9 - A ação dos grupos de interesses	55
Capítulo 10 - A ofensiva americana e européia através dos tratados bilaterais	58
Capítulo 11 - Neoliberalismo e Globalização	59
Capítulo 12 - Direito Internacional e a Propriedade Intelectual	64
Capítulo 13 - Contexto e Conceitos dos direitos de propriedade intelectual	69
13.1 Patentes	72
13.2 Marcas	74

13.3 Direitos Autorais e Conexos	75
13.4 Cultivares de Plantas	76
13.5 Outras propriedades intelectuais	77
13.6 Conhecimentos tradicionais	78
 Capítulo 14 - Atual configuração dos direitos da propriedade intelectual - Uma abordagem crítica	 79
14.1 Questionando a eficácia da patente	82
14.2 Uma visão crítica das marcas	85
14.3 A apropriação privada da vida	87
 Capítulo 15 - Litígios Globais envolvendo direitos de propriedade intelectual	 89
 Capítulo 16 - Linhas auxiliares de proteção da propriedade intelectual: as barreiras técnicas e a proibição da engenharia reversa	 92
 3 TERCEIRA PARTE	
O DESENVOLVIMENTO DA CHINA	98
 Capítulo 17 - A China hoje, país detentor de propriedades intelectuais	 98
 Capítulo 18 - A gênese do desenvolvimento chinês	 106
 Capítulo 19 - A indústria automobilística chinesa	 113
19.1 História da indústria automobilística	113
19.2 Perspectivas da indústria automobilística	119
 CONCLUSÃO	 123
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	 126

INTRODUÇÃO

Os Direitos da Propriedade Intelectual são, notoriamente, os direitos mais presentes na vida de qualquer pessoa no mundo atual. Somos cercados de objetos, e não mais de coisas, como éramos no período natural, assevera Milton Santos (1996), que denomina nossa época de período técnico-científico-informacional. Milhões de pessoas ao redor do mundo acordam de manhã ao toque de despertar de um telefone celular, fabricado sob a licença de aproximadamente trezentas patentes. Tomam um café produzido em um *terroir* protegido por uma indicação geográfica de origem, registrada na agência de propriedade industrial. Vão ao trabalho com um automóvel, cujo design não pode ser copiado por um concorrente. Passam o dia trabalhando em frente a um computador, cujo software tem proteção autoral por trinta anos, embora sua defasagem ocorra em cinco anos. Saem para o almoço e bebem um refrigerante de uma marca registrada. Comem um arroz produzido pela melhora da semente pertencente a uma transnacional protegida por um direito denominado “cultivares”, acompanhado de um bife de um animal cuja manipulação genética deu ao seu “inventor” direitos de biotecnologia. Voltam para casa e terminam o dia assistindo a um programa televisivo cuja transmissão é protegida por direitos autorais conexos.

Todos esses direitos, exemplificativamente mencionados, que rodeiam as nossas vidas, constituídos de patentes, indicações geográficas, marcas, design, direitos autorais, cultivares, biotecnologia, entre outros, vêm de longa data. A patente de invenções é conhecida desde a Veneza Renascentista, mas na sua configuração moderna, assim como os demais direitos, vêm desde o momento em que as nações que passaram pelo processo das revoluções industriais ao longo dos séculos XVIII e XIX perceberam, ao final deste último século, que não podiam compartilhar esses saberes com as outras nações gratuitamente, e que a cobrança de pagamentos para a obtenção desses saberes era uma forma de acumular capital. A criação desses direitos ajudou a criar, e manter, um mundo dividido entre nações desenvolvidas e não desenvolvidas, e conseqüentemente em nações pobres e ricas. Mais recentemente, ao iniciar o último quarto do século XX, as nações ricas e os organismos internacionais sob a tutela daquelas voltaram a reformular esses direitos tornando-os mais rígidos, abrangendo outras áreas do saber e procurando estabelecer mecanismos para tornar mais eficaz o cumprimento desses direitos. Sabiam essas nações que a expansão do capitalismo demandava a produção de um espaço desigual. Conforme o capitalismo se transforma e a atividade lucrativa passa a ser a da especulação financeira, repassando a

atividade fabril para as nações em desenvolvimento, também os direitos da propriedade intelectual deveriam ser aperfeiçoados. Para manter seu poder de instrumento da acumulação, esses direitos foram expandidos e intensificados. Esses direitos são, em nosso entendimento, limitativos da liberdade humana, limitativos das possibilidades criativas, e limitativos, na configuração atual, naquilo que é essencial para a possibilidade de diminuição das desigualdades econômicas e sociais, entre países, empresas e grupos de pessoas.

Para demonstração de nosso argumento, utilizamos a primeira parte para dissertar sobre o modo como as nações atualmente desenvolvidas se desenvolveram através de suas políticas industriais e piratarias tecnológicas, com uma fundamentação teórica do período. Para tanto, fazemos antes uma abordagem da necessária aproximação entre o Direito e a Geografia, e em especial, dos Direitos da Propriedade Intelectual e a Geografia Econômica, com uma breve abordagem da Metodologia.

Em seguida, na Parte II, passamos a abordar a história e construção desse ramo do conhecimento jurídico denominado de Direitos da Propriedade Intelectual, a definir essas propriedades conforme conceituados pela doutrina jurídica e fazendo, em seguida, uma análise crítica de sua configuração atual. Na mesma seção abordamos o Direito Internacional e o modo como se entrelaça, no tempo presente, com os direitos internos de cada país, formando um único e eficiente conjunto de normas a reger as vidas das pessoas e das nações.

Analizamos também o contexto histórico do final do século XX, ou mais precisamente a fase depressiva longa da economia conforme estudado por Kondratieff, em comparação com a fase depressiva do século anterior, momentos fundamentais em que se deram a formulação dos direitos da propriedade intelectual na configuração moderna e seu enrijecimento. Abordaremos alguns outros mecanismos que são utilizados em apoio à proteção do acervo de conhecimentos e tecnologias adotadas pelos países centrais como as padronizações e as barreiras técnicas.

Finalmente tomamos o caso da China, na Parte III, procurando mostrar que é o país que mais se desenvolve hoje, o fazendo através da reprodução da cópia com inovação, desrespeitando a propriedade intelectual tal como concebida pelo Ocidente. Os litígios e números estatísticos relativos à propriedade intelectual são também objetos de análise nesta última seção, juntamente de um panorama da indústria automobilística chinesa, como exemplo prático para demonstração do argumento teórico desenvolvido nesta dissertação.

PRIMEIRA PARTE

GÊNESE DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DESIGUAL

Capítulo 1 – Direito e Geografia – Uma interlocução necessária

O Estudo de temas do Direito na Ciência Geográfica não é destituído de pertinência. Conforme aponta Souza (2013) encontramos, desde a década de 1980, estudos que procuram conciliar esses dois ramos do saber, principalmente nos países de língua francesa e inglesa. Destaca que a maioria dos autores situa o início mais remoto desta interface entre o Direito e a Geografia em Montesquieu. No entanto, entre os clássicos da Geografia, importante é a lembrança do nome de Maximilien Sorre. Enquanto aquele pensou a relação com base na territorialização diferenciada das legislações, este entendeu o Direito como um instrumento a mais na análise geral do espaço geográfico.

Em princípio, a norma jurídica é constituída para aplicação em determinado território e é, portanto, em si mesma, um fenômeno geográfico. Este o pressuposto em Montesquieu e muitos outros autores. Mas aqui adotamos um outro enfoque. Para Santos (1956), em referência a Maximilien Sorre, há um cinetismo no Direito, um fenômeno de transmutação, uma migração das leis, que se reflete em movimento e não em imobilidade. Sorre constrói sua obra buscando métodos de trabalho e de análise em outros ramos do saber de áreas afins, como a biologia, mas também na sociologia e nas ciências políticas, conforme aponta Megale (1984). De sua diversidade de análise, porém, reafirma a unidade da Geografia. Sendo o Direito um ramo das ciências sociais e políticas, torna-se ele assim também um instrumento de análise do espaço. Em tempos de conexões tão fluídas a que alguns chamam de “globalização”, o estudo do direito, notadamente do Direito Internacional se mostra ainda mais premente.

Jean Brunhes (1962) via o estudo da geografia como o estudo de diversos fatores que se conectam entre si, e formulou o que chamou de princípio da conexão como um dos princípios que deveriam dominar o estudo geográfico¹. Brunhes (1962) entendia que conforme as sociedades se tornavam mais complexas, mais se tornava complexo o estudo da geografia, que deveria ir das atividades básicas e chegar à geografia da história.

Andre Cholley (1964) formulou a teoria da “combinação de complexo” entendida estas como convergências de diversos fenômenos que devem ser estudados pela Ciência

¹ Para Brunhes o outro princípio era o da atividade. Esses dois princípios estavam ligados uma vez que o princípio da conexão deveria conectar todas as atividades do homem e da natureza em um estudo conjunto.

Geográfica porque se constituem, em combinação uns com outros, em aspectos a serem levados em conta na análise da realidade. Para Cholley (1964, p. 143) trata-se de “combinação de complexo, expresso, essencialmente por fenômenos de convergência” e algumas combinações, como aquelas que têm a interferência do homem, são ainda mais complicadas. Para o geógrafo francês: “O exercício da atividade industrial nos revelaria, igualmente, combinações organizadas pelo homem” e que nessas combinações “os elementos propriamente humanos como organização do trabalho, técnica, mão de obra, assumem rapidamente primeiro lugar”.

Ricardo Mendes Antas Jr que também tratou de tema relacionando o Direito e a Geografia, ressalta o papel de Sorre como inspiração e guia para seu trabalho² e informa que: “Isto posto, procuramos demonstrar que o espaço geográfico é fonte material e não formal do direito, sem ignorar o fato inequívoco de que a norma jurídica é um elemento central na produção dos territórios” (ANTAS JR, 2005, p. 37).

Entendemos, assim, que o direito é um fator que se conecta com vários elementos que compõe a paisagem e é ainda um instrumento que com outras combinações fazem a produção do espaço.

Como fenômeno que, em nosso entender, ajuda a explicar a dicotomia existente entre países desenvolvidos, ou denominados de centrais, e países não desenvolvidos, ou periféricos, está o chamado Direito da Propriedade Intelectual, mecanismo de proteção do desenvolvimento em favor dos países que, na era do capitalismo industrial e financeiro, tomaram a dianteira do poderio militar, econômico e tecnológico.

Em virtude de suas diversas espécies e ramificações que são dadas pelos juristas, utilizamos, em geral, o plural para os direitos de propriedade intelectual, aqui entendidos os direitos autorais, os direitos industriais como o de marcas e patentes, e os demais que são também por vezes especificamente mencionados, que se afirmaram com força no final do século XIX como consequência lógica das revoluções tecnológicas ocorridas no centro do sistema capitalista, com o objetivo de proteger o acervo de técnicas e conhecimentos ali desenvolvidos. O enrijecimento e a extensão desses direitos a outros ramos de atividades ocorridas ao longo do século XX, principalmente no último quarto, coincidem também com uma nova revolução tecnológica em andamento. A proteção jurídica intelectual abarcou outros ramos da vida cotidiana, se estendeu então a novos conhecimentos como biotecnologia, ao cultivares de plantas, softwares, circuitos integrados, bem como remodelou a proteção a

² Tese de doutoramento defendida no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo com o título “Território e Regulação: espaço geográfico, fonte material e não-formal do direito”.

conhecimentos já antigos, como as indicações geográficas de produtos (vinhos, azeites, queijos, etc).

Esse aumento da proteção normativa vem acompanhado também por uma legislação mais rigorosa e com instrumentos mais eficazes de fiscalização. Observamos que, contraditoriamente ao discurso do centro do sistema que passa a pregar o discurso neoliberal da livre concorrência, os países centrais, sobretudo os Estados Unidos iniciam nesse período uma ofensiva para a adoção de medidas de proteção da propriedade intelectual em claro comportamento protecionista, culminando em 1994 com a imposição do “Acordo Sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio” (ou Acordo “Trips”, sigla oriunda das iniciais da denominação em inglês³) um regime jurídico global de propriedade intelectual de notória uniformidade para todo o globo, em desconsideração à diversidade de características e de estágios de desenvolvimento dos países.

Essa política não é sem razão se tivermos em mente a teoria dos ciclos econômicos, conforme estudados por Nikolai Kondratieff, segundo a qual há na economia ciclos de aproximadamente 50 anos sendo de 25 anos de crescimento econômico alternados com fases recessivas de 25 anos, que ajudam a entender a dinâmica econômica que perpassa os períodos de inovação tecnológica e explicam o porquê das políticas dos países centrais no enrijecimento dos direitos da propriedade intelectual.

No caso do final do século XIX quando se estabelecem a Convenção de Paris para a proteção da propriedade industrial (1883) e de Berna, para a proteção dos direitos autorais (1886), os países que promoveram as Convenções tinham o claro propósito de proteger o conhecimento e as novas tecnologias que surgiram com as revoluções industriais inglesas e a revolução francesa e começam a se expandir pelo mundo com o imperialismo. Essas Convenções são firmadas no período entendido como a fase “B”, que é uma fase econômica depressiva (em oposição a uma fase “A” de crescimento), do segundo ciclo estudado por Kondratieff (1935).

No caso do enrijecimento dos direitos da propriedade intelectual nos anos das décadas de 1970 a 1990 encontramos novamente uma coincidência do novo período de proteção da propriedade intelectual com uma nova fase “B” do que se pode denominar de quarto ciclo de Kondratieff, conforme entendeu Ignácio Rangel (1981), para quem a crise do petróleo em 1973 marcaria o início dessa fase.

³ Em inglês, conforme é conhecida mundialmente, *Trips Agreement*, ou *Agreement on Trade Related Aspects on Intellectual Property Rights*.

Podemos caracterizar as diferenças dos regimes de propriedade intelectual entre aquele do final do século XIX com este resultante do final do século XX pela intensidade e extensão. O regime internacional instaurado com a Convenção de Paris teve como cláusula mais importante o tratamento entre nacionais e estrangeiros (a proteção dada por um país a uma pessoa nacional deveria ser estendida em iguais condições ao estrangeiro). E teve, primordialmente, dois objetivos, segundo Reiss (2010). O primeiro era evitar a perda da proteção para invenções que fossem antes publicadas ou expostas em feiras internacionais e o segundo objetivo era harmonizar, em algum grau, as diversas legislações dos países. Estabeleceu assim o direito de prioridade, segundo o qual, ao registrar uma patente em um país signatário da Convenção, o inventor teria preferência e prioridade para registrar em outro. O regime definiu ainda regras comuns para marcas, patentes e concorrência desleal e instava os países a criar uma entidade estatal para gerir a propriedade industrial.

Já o regime do final do século XX, cristalizado com o mencionado Acordo Trips de 1994, foi justificado como uma necessidade em vista da falta de definição de direitos substantivos mínimos e a falta de instrumentos de coerção para proteção desses direitos. Diversos outros instrumentos normativos foram usados a partir dos anos setenta do século passado, principalmente em acordos bilaterais, onde os países mais ricos impõe regimes de propriedade intelectual que vão além do estabelecido no Trips, denominado-se estes em Triplus. O regime desse período se caracteriza ainda como um recrudescimento em intensidade, através do alargamento de definições de velhos conceitos jurídicos, como, por exemplo, o aumento da proteção da marca empresarial e o processo de “*branding*”, com a qual a publicidade e o marketing, em estudos qualitativos de mercado, constroem a marca, trazendo-a para o centro da economia.

O recrudescimento dos direitos da propriedade intelectual ao final do século XX se deu ainda na sua extensão. Novas figuras de direitos foram incorporados ou ressuscitados. As Indicações Geográficas, embora usadas quase como uma marca por longo tempo e constante já da Convenção de Paris, tinham uma regulamentação praticamente regional, mas apareceram como propriedade intelectual de âmbito global, impedindo produtores de vinho espumante de fora da região francesa de Champagne, de usar esta denominação para suas bebidas, por exemplo. Cultivares de Plantas, Biotecnologia, Circuitos Integrados, novas modalidades de direitos autorais, todas as pesquisas essenciais passaram a ser protegidas. Tenta-se, principalmente nos Estados Unidos, se patentear e proteger elementos genéticos, que a rigor, sendo a própria vida, são patrimônio da humanidade e insuscetíveis de apropriação privada, por não se tratarem de verdadeiras “invenções”.

Parece-nos enfim que, mais que plausível, é possível de demonstração o nosso argumento de que os direitos da propriedade intelectual não decorrem de uma necessidade de se proteger a criação intelectual para estimular a pesquisa e o desenvolvimento econômico como um todo. Os direitos da propriedade intelectual decorrem, antes de tudo, de uma necessidade de dar fundamentação jurídica à política econômica de proteção ao monopólio, ou do império dos países centrais, se constituindo, portanto, em um poderoso instrumento da construção desigual do espaço global.

Trata-se assim, portanto, de claro tema a ser enfrentado em Geografia Econômica porque se coaduna com uma obra que é fundamental para entender a configuração do espaço mundial que é a obra de Lenin denominada “Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo”. Os direitos da propriedade intelectual são um dos mecanismos centrais para o entendimento do capitalismo moderno e sua consequência espacial na medida em que determina uma influência direta sobre quais atores terão acesso ao conhecimento da técnica na indústria, ao uso das marcas no comércio e aos direitos de autor nas artes e na indústria do entretenimento. Lembramos que Lenin menciona, no referido texto, o direito de patentes como instrumento poderoso das companhias, que começam então a ser monopolistas e transnacionais, para frear a concorrência alheia. Não se pensava, na época, nesse conjunto de regras do que hoje se denomina de direitos de propriedade intelectual⁴.

Para Santos (1976, p. 20-21) “A organização econômica, política e social do centro se reflete na periferia” mas “o espaço não é alcançado de uma forma homogênea pelos vetores originados nos centros”.

Observamos assim que o estudo de tema jurídico, que é originário do centro do sistema capitalista, de profunda e grave repercussão econômica e espacial, pode e deve receber atenção da ciência geográfica. Conforme apontam Ronald L. Martin e Peter J. Sunley, em texto que abre a Coleção “Economic Geography – Critical Concepts in the Social Sciences” sobre a evolução da disciplina⁵:

Há muito se tem discutido sobre como evoluem as disciplinas, e como o corpo de idéias e conhecimento empírico, que define uma disciplina e em torno do qual seus seguidores gravitam, mudam e a avançam através do tempo. O que é claro é que as disciplinas não simplesmente evoluem de uma

⁴ Os direitos de marcas e patentes recebiam, e ainda recebem por alguns autores o conceito de direitos industriais, enquanto os direitos autorais se classificavam como um ramo do direito civil (Bittar 2008).

⁵ Tradução do autor. No original: *There has long been discussion over how academic disciplines evolve, and how the corpus of ideas and empirical knowledge, which defines a discipline and round which its followers gravitate, changes and advances through time. What is clear is that disciplines do not simply develop in a steady, incremental and cumulative manner.*

maneira estável, incremental e cumulativa. (MARTIN, SUNLEY. 2008, p. 3).

E encontramos nesta coleção, embora voltados para a região, estudos abordando a importância do conhecimento e das inovações para o desenvolvimento, como temas de geografia econômica (Morgan, K. “*The learning region: institutions, innovation and regional renewal*”; Howells, J.R.L. “*Tacit Knowledge, innovation and economic geography*”; Cooke, P. “*Regional innovation systems, clusters and the knowledge economy*”; Florida, R. “*The creative economy*”). Temas estes que, embora sem abordagem direta, guardam clara identificação com o tema da propriedade intelectual que aqui abordamos.

Nos idos de 1970, Keeble, D.E (1975, p.72), em compêndio de Chorley e Haggett, alertava para a pouca exploração dos geógrafos em temas de desenvolvimento econômico, considerando a importância da questão, que gerava um padrão de desenvolvimento desigual espacialmente, tanto interna quanto internacionalmente. Afirmava que outras áreas do conhecimento, como a história, a sociologia, a política e a economia, já haviam despertado para esta análise, depois da Segunda Guerra Mundial.

Keeble, D.E. (1975) dissecou os modelos de desenvolvimento econômico surgidos com a preocupação de se entender os países mais “atrasados”, classificando esses estudos em modelos não espaciais e em modelos espaciais. Os modelos espaciais procuram explicar as diferenças regionais a partir da renda, a partir dos produtos de exportação básica da região, ou a partir ainda de análises matemáticas. Todavia, esses modelos espaciais, conforme análise de Keeble sobre diversos autores, levam em conta mais a importância da região (existência de recursos naturais, matérias primas, proximidade com centros mais desenvolvidos, etc) como causa das diferenças do que como consequência também de fatores exógenos, emanados de uma política e legislação de âmbito internacional, que é o que propomos neste trabalho.

Raul Prebisch, contrariando teorias de sua época de que o comércio estimularia o crescimento e provocaria o nivelamento dos países participantes, passa a ter uma postura mais crítica. Para Keeble:

O mais influente destes economistas é, provavelmente, Prebisch (1950 e 1959), que aperfeiçoou o que pode ser chamado de modelo “centro-periférico” de desenvolvimento econômico internacional. Embora em escala mundial as “linhas de contorno da desigualdade econômica internacional” (Briggs, 1965, pág. 15) identifiquem evidentemente o centro como a zona de economias altamente desenvolvidas que se estende da Rússia Européia até os Estados Unidos e o Canadá, os termos “centro” e “periféricos” são, como acentuam Friedmann e Alonso (1964, pág. 211), “mais do que uma descrição de posição geográfica”. Elas sugerem ainda “um conjunto de relações estruturais que mantém a periferia em subordinação quase permanente ao

coração urbano-industrial” (Friedmann e Alonso, 1964, pág. 211) (KEEBLE, 1975, p. 98).

Entendimento este em apoio ao nosso argumento que é o de que os direitos da propriedade intelectual são instrumentos essenciais na manutenção da ordem econômica vigente, além de ter tido um papel na construção do capitalismo que ajudam a entender a existência de um sistema em que se tem um centro desenvolvido, rodeado por uma periferia em atraso, configurando assim a construção e reprodução deliberada de um espaço mundial desigual. Ou em outros termos, os direitos da propriedade intelectual são poderosos instrumentos de uma divisão internacional do trabalho intencionalmente desigual.

A imposição deste sistema de proteção em favor dos países centrais se dá mediante, entre outros instrumentos, pelo direito, como vemos, e também por outros instrumentos como a política de barreiras técnicas, pela promoção do que se chama de “globalização” e a imposição dos processos de privatização, nos quais as empresas transnacionais competem com mais vantagens na compra de fábricas e marcas. Instrumentos estes apresentados, porém, de forma dissimulada, mediante o discurso neoliberal, conforme aponta Ha Joon Chang, especialmente em sua obra “Chutando a Escada”, para quem os países centrais adotam uma prática para si diferente do discurso liberal que propagam ao resto do mundo.

Acreditamos assim que o presente trabalho atende aos requisitos de um estudo de ciência geográfica, nos termos do que entende Fabio Betioli Contel. Para o autor (CONTEL, 2007, p. 3) “Todas as áreas do conhecimento possuem pressupostos conceituais e categorias, assim como uma história e uma tradição discursiva que conferem a cada uma um lugar no concerto das ciências”. E ao apresentar as categorias da disciplina trabalhadas em sua tese fala do espaço geográfico, e sendo este o espaço que contém “uma forma, uma extensão, mas que possui conteúdos técnicos, normativos, econômicos, sociais, etc.”

Não temos dúvidas em afirmar que os direitos das propriedades intelectuais que pretendemos abordar são conteúdos normativos que procuram proteger a técnica, ou as técnicas. A “patente” protege a invenção que muda a relação do homem com o seu meio. O “desenho industrial” aperfeiçoa aquela relação. As “indicações geográficas” protegem o fazer de uma determinada cultura de uma determinada região. O “cultivar de plantas” protege a técnica desenvolvida para aperfeiçoamento de um alimento ou de uma planta ornamental. As “marcas” protegem os objetos técnicos distinguindo-os de outro similar. Os “direitos autorais” protegem uma obra que contém um saber ou uma expressão artística. A proteção desses

direitos pelo meio da norma, portanto, tem clara influência sobre o espaço, na medida em que impede o compartilhar livre das técnicas, do saber e do fazer artístico. Com os direitos intelectuais sobre a biotecnologia se procura “patentear” até a própria vida, alienando o homem de seu próprio corpo. Como afirma Contel (2007, p. 4), citando Marcel Mauss, as técnicas são sempre técnicas sociais. Estas técnicas, corporais, de consumo, de produção, de transporte, “já que mediam também as relações dos atores entre si, são hoje importante elemento de poder”.

Em seguida Contel (2007, p. 6) menciona Milton Santos, que trouxe a “ação humana” como constituinte da concepção de espaço para quem “tanto as ações quanto os objetos técnicos são dotados de extrema intencionalidade, que nos permite analisá-los de forma indissociada”.

Parece-nos correto afirmar, portanto, que o estudo aqui elaborado se encaixa dentro da disciplina da geografia, na medida em que a normatividade da propriedade intelectual é carregada de intencionalidade (para nós para preservação da técnica e do saber em mãos das empresas transnacionais e dos países centrais) com claras repercussões espaciais. Ou, no dizer melhor de Contel (2007, p. 7), “Uma norma jurídica pode autorizar (ou não) que um evento histórico se geografize na parcela do espaço sobre a qual ela tem poder de regulação”.

Enfim, entendemos, sem questionar que razões locais influenciam no processo de desenvolvimento, em âmbito global os ditames internacionais dos direitos de propriedade intelectual são fatores exógenos que precisam ser aclarados para se entender o desenvolvimento desigual.

1.1 Breve abordagem metodológica

Admitimos que a utilização de autores de tendências diversas e de áreas diversas como da Geografia, da História, do Direito, da Economia, das Ciências Políticas e das Relações Internacionais, como o fazemos no presente trabalho, traz o risco de uma simbiose desconexa e sem sentido, correndo o risco de uma multidisciplinaridade sem integração, ou de uma interdisciplinaridade frágil. “Não há interdisciplinaridade que possa ser aplicada a uma colcha de retalhos” afirma Santos (2004, p. 133). Porém, nesse estudo de Geografia Econômica, a compreensão da gênese do fenômeno jurídico estudado é de fundamental importância e demandava, de alguma forma, o concurso de saberes dessas outras ciências.

E a compreensão da gênese, passagem obrigatória em qualquer estudo de

geografia, se faz premente também porque enfrentamos aqui alguns obstáculos. Em primeiro lugar porque no campo jurídico, a posição majoritária sobre a propriedade intelectual é no sentido oposto ao do que aqui se procura demonstrar. A corrente majoritária entende que os direitos da propriedade intelectual são necessários ao aprimoramento das artes, das ciências e da economia (BITTAR 2008, COELHO 2002, PIMENTA 1998, PIMENTEL 1999, SCUDELER 2014). Por outro lado, os poucos autores que se posicionam de maneira crítica ou contrária aos direitos da propriedade intelectual o fazem para um ramo específico desses direitos, como ao Direito Autoral, por exemplo (SMIERS, 2011). Por isso se impõe uma análise de alguns países que hoje compõem o que hoje se conhece como o centro do sistema capitalista, para contextualizar a criação desses direitos em uma perspectiva histórica.

No campo da Economia, uma dificuldade existente também se dá em razão dos estudos sobre desenvolvimento e crescimento econômico focarem essencialmente apenas um ramo das propriedades intelectuais, em geral o das patentes. A menção a autores de tendências e escolas diversas, por outro lado, a nosso ver, não invalida os pressupostos deste trabalho. Antes, de muitas formas, convergem. Nelson (2006) demonstra que não há conclusão segura sobre a eficácia do sistema de patentes para o desenvolvimento econômico. No mesmo sentido as conclusões de Auriol e Biancini (2009). Quando Lenin (2014), marxista, afirma que o monopólio que advém das patentes faz desaparecer, ainda que temporariamente, o estímulo ao progresso técnico, está, de alguma forma, questionando criticamente o sistema.

Autores das Ciências Políticas alinhados com o Realismo Político como Nye (2002), que afirma que o caminho dos Estados Unidos para a supremacia passa por políticas públicas conjugadas com outras nações sobre algumas bases comuns, ao lado de autores da chamada Escola Inglesa como Hurrell, que aponta o advento de um outro equilíbrio no jogo do poder mundial com o avanço da China, convergem para o reconhecimento de que não há inocências ou bondades no jogo entre nações, em especial entre as nações ditas desenvolvidas e aquelas hoje tidas como emergentes.

Sendo a propriedade intelectual, de certa forma, um tema novo na pesquisa geográfica, embora já abordado com outras ênfases por alguns pesquisadores (TOZZI, 2012), o desafio de construção do trabalho não haveria de passar por apenas uma linha de pensamento. O ecletismo filosófico se impunha desde o início como tentativa de integrar contribuições diversas.

Diante do destacado crescimento econômico da China nas últimas décadas, e mais notório ainda crescimento de suas propriedades intelectuais, a análise de dados quantitativos se mostra um caminho necessário à demonstração do postulado principal deste trabalho. Os

dados relativos às propriedades intelectuais que observamos no caso chinês, bem como os dados relativos a sua indústria automobilística retratam uma realidade empírica difícil de ser negada. Santos (2004, p. 73) afirma que “A quantificação representa apenas um instrumento ou, no máximo, o instrumento”. E, apesar de ressaltar que a construção teórica continua o fundamental, assevera que “Não existe oposição real entre quantitativo e qualitativo”.

Este enfoque sobre a China serve ainda como modo de circunscrever o tema para um país específico, para um ramo específico de sua indústria (automobilística) com o fim precípua de uma territorialização do fenômeno de uma forma um pouco mais aprofundada em comparação ao abordado no caso dos demais países estudados nesta história do desenvolvimento econômico.

Alguns outros caminhos poderiam ser tomados no curso da presente dissertação. Interessante a proposta de Tozi (2012) que trabalha os conceitos da rigidez normativa e flexibilidade tropical voltando a atenção para a questão da pirataria, entendida esta como o desrespeito à propriedade intelectual, focando nos objetos técnicos da era da dita globalização. Interessante porque coloca seu objeto sobre o território e enfrenta a questão da difusão da pirataria nos circuitos da economia segundo a definição de Milton Santos.

No entanto, o foco aqui empreendido visa a demonstração de que os sistemas jurídicos de propriedade intelectual, antes de serem políticas públicas voltadas para o desenvolvimento de um país, é antes um instrumento do capital para seu desenvolvimento coordenado que necessariamente deve ser desigual. Pretendeu-se demonstrar que a divisão centro-periferia tem sua gênese determinada por poderosos instrumentos sofisticados sob o manto da legalidade. Para perseguir essa demonstração uma pesquisa sobre instituições e instrumentos políticos como o lobby ou o debate sobre o papel do Estado no dinamismo econômico são feitos ao longo do trabalho, bem como os contextos em que são desenvolvidos esses instrumentos, como o estudo do neoliberalismo e do movimento- momento que recebe o nome de globalização.

Por outro lado não se pretendeu adentrar os meandros da geografia das indústrias que era outro rumo possível. Procurou-se se concentrar neste trabalho nos aspectos políticos que fizeram com que o capitalismo subordinasse a ciência a seus imperativos de expansão e concentração para um desenvolvimento territorialmente desigual. E como essa subordinação gerou os mecanismos jurídicos a que se denominou de direitos da propriedade intelectual. Não estamos, portanto, a negar outros fatores importantes no desenvolvimento inicial da indústria, como a localização das minas de carvão ou a acumulação de capitais. Nem tampouco a desigualdade entre nações nos estágios de desenvolvimento econômico já

delineada em épocas anteriores⁶. Focamos a pesquisa a partir da era industrial, período de tempo já suficientemente longo para a pesquisa. Observando que a industrialização era um fenômeno concentrado e pequeno no mapa mundial, emprestamos de Pierre George o fundamento para focamos no aspecto jurídico do progresso técnico:

Aliás, se no começo do período industrial pareceu que a indústria só podia desenvolver-se na proximidade imediata das bases de produtos ponderosos e em particular das bases carboníferas, os progressos técnicos tendem a libertar cada vez mais a indústria dessas limitações geográficas, enquanto que as necessidades de atividades e de produtos industriais são capazes de criar ditames bem mais autoritários (GEORGE, 1963, p. 8).

Por fim, ressaltamos que são utilizadas ao longo do trabalho as denominações de países centrais, países do centro do sistema ou países desenvolvidos, em oposição a países em desenvolvimento ou países periféricos, cientes que se tratam ainda de instrumentos eficientes de análise para o entendimento da configuração do espaço mundial. Tendo o foco essencialmente sobre aquilo que acreditamos seja um dos instrumentos do capitalismo na construção e manutenção de um espaço desigual, o trabalho não se dedica a debater ou aprofundar tais denominações ou conceitos, posto que o entendimento de que há países dotados de um estágio avançado de desenvolvimento econômico e tecnológico onde ocorre a maioria das inovações tecnológicas, comparando-se aos demais países, nos parece suficiente para sustentar os pressupostos da pesquisa.

Capítulo 2 – O desenvolvimento econômico e a história dos direitos da propriedade intelectual

Chang (2004) se dedicou ao estudo de países em perspectiva histórica, analisando legislações e instituições políticas dos períodos em que estes países alcançaram patamares satisfatórios de desenvolvimento econômico e social. Para o autor, a compreensão desses períodos possibilita desmontar as falácias da ideologia neoliberal tão propalada pelo mundo a partir dos anos 70, condensada pelo que ficou conhecido como o Consenso de Washington⁷.

⁶ Samir Amin (1998, p.1), por exemplo, afirma que o desenvolvimento desigual das regiões é uma característica histórica desde a antiguidade, mas que somente na era moderna ela teria se polarizado em virtude de uma certa integração do mundo sob o modo de produção capitalista.

⁷ O autor foi consultor de organismos internacionais como a ONU e a UNCTAD, do Banco Mundial e do Asian Development Bank. Para ele o “Consenso de Washington” é um conjunto de recomendações das nações desenvolvidas destinadas aos países em desenvolvimento consistentes de políticas de liberalização do comércio, privatização e desregulamentação entre outras.

Em “Chutando a Escada” o autor demonstra como os países atualmente desenvolvidos usaram de estratégias de políticas públicas e, portanto, políticas patrocinadas e encampadas por um Estado forte e intervencionista na economia, para atingirem o grau de desenvolvimento de hoje, e agora passam a “chutar a escada” para que outros países não os imitem em seus intentos de desenvolvimento.

Para que brequem assim o desenvolvimento dos outros, aqueles países centrais distorcem a história, divulgam a ideologia do neoliberalismo recomendando aos países posturas de deixar que o “mercado” regule toda a economia, recomendando a diminuição do tamanho do Estado, e forçando agressivamente os organismos internacionais a adotarem a sua política.

Observando-se, porém, o desenvolvimento em perspectiva histórica, fica claro que o desenvolvimento industrial e econômico só foi atingido por aqueles países diante de políticas públicas que contrariam seus atuais discursos. Ou seja, para se desenvolverem usaram de políticas tarifárias e protecionistas, incentivaram e protegeram suas indústrias nascentes, subsidiaram as exportações e, para o que nos interessa aqui, não deram proteção aos direitos intelectuais, permitindo-se livremente as cópias de máquinas, de processos industriais e de patentes e outras práticas hoje tidas como ilegais para que pudessem atingir um grau de desenvolvimento técnico e industrial antes que pudessem caminhar por si mesmo com a criação de polos dinâmicos na economia.

Estudando as taxas tarifárias e as legislações dos países hoje desenvolvidos percebe-se, diz Chang (2004), que o único período verdadeiramente “liberal” foi aquele entre 1870 e 1880, e tão somente praticado na Inglaterra. Países como Holanda e Suíça demoraram para adotar leis de patentes, esperando primeiro que suas indústrias copiassem largamente e adquirissem as tecnologias de sua época, para só depois adotarem legislações de propriedade intelectual. Outros países, embora adotassem leis patentárias, não as faziam ser cumpridas.

Não se está, no presente trabalho, a desconsiderar a importância de outros fatores de política econômica para a industrialização e desenvolvimento de uma nação. A localização das minas de carvão, bem como de outras matérias primas, a população, o incentivo à indústria nacional, a rede de distribuição, e muitos outros são fatores que já mereceram atenção da maioria dos historiadores e geógrafos no entendimento da gênese do processo de industrialização. Busca-se aqui acrescentar mais um fator de análise nesse processo de desenvolvimento.

Analisemos, pois, na ótica de Chang (2004), e também de alguns outros autores, alguns dos países atualmente desenvolvidos.

2.1. Inglaterra

Conforme aponta Chang (2004), a Inglaterra não era o país mais avançado no período anterior à Revolução Industrial. Até 1600 importava tecnologia do continente (p. 38). As regiões que hoje compõem a Holanda e a Bélgica eram as regiões mais desenvolvidas na indústria mais importante da época, a têxtil. O aprimoramento da indústria têxtil inglesa foi um processo longo. O rei Eduardo III (1327-77) procurou desenvolver a manufatura local, e mais tarde a Dinastia Tudor deu novo ímpeto ao setor, em clara política de fomento. Henrique VIII, a partir de 1489 adotou uma política para desenvolver as manufaturas locais que envolvia o envio de missões reais para identificar locais adequados para instalação de manufatura, contratação de mão de obra especializada dos Países Baixos, aumento da tarifa e proibição temporária da exportação de lã bruta. Chang (2004, p. 40) cita Daniel Defoe, comerciante, político e escritor do século XVIII, que afirmou que Henrique VIII recrutou secretamente estrangeiros, sobretudo flamengos, que eram antigos no ramo da manufatura para instruir o povo inglês. Esta “instrução” se baseava no repasse de conhecimentos técnicos.

Além de Defoe, Chang (2004) se utiliza dos escritos do economista alemão Friedrich List (1789-1846), para quem os países mais atrasados não conseguem desenvolver novas indústrias sem a intervenção do Estado. Em sua análise da Inglaterra e dos demais países hoje desenvolvidos, sempre o Estado, através de políticas estratégicas de desenvolvimento das indústrias é o propulsor do desenvolvimento econômico.

Ashton (1971) entende que a Revolução Industrial foi um processo longo e procura, além de descrever o processo, descobrir as causas do evento remetendo-se ao período que vai de 1760 a 1830. O autor afirma que a revolução foi um acontecimento que inclui não apenas uma industrialização, mas uma mudança social e intelectual, e, sobretudo, um aumento extraordinário da população. Ao lado da disponibilização de capitais, terra e mão de obra barata, se fazia necessário organizar essa produção, o que gerou um caldo de inovações e invenções. Surgiram as leis de patentes, cuja aplicação teve oposição de muitos fabricantes que encorajaram a contrafação. E conclui dizendo que “Pelo menos, é possível supor que, sem o sistema de patente, as invenções se poderiam ter desenvolvido mais rapidamente do que sucedeu” (p. 33).

Em seguida, falando da indústria têxtil, Ashton (1971) afirma:

No entanto, mesmo na primeira metade do século XVII, havia já indícios de mudança nas indústrias têxteis. Por razões de ordem técnica, num ou noutro lugar reuniam-se pequenos grupos de homens em oficinas e pequenas

azenhas. Tentaram-se muitas inovações e experiências. **Em 1717, Thomas Lombe, cujo irmão havia trazido desenhos de máquinas da Itália, montou uma autêntica fábrica em River Derwent**, onde cerca de 300 homens foram empregados a trabalhar em fio de seda (ASHTON, 1971. 54/55, grifo nosso).

Max Weber (1968) reconhece, referindo-se ao mesmo episódio de Ashton sobre a cidade de Derwent, que durante o processo de industrialização inglesa uma patente roubada da Itália e trazida à Inglaterra possibilitou seguir um modelo na tecelagem da seda, cuja técnica era mais avançada na península.

É inegável, portanto, que a industrialização inglesa foi um processo que contou com a contribuição de conhecimento, técnicas e máquinas trazidas da Itália e dos Países Baixos e Bélgica, e que teria sido impossível se existisse, na época, um cerceamento a essas atividades tidas, nos dias atuais, como de espionagem industrial e de violações de propriedade intelectual.

Para Chang (2004), nessa época a contratação de mão de obra estrangeira especializada dos países mais avançados pelos países menos avançados se tornou comum, bem como a importação de máquinas e equipamentos, de modo a se tentar alcançar o desenvolvimento e se igualar. Surgiram então as leis que proibiam a exportação de máquinas e freavam a emigração de pessoal técnico. A partir de um ponto a mesma estratégia adotada pela Inglaterra passou a ser adotada pelos outros países, que se voltaram então para a própria Inglaterra, atrás de técnicas e máquinas, de maneira legal ou ilegal. O autor aponta que:

Landes (1969), Harris (1991) e Bruland (1991), entre outros, documentam um longo rol de ocorrências de espionagem industrial na Grã-Bretanha empreendida por países como França, Rússia, Suécia, Noruega, Dinamarca, Holanda e Bélgica (CHANG, 2004, p. 103).

Posteriormente, coincidentemente, quando as máquinas atingiram um nível de sofisticação e as tecnologias-chaves se tornaram complexas se instituiu um regime internacional de proteção da propriedade intelectual, as tais Convenções de Paris (de 1883 sobre propriedade industrial) e a de Berna (de 1886 sobre direitos autorais), “*sob pressão dos países tecnologicamente mais adiantados, principalmente dos Estados Unidos e da França*” (CHANG, 2004, p. 103).

2.2 Estados Unidos da América

Chang (2004) aponta como causas maiores da industrialização americana o protecionismo tarifário e fomento às indústrias nascentes bem como investimentos em

pesquisas e desenvolvimento, principalmente na área da agricultura. O autor retoma economistas americanos clássicos do século XIX que eram contra o livre comércio, e que alegavam que o liberalismo era uma ideologia inglesa para manter as colônias como eternas exportadoras de matérias-primas. Esses economistas defendiam o protecionismo e o fomento à indústria nascente. Esses autores foram escondidos do ideário atual da economia.

Os Estados Unidos também iniciaram sua industrialização com a importação de mão de obra especializada e máquinas, majoritariamente vindos da Inglaterra.

Para Huberman (1987, p 166)) a riqueza americana se deve a quatro fatores, sendo eles material, homens, máquinas e o dinheiro. No caso das máquinas, ressalta a engenhosidade americana mostrando o crescimento do número de registros no escritório de patentes⁸. Ao falar, contudo, da forma como o norte do país se tornou manufatureiro, aponta a apropriação do desenvolvimento que se verificava na Inglaterra e das medidas tomadas pelos ingleses, cientes que estavam dessa apropriação:

De 1765 a 1789 foram aprovadas pelo Parlamento várias leis severas. As novas máquinas, e os planos ou modelos delas, não poderiam ser exportadas para país nenhum ... os artesãos experimentados que trabalhavam com essas máquinas não podiam sair da Inglaterra... sob pena de pagar pesada multa e sofrer prisão. Somente a Inglaterra poderia se beneficiar com a nova maquinaria. A Inglaterra ia ser a oficina do mundo.

Mas havia um senão nesse plano bem organizado. **Peças de máquinas eram contrabandeadas, e os operários se esgueiravam para fora do país, sem serem notados.** O Parlamento logo descobriu que, se podia proibir um homem de levar para fora do país o desenho de uma máquina, em seu bolso, não podia fazer nada para evitar que um homem fizesse o mesmo, levando os planos em sua cabeça. **Em 1789 veio para os Estados Unidos, secretamente, Samuel Slater, que havia sido operário nas fábricas inglesas. Levava consigo planos de máquinas novas – na cabeça. Em Pawtucket, Rhode Island, ele montou o primeiro conjunto completo para fiar linha, segundo o plano Arkwright; as máquinas ele as construía e desenhava de memória. A Revolução tinha sido trazida para a América** (HUBERMAN, 1987, p. 127, grifo nosso).

Huberman (1987, p. 191) aponta ainda que os documentos de incorporação da Companhia Americana de Imigração, de Connecticut, menciona como seu objetivo “importar trabalhadores, especialmente operários especializados, da Grã-Bretanha, Alemanha, França, Suíça, Noruega e Suécia”.

⁸ O autor aponta alguns números registrados no escritório de patentes. Entre 1850 e 1860 eram registradas uma média de 2.370 patentes por ano. De 1920 a 1930 essa média foi de 44.750 por ano. Entre 1871 a 1932, as patentes concedidas pelo escritório americano representavam 30% (trinta por cento) de todas as patentes concedidas no mundo.

Charles R. Morris (2007) narra o empreendedorismo de magnatas americano⁹, em especial os do ramo da indústria, ressaltando inclusive a importância do sistema de patentes¹⁰. No entanto, afirma que:

Enquanto os britânicos inventavam teares e máquinas de fiar automáticas, os americanos aperfeiçoavam muitos projetos roubados dos britânicos, tornando-os mais rápidos e fáceis de operar, abrindo a indústria às mulheres jovens (MORRIS, 2007, p. 69).

Em outra passagem, Morris (2007, p. 185) conta que Albert A. Pope, considerado o “pai” da bicicleta nos Estados Unidos havia se encantado com um velocípede britânico durante a Exposição da Filadélfia de 1876 e viajou à Europa para conhecer como eram produzidas. Pope passou a produzir bicicletas em massa adotando peças intercambiáveis, “uma vantagem que ele alardeava nos primeiros folhetos”.

O livro de Morris é uma obra que, de todo modo, a par de ter a pretensão de mostrar o empreendedorismo dos magnatas americanos, retrata o dinamismo e o grande impulso da indústria americana na segunda metade do século XIX. O país se tornava, inegavelmente, um grande parque industrial.

Mas Para Doron S. Ben-Atar esse dinamismo e essa efervescência industrial americana decorriam do ambiente de grande troca de tecnologias, a que ele denomina de pirataria intelectual. Milligan (2005, p. 251), ao resenhar o livro de Ben-Atar, ressalta que para Joseph Whitworth, paladino da alta precisão das máquinas ferramentas, a razão principal do êxito tecnológico dos Estados Unidos se encontrava no uso generalizado de máquinas. Mas que Ben Atar teria outra explicação. Ao pesquisar as políticas comerciais e diplomáticas da época de Jefferson, o professor Ben-Atar teria encontrado um fato que lhe chamou a atenção “quase tudo evidenciava que a pirataria tecnológica da época se realizava não apenas com o pleno conhecimento, mas também com o apoio total dos funcionários federais e estatais da jovem república”¹¹.

⁹ O título do livro “Os Magnatas. Como Andrew Carnegie, John D. Rockefeller, Jay Gould e J. P. Morgan inventaram a supereconomia americana” e sua linha de desenvolvimento é uma ode ao empreendedorismo e ao espírito do “*self made man*”. Com exceção de Morgan que vinha de família rica, os demais eram oriundos da classe média e teriam se tornados magnatas, entre outros motivos, pela força de sua engenhosidade. O autor, por outro lado, destaca que a licitude das práticas desses magnatas foi amplamente questionada e até se alcunhou a expressão “empresários bandidos”. Em resenha ao livro, Ivan Pinheiro Machado afirma que ao final da leitura “você vai compreender como se construiu, a ferro e fogo, num tempo sem lei e sem restrições, o maior país capitalista do mundo”. Disponível em: <http://www.lpm-blog.com.br/?tag=os-magnatas>. Acesso em 03/06/2015.

¹⁰ O autor cita Abraham Lincoln, presidente que ressaltava o sistema americano de patentes como um das grandes contribuições da nação americana ao mundo.

¹¹ Tradução nossa. No original: *casi todo evidenciaba que la pirateria tecnológica de la época se realizaba no sólo com pleno conocimiento, sino también com el apoyo total de los funcionarios federales y estatales de la joven república.*

2.3 Suíça, Alemanha e Holanda

Chang (2004) revela que a Suíça já era, no século XIX, uma líder mundial em tecnologia e não tinha nenhuma lei de patentes (p. 13), só a adotando em 1907 por pressão da Alemanha, que ameaçava sanções comerciais porque a Suíça estaria usando invenções farmacêuticas e químicas alemãs. A Holanda, embora tenha adotado uma lei sobre o assunto em 1817, a revogou em 1869 e só a restaurou em 1912. Os próprios Estados Unidos, embora protegessem as patentes desde a Constituição, só vieram a reconhecer direitos autorais estrangeiros em 1891 (p. 104).

As leis de patentes, no entanto, eram falhas e não davam a proteção que se exige hoje. Exemplificativamente, a Lei Suíça só se tornou comparável a dos outros países em 1954 e até 1978 excluía as substâncias químicas (p. 148).

Na análise da Alemanha, Chang (2004) revela que a industrialização é decorrente de uma ação estatal clara. Frederico, o Grande, promoveu um número grande de indústrias quando a Prússia era exportadora de produtos primários (excetuando-se apenas o vestuário de lã e linho). Dentre as medidas de incentivos, ao lado do direito do monopólio, proteção ao comércio, subsídios de exportação, investimento de capital, houve o recrutamento de “mão de obra especializada no exterior” bem como a contratação de “casas de negócios” que hoje seriam chamados de consultores (p. 65). Frederico anexou ainda a região da Silésia que era industrializada e recrutou tecelões estrangeiros. Chang (2004) cita o trabalho do então Ministro de Minas da Silésia, Graf Von Reden que:

entre o fim do século XVIII e começo do XIX, conseguiu introduzir tecnologias avançadas dos países mais desenvolvidos, especialmente da Grã-Bretanha (onde obteve a tecnologia da siderurgia, o forno a coque e o motor a vapor), mediante uma combinação da espionagem industrial patrocinada pelo Estado, com a cooptação de operários especializados. Outra figura de destaque Peter Beuth, que em 1816 assumiu o comando do departamento de comércio e indústria do Ministério da Fazenda. Em 1820, criou o famoso Gewerbeinstitut (Instituto de Artes e Ofício), para treinar operários especializados, subsidiou viagens ao exterior a fim de colher informações sobre novas tecnologias, adquiriu máquinas estrangeiras para serem copiadas (dando as originais a empresas privadas) e estimulou novos empreendimentos, particularmente a indústria de maquinário, de motores a vapor e de locomotivas (Trebilcock, 1981, p.27-8; Kindleberger, 1978, p.192; 1996, p.153) (CHANG, 2004, p. 66).

Braverman (1987, p. 142) aponta que a França foi a primeira liderança na aplicação da química na indústria e teve essa liderança por trinta anos, mas que a perdeu para

a Alemanha porque: “Assim, os alemães e outros aprenderam sua química na França na primeira metade do século XIX”.

Garcia (2006) também aponta que a ausência de proteção jurídica de patentes, possibilitou o surgimento de empresas dominantes na Holanda e na Suíça. Diz o autor sobre a Holanda de 1869 a 1912 que a “ausência de patentes fomentou a expansão de duas grandes empresas nacionais, uma ligada às margarinas e outras às lâmpadas incandescentes”. Sobre a Suíça, afirma que quando esta adotou as patentes em 1907, já tinha desenvolvido a indústria têxtil, a produção de maquinaria e a indústria alimentar e química.

2.4 Japão

Analizando a riqueza do Japão, Landes (1998) faz um longo histórico desde a época medieval, abordando temas como a agricultura, a cultura insular e a unidade linguística. O ponto de interesse, todavia, se situa após o ano de 1867, conhecida como Restauração Meiji, em que o poder volta a ser imperial, em detrimento dos xogunatos (senhores feudais). Para Landes (1998, p. 415), porém, se tratou de verdadeira revolução. O país precisava de uma modernização, que foi buscada através da contratação de “peritos e técnicos estrangeiros, ao mesmo tempo que enviavam agentes japoneses ao exterior para trazer de volta relatórios em primeira mão dos métodos e processos europeus e americanos” (LANDES, 1988, p. 419).

Em outubro de 1871 uma delegação oficial foi à Europa e aos Estados Unidos para tentar uma revisão dos tratados desvantajosos assinados na década de 1850, sobretudo para readquirir direitos aduaneiros. Não conseguiram porque as nações ocidentais não abriram mão do acesso ao mercado japonês. Mas a delegação retornou ao país somente em setembro de 1873 (portanto quase dois anos depois) e ficou neste período “cuidando de seus negócios, visitando fábricas e forjas, estaleiros e arsenais, ferrovias e canais” (LANDES, 1988, p. 420).

Comparando o Japão com a Inglaterra os japoneses perceberam a superioridade desta e a importância das leis de navegação para o predomínio da marinha mercante inglesa. Landes (1998, p. 420), sobre esse fato e esse período, aproveita para afirmar que “Somente depois de ter alcançado a liderança industrial é que a Grã-Bretanha trocou o protecionismo pelo laissez-faire. (Uma análise bastante válida. Adam Smith não teria discordado dela)”.

Não foi apenas na Inglaterra que o Japão buscou elementos para sua modernização. A Alemanha, ainda segundo Landes (1998, p. 421), com seu realismo e pragmatismo, forneceu a inspiração para o ensino, o serviço postal, a hora oficial e o serviço militar, que segundo o autor, definiram a nova sociedade.

Mas o Japão estava em desvantagem industrial e a preocupação de estado e sociedade era “como fazer coisas usando máquinas; como fazer mais sem máquinas; como movimentar mercadorias; como competir com produtores estrangeiros”. Para Landes (1998) o Japão passou a basear sua:

arrancada industrial não só naqueles ramos da indústria já familiares e que estavam mudando mesmo antes dos Meiji – em particular, a manufatura de seda e algodão – mas também no processamento de produtos alimentares imunes à imitação estrangeira: saquê, miso, molho de soja (shoyo) (LANDES, 1998, p. 423).

Mas para ir além, para construir não apenas bens de consumo, mas também máquinas e, sobretudo, para dominar a indústria pesada para se tornar uma economia moderna¹² era preciso ainda mais e “O governo desempenhou nisso um papel decisivo, financiando viagens de estudo no exterior, contratando especialistas estrangeiros, construindo instalações e subsidiando iniciativas comerciais” (p. 425).

Como toda nação que se industrializou, o Japão também adquiriu máquinas no estrangeiro para ajudar na industrialização, mas diferentemente, segundo Landes (1998, p. 427) “Outros países importaram equipamento estrangeiro e fizeram dele o melhor uso possível; os japoneses modificaram-no, melhoraram-no, fabricaram-no eles mesmos”.

2.5 Coreia do Sul

A Coreia do Sul é provavelmente o país mais estudado quando se fala em *catching up*, a expressão de língua inglesa para designar o desenvolvimento de um país atrasado para alcançar os mais avançados. Tanto no Ocidente como no Oriente, o rápido desenvolvimento daqueles países conhecidos como “Tigres Asiáticos”, dentre os quais se inclui a Coreia do Sul (Japão, Cingapura e Taiwan são considerados neste grupo) é objeto de muitos estudos. Para Alice H. Amsden (1992) esses estudos revelam, em síntese, a importância do papel do Estado no desenvolvimento dessas nações através de políticas industriais direcionadas para este fim. Não deixa a autora americana de destacar o papel da inovação e do aproveitamento da tecnologia dos países mais avançados por aqueles que são denominados de países de “industrialização tardia”.

¹² Para Landes (1998, p. 425), se tornar uma economia moderna equivalia a ser capaz de “construir máquinas e motores, barcos, locomotivas, estradas de ferro, portos e estaleiros navais” .

Linsu Kim (2005) procura demonstrar como em apenas trinta anos, a partir de 1961 a Coreia do Sul conseguiu passar de uma economia agrária de subsistência a uma economia industrializada e moderna. Lembra o autor que naquele ano o Produto Interno Bruto (PIB) era menor que do Sudão e em torno de 30% do PIB do México. Essa situação tão ruim do país decorreu de uma série de tragédias entre 1945 e 1953. Lembrando que até o século XIX a Coreia teve avanços científicos no campo das ciências exatas, ela também progrediu sob o domínio do Japão no início do século XX, após mil e duzentos anos de independência e autonomia. Entretanto, a saída do Japão após a derrota na 2ª Guerra Mundial, levando embora toda a tecnologia e técnicos, deixou um vazio industrial no país. Os coreanos, que tinham apenas funções na linha de produção, não sabiam operar as máquinas e gerenciar as fábricas. Em seguida, a divisão entre a Coreia do Sul e Coreia do Norte fez com que todas as matérias primas para as indústrias ficassem no norte enquanto as fábricas estavam situadas no sul. Finalmente a Guerra da Coreia entre 1950 e 1953 acabou por destruir as instalações e infraestrutura que ainda perduravam (KIM, 2005, p. 22).

Portanto, diante desse quadro na década de cinquenta do século XX, é impressionante o desenvolvimento empreendido pela Coreia do Sul, cuja análise não poderia faltar em um trabalho dessa natureza. Na década de 1990 a Coreia do Sul produzia tecnologia de ponta, possuía uma indústria automobilística, era grande exportadora de bens de alto valor agregado e tinha marcas que começavam a ganhar o mundo, tais como a Hyundai, Samsung, Daewoo, LG e outras. Em 1995 a renda per capita ultrapassou os dez mil dólares americanos e se tornou a 11ª maior economia do mundo em termos de produto interno bruto, passando a integrar o grupo dos países ricos.

Em primeiro lugar é importante notar que a ajuda financeira americana, que tinha interesses estratégicos (a Coreia do Norte ao norte e a China eram vizinhos comunistas e o Japão tinha seu histórico imperialista) ajudou na reconstrução do país, assim como ajudou na reconstrução da Alemanha e do Japão. O autor (KIM, 2005) fala em uma injeção de 6 bilhões de dólares americanos ao longo da década de 1960.

Por outro lado, a ajuda americana apenas não explica todo o sucesso do caso Sul-Coreano. Kim (2005) afirma que todo o esforço de construção de uma nova nação foi depositado na construção de uma nação industrializada, com um governo forte apoiando a formação de grandes conglomerados, denominados de chaerbols. Inicialmente Kim (2005, p. 27) afirma que a Coreia do Sul iniciou sua caminhada através da imitação de produtos, embora tentando esclarecer que nem toda imitação é ilegal ou que infrinja regras de propriedade intelectual. Algumas cópias, diz ele, podem ser feitas de produtos cujas patentes

já caíram em domínio público ou são feitas adaptações criativas, dentro da legalidade. Aqui fazemos a ressalva que a maioria das regras de propriedade intelectual de hoje, elaboradas nos anos 1990, principalmente o Acordo Trips ainda não vigoravam neste momento de desenvolvimento da Coreia do Sul.

Kim (2005) afirma em seguida que da imitação, com criatividade, se chegou à inovação, dizendo que a só a imitação não teria sido suficiente. Afirma que (p. 30) “Tanto a imitação do estilo japonês como a inovação do estilo norte-americano são necessárias não somente para alcançar as produções existentes, mas também para desafiar os países avançados em novos ramos”. Finalmente, em subcapítulo próprio denominado de “Os direitos de propriedade intelectual”, Kim (2005) reconhece que

Na Coreia, como em outros países em processo de catching-up, **a imitação através da engenharia reversa de produtos estrangeiros** existentes foi o principal suporte do processo de industrialização até meados da década de 1980. Até os países mais desenvolvidos continuam dependendo bastante da cópia de produtos estrangeiros, e **se recusam a respeitar as leis de propriedade intelectual até que desenvolvam capacidade de se tornarem auto-suficientes** (KIM, 2005, p. 68).

Em 1986, por pressão dos Estados Unidos, ainda segundo Linsu Kim, a Coreia do Sul foi obrigada a adotar uma lei de propriedade intelectual, que proibia, por exemplo, a engenharia reversa, mas que não era respeitada, pois na Ásia “as pessoas não aceitam que alguém seja proprietário de uma idéia ou pensamento, e que se deva pagar por isso” (p. 69).

Segundo o Banco Mundial, a Coreia do Sul é um país de alta renda para os padrões da Organização para a Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE), com renda per capita em 2012 de 22.670 dólares americanos, uma expectativa de vida de 81 anos (para 2011), e um produto interno bruto de 1.130 trilhões de dólares americanos para 2012¹³.

2.6 França

Existe uma bibliografia de História, principalmente de livros didáticos voltados ao ensino médio, afirmando que França teve uma industrialização tardia, se comparada com a Bélgica, a Inglaterra e a Alemanha. Consideram como despertar da França para a indústria o período compreendido entre 1850 e 1870. Algumas das razões dadas para esta industrialização tardia, ou lenta como é outras vezes mencionada, incluem as poucas reservas de carvão, o envolvimento em questões das guerras napoleônicas, a densidade populacional

¹³ Dados obtidos no site do Banco Mundial: http://data.worldbank.org/country/korea-republic#cp_wdi.

relativamente menor que outros países¹⁴ e até o padrão de agricultura de pequenos produtores camponeses.

Lévy-Leboyer (1968, p. 798) atribui à Guerra de 1870 a perda de setores importantes da indústria francesa e que uma das razões da industrialização não ter tido uma decolagem rápida se deveria à ausência de indústrias de ponta, como a têxtil e de fundição, como teve a Inglaterra.

O desenvolvimento da indústria francesa, por outro lado, é atribuído ao interesse do Estado pelas ferrovias e a existência de grandes bancos no país. Tardia ou não, a verdade é que França conseguiu se industrializar, a ponto de ser uma potencia já no início do século XX. Lembramos que na França as ciências físicas e químicas, na qual Lavoisier (1743-1794) é o nome mais lembrado, tiveram grandes avanços, mesmo antes da Revolução Francesa. A Peugeot produziu seu primeiro automóvel em 1889. Se historiadores afirmam que a industrialização da França é tardia, por outro lado se observa polos de dinamismo industrial latentes em todo o país mesmo nos períodos considerados de estagnação.

De todo modo não será exagero dizer que a França, por sua proximidade geográfica com a Inglaterra, acabou por absorver os avanços da indústria têxtil e da Revolução Industrial. Morais (2007) afirma que a difusão de tecnologia se dá mediante métodos pouco delicados de espionagem industrial e que no caso da França o emblemático John Holker teve um papel importante. Afirma o autor (MORAIS, 2007, p. 53) que Holker esteve secretamente na Inglaterra onde recrutou empregados de manufaturas e se apropriou de materiais para levar à França, após ser financiado pelo inspetor dos manufatureiros de Rouen, o Sr. Morel, tendo se instalado posteriormente, em 1751, à Darnetal, dando início a importante polo da industrialização têxtil¹⁵.

¹⁴ A França teve, desde finais do século XVIII, a maior população da Europa, embora majoritariamente rural., mas a partir de 1970 a população deixou de apresentar crescimento (CARON, 1979, p. 2).

¹⁵ Essa história de John Holker aparece também no website denominado “*analyse économique et historiques de sociétés contemporaines*” que afirma que, em tradução nossa: A partir de 1750, a importação de técnicas e de técnicos ingleses é encorajada: importação de máquinas em contrabando, viagens-espionagens à Grã-Bretanha, convites à técnicos ingleses (por exemplo John Kay que recebeu uma remuneração real de 2.500 livres para visitar e aconselhar os centros têxteis da Normandia, John Holker introduziu a Jenny em 1771) mas também instalação de famílias inglesas, de técnicos e de trabalhadores (em Les Hall, Milne, Heywood, Dixon na Alsácia, por exemplo). No original: *A partir de 1750, l'importation des techniques et des techniciens anglais est encouragée: importation de machines en contrebande, espionnage-voyage en G.B, invitation de techniciens anglais (Ex. John Kay qui reçut une rente royale de 2500 livres pour visiter et conseiller les centres textiles de Normandie, John Holker introduisit la Jenny em 1771) mais aussi installation de familles anglaises, de techniciens et d ouvriers (les Hall, Milne, Heywood, Dixon em Alsace par exemple).* Com palavras semelhantes o Dicionário Oxford de Biografias Nacionais descreve a atuação de Holker.

O mesmo website afirma ainda que a mesma estratégia foi adotada para a indústria siderúrgica. Percebe-se assim, que, ainda que cada país tenha uma formação sócio-econômica-espacial diferenciada e própria, no que diz respeito à industrialização, o intercâmbio de conhecimentos e os atos que hoje denominamos de “espionagem industrial”, ou, em termos mais jurídicos, “pirataria tecnológica”, se fez presente em todos os países aqui analisados, inclusive na França.

Capítulo 3 – Um pequeno mundo desenvolvido em oposição a um grande mundo à margem

A distinção dos países do mundo em um centro desenvolvido, muitas vezes denominado de “centro do sistema” e de outro lado um bloco de países denominado de “periferia” (do sistema), tem sido uma maneira, historicamente, de procurar compreender a diferenciação dos países. Diversas teorias tentaram explicar essa distinção, dentre as quais merecem destaque aquela que ficou conhecida como a teoria da dependência, ou aquelas formuladas a partir da Cepal, a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, ligada às Nações Unidas. Ainda que se verifique, nas últimas décadas, o aparecimento de países com uma forte economia obtendo destaque e poder no cenário mundial, tais como os chamados Brics (Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul) e mais particularmente a China, verdade é que continua a existir no mundo um conjunto pequeno de países detentores de alto desenvolvimento econômico e social que se destacam do conjunto dos demais países do mundo, e a partir dos quais emanam as principais regras de funcionamento da economia e da política mundiais.

Não se afirma em nosso trabalho que os direitos da propriedade intelectual tenham sido o único motivo para a configuração de um mundo dividido entre países pobres e países ricos. Mas se postula que tenham sido esses direitos um dos instrumentos do capitalismo na construção e na manutenção dessa configuração desigual exercendo influência determinante na divisão internacional do trabalho. O capital acumulado, a vontade política expressa pelo Estado no desenvolvimento de indústrias locais e a posição relativa de cada país na ocasião do desenvolvimento do capitalismo são outros fatores de inegável importância. Ao afirmar que o desrespeito à propriedade intelectual propiciou a oportunidade do desenvolvimento japonês ou coreano, não se pretende, tampouco, minimizar o papel das grandes empresas financiadas por capitais públicos e nem a fundamental ajuda norte-americana, com claros interesses geopolíticos nesses países.

Assim, em um estudo em que se procura analisar um dos instrumentos dos países centrais na manutenção da desigualdade do mundo, procura-se focar no instrumento específico analisado, sem desconsiderar outros aspectos que devem também ser levados em conta. No caso de uma visão a partir do Brasil e da América Latina, não se poderia deixar de abordar as chamadas teorias da dependência.

A Teoria da Dependência tal como formulada inicialmente por Raul Prebisch ensinava, em rápida síntese, que os países ricos tendiam a um maior enriquecimento enquanto os países periféricos tendiam a ficar cada vez mais longe daqueles porque enquanto aqueles produziam bens com alto valor, estes exportavam produtos básicos da agricultura e da pecuária, de menor valor. Nas crises do centro do sistema os países pobres não teriam para quem exportar, sofrendo uma crise ainda maior, porque dependentes daqueles.

Nesta corrente teórica há uma vertente que Coelho (2011) denomina de Teoria Marxista da Dependência, na qual a remessa de lucros por meio de royalties, que é o que estamos a tratar, desempenha importante papel. Para o autor

na compreensão da TMD, a dependência econômica é uma situação na qual uma economia está condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra. São três os condicionantes histórico-estruturais da dependência: 1-) a perda nos termos de troca, ou seja, a redução dos preços dos produtos exportados pelos países dependentes, visto que, em geral, são primários, em troca de produtos de alto valor agregado; 2-) **remessa de excedentes para o centro capitalista, por meio de juros, lucros, amortizações, dividendos e royalties**, visto que os países dependentes importam tecnologia dos avançados; 3-) instabilidade dos mercados financeiros internacionais, o que afeta os países periféricos pelas altas taxas de juros no crédito (COELHO, 2011, p. 11, grifo nosso).

Observamos, portanto, que a remessa de royalties, para a Teoria da Dependência na vertente marxista, se constitui em acumulação de capital no centro do sistema.

Essa divisão entre países ricos e países pobres é mitigada pela existência de alguns países que não poderiam ser considerados simplesmente pobres, uma vez que atingiram algum grau de desenvolvimento econômico e social. No entanto, a existência desses países não invalida o pressuposto do presente trabalho.

Giovanni Arrighi (1997) se refere à existência de países que parecem estar permanentemente estacionados entre o avanço e o atraso. Embora reconheça avanços desses países ao longo do século XX, o sociólogo italiano destaca que esses países “intermediários” ainda não alcançaram o padrão de riqueza e status dos países centrais, motivos pelo qual adota o conceito de Immanuel Wallerstein que denominou esses países de semi-periféricos,

reconhecendo assim sua particularidade em relação aos demais periféricos. Em virtude da ambigüidade do termo na definição dos países Arrighi (1997) deixa claro que o adota para fins da divisão mundial do trabalho e não a uma posição no sistema inter-Estados, conforme defendido por Wallerstein.

Arrighi (1997) supõe que esse sistema de conjunto de três tipos de países (em que um grupo de países está estacionado entre o atraso e o desenvolvimento) pode servir ao propósito ideológico de manutenção do sistema centro-periferia. E observa que:

Todos os Estados incluem, dentro de suas fronteiras, tanto atividades do núcleo orgânico como periféricas. Alguns (países do núcleo orgânico) incluem predominantemente atividades do núcleo orgânico, e alguns (países periféricos) incluem atividades predominantemente periféricas. Consequentemente, os primeiros tendem a ser o lócus de acumulação e poder mundiais, e os segundos, o lócus da exploração e da impotência (ARRIGHI, 1997, p. 140).

No âmbito das teorias das relações internacionais, Hurrell (2013) afirma que embora esteja ocorrendo uma mudança no equilíbrio do poder mundial, com a emergência de novos países com força no tabuleiro global, não se pode, como entendem alguns autores ter ocorrido após a queda do muro de Berlim, pensar no fim daquilo que se chamou de Terceiro Mundo. Para o autor (HURRELL, 2013)¹⁶:

Um quarto fator tem a ver com a distintividade das potências emergentes de hoje. Mesmo se colocarmos a China em uma categoria própria, países como a Índia, o Brasil e a África do Sul são grandes países em desenvolvimento que continuarão a ser relativamente pobres em termos per capita. Pobreza e desigualdade continuam um problema maior e altas taxas de crescimento continuam um imperativo político maior. Apesar de todo o sucesso econômico desses países, eles continuam a ser economias em desenvolvimento e sociedades em desenvolvimento marcadas tanto pelo desenvolvimento incompleto como por uma integração incompleta na economia global cujo patamar de regras tem sido colocado historicamente pelo Norte Industrializado (HURRELL, 2013, p. 217).

¹⁶ No original, em tradução nossa: *A fourth factor has to do with the distinctiveness of today's emerging powers. Even if we place China in a category of its own, countries such as India, Brazil and South Africa are large developing countries that will continue to be relatively poor in per capita terms. Poverty and inequality remains major problems and high growth rates remain a major political imperative. For all their economic success, they remain developing economies and developing societies marked both by incomplete development and by incomplete integration into a global economy whose ground-rules have been set historically by the industrialized North.*

Para nós, a diferenciação entre os países do centro e os da periferia e uma oposição entre eles se constituiu de forma mais marcante a partir do surgimento do capitalismo, com agravamento na fase do imperialismo, e que persiste até os dias de hoje. Não são mundos, contudo, excludentes, posto que são complementares. O próprio tema do presente trabalho segue esta fundamentação, que é melhor explicitada por Baran (1960):

O domínio do capitalismo monopolista e do imperialismo nos países adiantados e o atraso econômico e social nos países subdesenvolvidos estão como vimos, intimamente ligados, representam apenas aspectos diferentes do que é, na verdade, um problema global (BARAN, 1960, p. 297).

Capítulo 4 – Os ciclos econômicos e o final do século XIX.

A possibilidade de contextualizar uma análise das políticas de propriedade intelectual geridas a partir do centro do sistema e materializadas com a aprovação de legislações internacionais em um ambiente histórico, considerando a teoria dos ciclos econômicos encontra fundamentação em Arrighi (1997):

Embora as empresas capitalistas estejam constantemente envolvidas na busca de novas combinações insumo-produto capazes de elevar sua posição no sistema interempresas, a introdução real dessas combinações e luta que se segue por rendas empresariais ocorrem por meio de investidas. As fases A e B das ondas longas são fases de lutas competitivas no sistema interempresas: enquanto, nas fases A, as empresas capitalistas tendem a aferrar-se a acordos costumeiros que sustentam relações de cooperação e complementaridade, nas fases B elas se envolvem em lutas que escancaram relações de competição e substituição (ARRIGHI, 1997, p. 22).

Possível extrair, a partir dessa passagem, correspondência da hipótese de que a criação e enrijecimento das políticas de proteção da propriedade intelectual e, conseqüentemente, da legislação do setor, se deram exatamente nas fases “B” dos ciclos de Kondratieff, por razões eminentemente econômicas.

Estey (1948, p. 56) afirma que não é possível precisar no tempo o surgimento dos ciclos econômicos, mas que é certo que sua aparição se deu na Inglaterra moderna no período posterior às Guerras Napoleônicas. Teria sido a Inglaterra o país que tinha as características essenciais de uma industrialização moderna que poderia ser chamada de uma economia desenvolvida. Para Estey (1948) não há ciclo econômico, nesse sentido moderno, nas sociedades meramente agrícolas, embora essas possam sofrer as conseqüências de um ciclo. Os ciclos seriam necessários em uma economia em que uma grande quantidade de pessoas esteja trabalhando em busca de lucro, produzindo bens para grandes mercados, usando de

crédito bancário e organizando suas empresas para um grande mercado e com uma quantidade grande de empregados. Nesse sentido, os ciclos seriam “funções” de um capitalismo moderno.

Para introduzir o tema da inovação Estey (1948, p. 155) se serve dos conceitos de Schumpeter e expõe que as inovações perturbam o equilíbrio do sistema econômico na medida em que os empresários aumentam suas atividades e provocam uma demanda acumulativa de equipamentos produtivos de longo alcance.

Inicialmente é preciso esclarecer que quando se afirma que as Convenções Internacionais de Paris e Berna (1883 e 1886) instituíram um regime internacional da propriedade intelectual para proteger o conhecimento e tecnologias alcançadas com a Revolução Industrial, deve se ter em conta que embora se possa situar o início da Revolução Industrial já no século XVIII, o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das técnicas e da tecnologia levaram um longo período tempo. Para citar dois exemplos, tomados da análise que faz Landes (1998, p. 209) sobre a Revolução, a máquina a vapor composta, que teria sido iniciada em 1781, só se firmou em 1850, quando passou a ser usado nos engenhos marítimos. Ainda assim permaneceu limitada em tamanho e potência por causa da inércia do pistão, o que foi superado na conversão do movimento alternado para o rotativo, substituindo os pistões por turbinas a vapor, o que ocorreu apenas ao final do século XIX, em virtude dos avanços científicos em termodinâmica.

O mesmo ocorreu com o ferro gusa e o aço, que apenas se tornaram utilizáveis na indústria pesada para fabricação de trilhos de trem já na metade do século XIX. Para Landes (1998, p. 214), embora reconheça a adoção de outras periodizações um pouco diferentes, a Revolução Industrial britânica teria sido um longo processo ocorrido entre 1770 e 1870. Este último ano, lembramos, é mencionado por alguns autores como integrante do que seria já uma segunda revolução industrial.

Braverman (1987, p. 138) diferencia a primeira Revolução Industrial, a que ocorreu inicialmente na Inglaterra do segundo movimento industrial na segunda metade do século XIX denominando esta de “revolução técnico científica”. Para o autor, é que, embora a ciência tenha sido importante mesmo antes da revolução industrial, já nos séculos XVI e XVII, tendo mesmo oferecido algumas das condições para que a revolução acontecesse, a conexão da ciência e indústria era, segundo ele, indireta, geral e difusa. Já nas décadas finais do século XIX, com o avanço do capitalismo, a ciência já está subordinada às firmas capitalistas e organizações subsidiárias. Ou, nas palavras dele: “A ciência é a última – e depois do trabalho a mais importante – propriedade social a converter-se num auxiliar do capital” (BRAVERMAN, 1987, p. 138).

Assim, as convenções internacionais de propriedade intelectual estão situadas no tempo da história em que se fazia necessária a proteção do conhecimento e da técnica produzidas nas décadas anteriores ao mesmo tempo em que se iniciava um período recessivo da economia nesses países centrais. Tanto verdadeira a assertiva que se reconhece o fato dos Estados Unidos se recusaram a participar da Exposição Universal de Viena, exatamente em virtude da inexistência dessa proteção da invenções.

Para Kondratieff (1935), estudando especificamente Estados Unidos, Inglaterra e a França, embora ressaltando a existência de uma imprecisão no caso dos Estados Unidos em virtude da Guerra Civil, “O declínio da segunda onda começa em 1873 e termina em 1896, um período de 23 anos”¹⁷ (p. 106). A análise compreende o período que vai de 1780 a 1925 tendo como objeto de estudo o preço dos produtos (*commodity prices*), juros e outros índices econômicos.

A fase “b” do segundo ciclo de Kondratieff é a fase em que se desenvolveu e se instituiu um regime internacional de direitos da propriedade intelectual (Convenções de Berna e de Paris). Esse período final do século XIX foi exaustivamente estudado por todos os ramos das ciências humanas, mas é de grande pertinência para nosso estudo aquele elaborado por Schumpeter (1964) que justifica seu interesse pelo período em virtude do surgimento por volta de 1870:

de um novo interesse em reforma social, um novo espírito de “historicismo” e uma nova atividade no campo da teoria econômica; ou então o fato de terem ocorrido desvios da tradição de um tipo distinto dos que se podem esperar, normalmente, de um processo contínuo (SCHUMPETER, 1964, p. 11).

E, ainda, que “Os rompimentos com a tradição verificados perto de 1870, foram consequência da ação deliberada dos homens a ele associados;” (SCHUMPETER, 1964, p. 12).

Para Schumpeter (1964), esse período foi de revolução e consolidação com um avanço substancial da análise econômica. Economistas desenvolveram técnicas mais complexas e a economia se tornou mais especializada e passou a ser adotada como disciplina em Faculdade de Direito, por exemplo, além da instituição de cátedras e Faculdades próprias, principalmente nos Estados Unidos e na Europa. Esse período verificou por um lado um rápido desenvolvimento econômico dos Estados Unidos e da Alemanha (Inglaterra já estava se desacelerando) principalmente, mas também de Áustria, Itália, Japão e Rússia (p.19) e por

¹⁷ Tradução nossa. No original: *The decline of the second wave begins in 1873 and ends in 1896, a period of 23 years.*

outro lado se vivia uma Depressão. Há assim o que Schumpeter chama de “paradoxo da pobreza em meio à fartura”. Para Schumpeter (1964) em meio a esse progresso tecnológico ou comercial (cita inclusive o avanço do transporte marítimo e terrestre com o transporte de trigo barato dos Estados Unidos para a Europa) permeado pelo desemprego se explica boa parte:

do impulso generalizado no sentido de reforma social das tendências para a organização industrial (especialmente no sentido da cartelização), das crescentes atividades governamentais, da insatisfação com os resultados do comércio livre, e mesmo do militarismo remanescente (SCHUMPETER, 1964, p. 20).

O autor afirma (SCHUMPETER, 1964, p. 21), entretanto, que haviam coisas mais profundas.

Não é difícil imaginar neste contexto retratado por Joseph Schumpeter as motivações do surgimento de um regime internacional da propriedade intelectual. Esse regime jurídico claramente busca a organização industrial, a monopolização, é demandado pelos governos dos países mais avançados e, em muitos sentidos é um empecilho do livre comércio, no sentido de frear a concorrência através da proibição da cópia de marcas, patentes e direitos autorais.

Poderia se questionar o fato de que entre os signatários da Convenção Internacional da Propriedade Intelectual de 1883 em Paris constar não apenas países já então desenvolvidos, mas também países que ainda não haviam se industrializados, como o Brasil. São signatários originais em 1883 os seguintes países: Bélgica, Brasil, El Salvador, França, Guatemala, Itália, Holanda, Portugal, Sérvia, Espanha e Suíça. A Grã-Bretanha, Tunísia e Equador aderiram em 1884 e os Estados Unidos em 1887.

Também poderia causar estranheza a ausência dos Estados Unidos entre os signatários originais da Convenção Internacional dos Direitos Autorais de 1886 em Berna.

No entanto, para Basso (2005, p. 17), “Mesmo não tendo participado das negociações da Convenção de Berna, entre 1891 e 1904 os Estados Unidos celebraram cerca de quinze tratados para proteção de ‘copyright’”.

Ou seja, signatários originais ou não, todos os países centrais estavam agindo em prol de suas patentes e direitos autorais. Os Estados Unidos se recusaram a participar da Exposição Universal de Viena exatamente porque não quis expor suas conquistas, já que não eram protegidas, ainda, pelos direitos de propriedade intelectual. Por outro lado, isso não significava que não enviava pessoas a essas exposições científicas e culturais para absorver

conhecimento. Dittrich (2013), em artigo que fala da transferência de saberes educacionais que ocorriam nessas exposições universais, destaca que um grande número de pedagogos americanos utilizou essas exposições para obter informações sobre o ensino técnico. Dittrich (2013, p. 224) destaca que Charles B. Stetson ao justificar uma guinada para o ensino técnico “considerou que o ensino da noção de cultura geral não era mais suficiente no momento em que os Estados Unidos tornava-se um país de produção capitalista em grande escala”.

Capítulo 5 – Uma breve abordagem teórica

Este período compreendido na presente pesquisa, que tem suas raízes nas revoluções industriais e permeia o desenvolvimento do capitalismo, é um período bastante estudado e debatido e é objeto de grandes narrativas que formaram o pensamento contemporâneo. Impõe-se assim uma abordagem, ainda que breve, dessas narrativas fundamentais para a compreensão do período.

5.1 Karl Marx

Como exemplifica Jacob Gorender em prefácio à Ideologia Alemã de Karl Marx e Friederich Engels, para explicar a passagem que fizeram da dialética hegeliana para a materialista “As idéias de toda ordem – religiosas, filosóficas, morais, jurídicas, artísticas e políticas – não se desenvolviam por si mesmas como entidades substantivas” (MARX E ENGELS, 2007 p. XXI). Tais idéias “não possuem existência própria, mas derivada do substrato material da história” (2007, p. XXII). A ideologia e consequentemente o que os juristas chamam de fundamentação jurídica para justificar uma legislação, ou o próprio Direito, pertencem ao que Marx chama de “Superestrutura”.

As relações de produção e o modo de produção é que dão assim o substrato material para o desenvolvimento do homem. Ou, conforme expresso por Marx no famoso “Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política” as relações jurídicas “não podem ser compreendidas por si mesmas”, “mas se baseiam nas condições materiais de vida.

Importante essa lembrança para afastar desde logo um pressuposto, muito presente no meio jurídico em geral, e no brasileiro em especial, de que os direitos existem por si mesmos. Com uma pesada herança positivista, principalmente de Augusto Comte, a tradição jurídica que chamamos de tradição jurídica da Europa continental, em oposição à tradição inglesa da Common Law, pensa o Direito como ciência autônoma, sendo o seu conhecimento

e estudo suficientes para entender as legislações. As ciências políticas, econômicas e sociais são menosprezadas nesta tradição, o que leva a incompreensão de fenômenos importantes na formulação do Direito.

Pensamos de modo diverso. Que é importante contextualizar, assim, as fundamentações jurídicas dos direitos da propriedade intelectual no substrato material em que surgem, como resultado dos embates e das articulações do campo político engendrado entre as partes do processo, admitindo-se as influências da economia, do político e do social em sua elaboração.

Não nos parece equivocada a constatação de Jessop (2007, p. 5) segundo a qual “Marx e Engels escreveram muito sobre conhecimento, ciência, e propriedade, mas pouco sobre direitos da propriedade industrial e intelectual”¹⁸. E conclui afirmando que “Marx não discute direito da propriedade intelectual como tal em nenhum detalhe”¹⁹, mesmo porque esses direitos não se encontravam formulados no formato contemporâneo aqui discutido..

No entanto, Jessop (2007) faz algumas incursões na obra de Marx em busca de afinidades com o tema da propriedade intelectual. Para Jessop (2007), por exemplo, em a “Ideologia Alemã” Marx e Engels parecem argumentar que toda economia era uma economia do conhecimento. E que:

eles apresentaram a ciência como um esforço coletivo e uma força produtiva universal, comparada às forças da natureza e sugeriram que, já que a ciência revela as leis da natureza, os resultados dela funcionam como um presente da natureza acessíveis a todos, sem diminuição (JESSOP, 2007, p. 5)²⁰.

Por outro lado, Bob Jessop afirma que Marx notou que como o maquinário e a grande indústria se tornam dominantes no capitalismo, a ciência se separa da produção como uma parte distinta da divisão social do trabalho.

O pressuposto do presente trabalho segundo o qual os direitos de propriedade intelectual são um instrumento político para tentativa de manutenção do sistema em que alguns países centrais detêm o conhecimento e a tecnologia essenciais enquanto a grande maioria dos demais países tende sempre a estar em defasagem, é plenamente compatível com o pensamento marxista (ou marxiano) em diversos fundamentos. Em primeiro lugar esse sistema excludente da propriedade intelectual atenderia ao pressuposto da acumulação

¹⁸ Tradução nossa. No original: *Marx and Engels wrote much on knowledge, Science, and property but little in industrial and intellectual property right*”.

¹⁹ Tradução nossa. No original: *Marx does not discuss intellectual property rights as such in any detail*.

²⁰ Tradução nossa: No original: *They presented science as a collective endeavour and universal productive force, compared it to the forces of nature, and suggested that, because science revealed the laws of nature, its results functioned like a free gift of nature accessible to all without diminution*.

primitiva do capital, pois o pagamento de royalties, taxas de licenciamentos bem como outros tipos de pagamentos para transferência da tecnologia nada mais são do que transferência de renda ao detentor do monopólio.

Ainda na obra “A ideologia Alemã”, parece-nos pertinente a passagem em que Marx e Engels fazem um histórico da divisão do trabalho material e intelectual como uma separação entre o campo e a cidade e o papel que toma a manufatura. Afirmando eles que (MARX; ENGELS, 2007):

Com a manufatura, as diferentes nações entraram em relações de concorrência, iniciaram uma luta comercial que foi travada por meio de guerras, de direitos aduaneiros protecionistas e de proibições, ao passo que anteriormente só tinham praticado entre si, quando mantinham relações, trocas inofensivas. Daí por diante o comércio passa a ter uma significação política (MARX; ENGELS, 2007, p. 65).

Em segundo lugar, a divisão entre países detentores de tecnologia e os não detentores atende a uma divisão internacional do trabalho. Na visão de David Harvey (2001), embora Marx não tenha explicitado e aprofundado o tema da questão espacial, ou geográfica, o tema está presente em sua obra. Segundo Harvey (2001, p. 56) “A produção e circulação capitalista tendem a transformar essas possibilidades num sistema geográfico integrado de produção e troca, que atende ao propósito da acumulação capitalista”. E continua, com uma frase lapidar, que diz respeito diretamente ao objeto desta dissertação, asseverando que:

No processo, certos países talvez estabeleçam um monopólio sobre a produção de determinadas mercadorias (MARX, 1967, vol.3: 119), enquanto as relações centro-periferia se produzirão numa escala global:

Uma nova divisão internacional do trabalho – uma divisão adaptada às exigências dos principais centros da indústria moderna – surge e transforma parte do planeta num campo substancialmente agrícola de produção, para suprir a outra parte, que permanece em campo substancialmente industrial (MARX, 1967, vol. 1: 451) (HARVEY, 2001, p 56).

Podemos afirmar, em última instância, que a patente de invenção, bem como outras propriedades intelectuais, como o software, são ferramentas. Em “O Capital” Marx (1890/1988, p. 257) fala da importância da ferramenta, ao asseverar que “A produtividade do trabalho depende não só da virtuosidade do trabalhador mas também da perfeição de suas ferramentas”. A especialização da ferramenta leva a uma especialização do trabalho e uma divisão do trabalho dentro da manufatura que, por sua vez, leva a uma divisão do trabalho dentro da sociedade (1890/1988, p. 264), que nada mais é que a divisão social do trabalho (MARX, 1996):

Com o aumento das invenções e a crescente procura pelas máquinas recém inventadas, desenvolveu-se cada vez mais, por um lado, a separação da fabricação de máquinas em diversificados ramos autônomos, por outro lado a divisão do trabalho no interior das manufaturas que construíam máquinas. Vislumbramos, portanto, na manufatura o fundamento técnico imediato da grande indústria (MARX, 1996, p. 17).

O avanço da técnica leva assim a uma divisão do trabalho dentro da fábrica, levando a uma diferenciação entre os trabalhadores, o que leva a uma divisão dentro da sociedade. Razoável supor, conseqüentemente, que os diferentes estágios da técnica entre os países levam a uma diferenciação entre os países, que seria a divisão internacional do trabalho.

Finalmente, adiantando o que se explorará em seguida, ao abordar os direitos internacionais da propriedade intelectual como instrumentos dos países do centro do sistema para alijar a periferia da tecnologia produzida por aqueles, aventamos a possibilidade de pensar a história moderna como uma história da luta entre as nações como desdobramento da história da luta de classes. É o que faz Mao Tsetung (1975) ao desenvolver este tema ao falar da Guerra Revolucionária na China. O líder chinês invocou a união de burguesia e proletariado chineses para combater o inimigo comum, que seria o Império Japonês. Mao (1975) afirma que o pensador marxista deve analisar concretamente os fatos concretos, e ressalta as especificidades do país na guerra revolucionária para justificar sua análise. Destaca entre essas especificidades o fato da China se desenvolver política e economicamente de forma desigual. Coexistem diz ele, uma economia capitalista fracamente desenvolvida e uma economia semi-feudal preponderante. Para ele a China era um país semi-colonial dividido entre potências imperialistas e por isso com divisão entre as classes dominantes. Para Mao (1975)²¹ “Em momentos históricos determinados, a burguesia chinesa pode participar na guerra revolucionária”, e a guerra é, desde o surgimento da propriedade privada e das classes “a forma suprema de luta para resolver contradições, em determinada etapa do seu desenvolvimento, entre classes, nações, Estados ou grupos políticos”.

5.2 – Lenin

Embora não faça menção às Convenções Internacionais que estabeleceram um regime internacional da propriedade intelectual (1883 e 1886), Lenin analisou o período que

²¹ A referência é obtida de uma versão de livro eletrônico disponibilizado pelo site www.marxist.org. O texto é “Problemas Estratégicos da Guerra Revolucionária na China” integrante do Livro “Obras Escolhidas de MAO TSETUNG – Tomo I, em tradução da Edições do Povo, Pequim, Julho de 1952. Fonte: Obras Escolhidas de Mao Tsetung, Tomo I, paginas 295-430. Edições em Línguas Estrangeiras, 1975.

compreende a segunda metade do século XIX, em seu “Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo”, que é um período crucial para entender-se o surgimento dessas convenções.

Lenin (1917), por óbvio, não utilizou os termos “direitos da propriedade intelectual” explicitamente, porque não tinham ainda assim sido denominados. Mas ele estava plenamente consciente de sua importância. No referido livro, o termo “patentes” é utilizado por cinco vezes. Três deles para falar da aquisição das patentes pelos *Trusts* Americanos quando estes mudaram a produção manual para a produção mecânica (p. 8). Uma quando fala da constituição do monopólio das empresas de eletricidade e finalmente aborda uma última vez para mostrar como o direito de patente pode se tornar um impeditivo do desenvolvimento. Tal formulação está presente no capítulo que fala do parasitismo e a decomposição do capitalismo. Esta última passagem vale a citação:

Como vimos, a base econômica mais profunda do imperialismo é o monopólio. Trata-se do monopólio capitalista, isto é, que nasceu do capitalismo e que se encontra no ambiente geral do capitalismo, da produção mercantil, da concorrência, numa contradição constante e insolúvel com esse ambiente geral. Mas, não obstante, como todo o monopólio, o monopólio capitalista gera inevitavelmente uma tendência para a estagnação e para a decomposição. Na medida em que se fixam preços monopolistas, ainda que temporariamente, desaparecem até certo ponto as causas estimulantes do progresso técnico e, por conseguinte, de todo o progresso, de todo o avanço, surgindo assim, além disso, a possibilidade econômica de conter artificialmente o progresso técnico. Exemplo: nos Estados Unidos, um certo Owen inventou uma máquina que provocava uma revolução no fabrico de garrafas. O cartel alemão de fabricantes de garrafas comprou-lhes as patentes e guardou-as à chave, atrasando a sua aplicação (LENIN 1917, p. 48).

No mais, Lenin (1917) resume, sinteticamente, este período de constituição dos cartéis:

Assim, o resumo da história dos monopólios é o seguinte: 1) Décadas de 1860 e 1870, o grau superior, culminante, de desenvolvimento da livre concorrência. Os monopólios não constituem mais que do que germes quase imperceptíveis. 2) Depois da crise de 1873, longo período de desenvolvimento dos cartéis, os quais constituem ainda apenas uma exceção, não são ainda sólidos, representando ainda um fenômeno. 3) Ascenso de fins do século XIX e crise de 1900 a 1903: os cartéis passam a ser uma das bases de toda a vida econômica. O capitalismo transformou-se em imperialismo. (LENIN, 1917, p. 7).

E continua apontando a importância da técnica como fator de superioridade:

O relatório de uma comissão governamental americana sobre os trusts diz: “A grande superioridade dos trusts sobre os seus concorrentes baseia-se nas grandes proporções das suas empresas e no seu excelente equipamento técnico” (LENIN, 1917, p. 7).

No texto, Lenin (1917) aborda, predominantemente, a relação da atividade financeira e bancária com o sistema industrial e como se constitui o capitalismo em sua etapa financeira. Explica como se dá a organização e a administração especializada desses cartéis e ao falar da participação acionária afirma que “basta possuir 40% das ações para dirigir os negócios de uma sociedade anônima”. Com isso, nos resta demonstrado que Lenin tinha percepção do papel do Direito e seu uso na condução da economia. Sua análise, portanto, da época, nos parece de uma precisão cirúrgica. Diz ele:

O capitalismo é a produção de mercadorias no grau superior do seu desenvolvimento, quando até a força de trabalho se transforma em mercadoria. O desenvolvimento da troca, tanto no interior como, em especial, no campo internacional, é um traço distintivo e característico do capitalismo. O desenvolvimento desigual, por saltos, das diferentes empresas e ramos da indústria e dos diferentes países é inevitável sob o capitalismo (LENIN, 1917, p. 28).

Lenin (1917) chama a atenção para o fato de que no capitalismo de sua época se estavam a:

estabelecer determinadas relações entre os grupos capitalistas com base na partilha econômica do mundo, e que, ao mesmo tempo, em ligação com isto, se estão a estabelecer entre os grupos políticos, entre os Estados, determinadas relações com base na partilha territorial do mundo, na luta pelas colônias, na “luta pelo território econômico” (LENIN, 1917, p. 35).

Lenin (1917), em sua análise do período, demonstra que foi o período de intensificação das conquistas colônias, após a fase pré-monopolista que vai de 1860 a 1870. E conclui que: “É indubitável, por conseguinte, que a passagem do capitalismo à fase do capitalismo monopolista, ao capital financeiro, se encontra relacionada com a exacerbação da luta pela partilha do mundo” (p. 37).

Ou seja, o período que Lenin entende que seja o período de constituição do capitalismo monopolista, corresponde ao período em que foram criados mecanismos, no caso as ditas Convenções Internacionais, que ajudam a constituição de monopólios privados. O que hoje entendemos como propriedades intelectuais, como as patentes, as marcas e os direitos autorais, entre outros, nada mais são que espécies de monopólios, já que dão exclusividade de uso aos seus titulares.

Paul Baran (1960, p. 297), trata do desenvolvimento econômico rápido e de como o sistema capitalista, que era inicialmente um poderoso instrumento desse desenvolvimento, “se converteu em um obstáculo ao progresso humano”. Assevera ele que “A organização

racional e a plena utilização dos imensos recursos produtivos do Ocidente possibilitariam às nações desenvolvidas pagar pelo menos parte de sua dívida histórica para com os povos atrasados”, mas que o que Lenin escrevera em 1913 sobre o avanço da Ásia²², continuava atual, no sentido de que a burguesia dirigente da Europa e sua indústria de máquinas altamente desenvolvidas tinham o crescimento e a força do proletariado e por essa razão “sustentava tudo que era atrasado, moribundo e medieval”. Baran (1960, p. 300) ainda menciona Lenin para afirmar que seria ingênuo esperar que as nações atrasadas recebessem qualquer ajuda dos países mais adiantados, que se interessam mais pela conquista de colônias.

5.3 – Max Weber

O pensamento de Max Weber que utilizamos neste trabalho não é uma continuidade daquele que trazemos de Marx e Lenin nos subcapítulos anteriores, no sentido de haver uma contradição fundamental entre as nações a partir de seus interesses econômicos, e nem se coaduna, ideologicamente, com aqueles no sentido de ver na luta de classes o sentido da história. A menção a Weber, ainda que muito breve neste estudo, se justifica por ter este autor (WEBER, 1968) dedicado uma atenção especial à questão do Direito no desenvolvimento do Capitalismo, enfrentando um tema importante para a Filosofia do Direito.

Para Weber, foi necessária a existência de alguns pressupostos para que o capitalismo tenha surgido no Ocidente, da maneira como surgiu, embora tenha havido processo fabris também em outros lugares e em outras épocas. Segundo Weber (1968, p. 251) a técnica racional era um dos pressupostos (terceiro item da lista). Em seguida aponta o Direito racional que seria um direito calculável. “Para que a exploração econômica capitalista proceda racionalmente precisa confiar em que a justiça e a administração seguirão determinadas pautas”.

Weber sabia, portanto, da importância do Direito no desempenho de um sistema econômico. Sua análise segue o entendimento de que um sistema jurídico claro e objetivo em que as pessoas podem compreender e confiar no cumprimento das regras, favorece a dedicação das pessoas à atividade econômica. No que diz respeito à propriedade intelectual, o posicionamento do autor é de que a instituição do monopólio temporário (patentes) é benéfico à atividade. Ele aponta a primeira lei de patentes formulada pela Inglaterra em 1623 para a mineração, mas que contém, ainda segundo ele, todas as normas essenciais a uma lei de patentes moderna. Weber afirma, a nosso ver equivocadamente, que

²² Baran (1960) se refere- à obra de Lenin intitulada em inglês como “*Backward Europe and Advanced Asia Selected Works, in two volumes* (Moscou, 1950), vol. I, Parte 2, p. 314”.

sem o estímulo dessa lei no setor têxtil não teria sido possível os inventos que foram tão importantes para o desenvolvimento do capitalismo. Fazemos a assertiva de seu equívoco porque ele mesmo, em seguida, ao falar de como a indústria têxtil teve início na Inglaterra, reconhece, ainda que implicitamente, a importância da espionagem industrial. O autor conta a respeito da mais antiga fábrica movida por energia hidráulica da Inglaterra localizada em Derwent, próximo de Derby, e afirma que sua instalação se deu “em virtude de uma patente, cuja invenção fora roubada da Itália, pelo proprietário. Durante, muito tempo, existiu, na Itália, a fabricação de sedas, com diferentes modalidades de apropriação”. (p. 271)

SEGUNDA PARTE

DIREITOS DA PROPRIEDADE INTELECTUAL NO AMBIENTE POLÍTICO E ECONÔMICO DO PERÍODO TÉCNICO CIENTÍFICO INFORMACIONAL

Conforme apontamos, se observa no último quarto do século XX um recrudescimento dos direitos da propriedade intelectual, que se expande para novas áreas do saber, se intensifica em direitos já existentes e é promovido de maneira mais peremptória pelos países centrais e pelos novos órgãos multilaterais. O movimento, parecido em muitos aspectos com aquele verificado no último quarto do século XIX (conforme observamos da figura 1), precisa ser interpretado com a compreensão do ambiente político e econômico deste período. É que do ponto de vista meramente jurídico haveria uma flagrante contradição entre os direitos de propriedade intelectual emanados durante o quarto final do século XX e a Declaração das Nações Unidas que afirma o direito de todos ao desenvolvimento²³.

Capítulo 7 - O final do século XX

Nikolai Kondratieff faleceu em 1938 e escreveu sua obra sobre os ciclos longos em 1926. Não é possível afirmar assim, categoricamente, que o quarto ciclo depressivo das ondas longas se daria nos anos de 1970. No entanto, dada a periodicidade dos ciclos anteriores é possível situá-lo neste período. Rangel (1981), estudioso desses ciclos, reconhece a existência de um centro e de uma periferia no mundo. E afirma que a fase depressiva “b” de um quarto ciclo de Kondratieff no centro do sistema se dá no quarto final do século XX.

O quarto final do século XX representava, para os Estados Unidos, um momento de esgotamento das conquistas do pós-guerra. Era preciso resgatar um certo atraso que acumularam em relação à Alemanha e ao Japão, que despontavam como potências tecnológicas. Passa-se então a observar alguns movimentos de tentativa de reversão desse quadro. A partir de meados dos anos 1970 se observa o início de uma concentração de renda nunca antes vista na história americana como resultado claro de uma ação política (HACKER E PIERSON, 2002). A pesquisa de ponta se desloca das velhas e grandes indústrias para as empresas pequenas e médias de tecnologia. A chamada Guerra nas Estrelas, corrida

²³ A Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento das Nações Unidas de 1986 proclama, em seu artigo 1º que “O direito ao desenvolvimento é um direito humano inalienável em virtude do qual toda pessoa humana e todos os povos estão habilitados a participar do desenvolvimento econômico, social, cultural e político, a ele contribuir e dele desfrutar, no qual todos os direitos humanos e liberdades fundamentais possam ser plenamente realizados”. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-ao-Desenvolvimento/declaracao-sobre-o-direito-ao-desenvolvimento.html>. Acesso em 26/08/2015.

armamentista nuclear com mísseis de longo alcance, um pouco mais tarde, se torna prioridade do governo americano. Nesse ambiente se observa a legislação americana de propriedade intelectual passando por grandes mudanças. O sistema de copyright passa a adotar alguns princípios de direitos de autor de matizes europeu continental, como o reconhecimento do direito moral do autor. O Congresso Americano toma a iniciativa de adotar leis de propriedade intelectual para o ambiente digital.

No plano internacional se observam algumas semelhanças entre o ocorrido no quarto final do século XIX com o quarto final do século XX. Nos dois períodos ocorreram concentração de capital em empresas do centro do sistema e vivenciaram revoluções tecnológicas. No quarto final do século XIX a ciência passa a se subordinar ao capital e à indústria (BRAVERMAN, 1987). No quarto final do século XX essa subordinação se reforça com um papel maior das empresas no financiamento de pesquisas acadêmicas. No primeiro período se observa o surgimento de um regime internacional de propriedade intelectual. No segundo período há o surgimento do que se denomina de regime global de propriedade intelectual (JESSOP, 2007).

Como principais medidas do regime internacional instituído com as Convenções de Paris e de Berna ao final do século XIX se tem (a) o tratamento nacional, que é o sistema de tratamento igualitário de nacionais e residentes estrangeiros dentro dos territórios dos países membros, (b) o direito de prioridade, segundo o qual uma vez depositado um pedido de registro em um país, este depositante terá, em determinado período de tempo, prioridade de registro nos demais países membros, e (c) regras comuns com padrões mínimos para todos os países membros.

Como exemplo do que se conhece como regime global de propriedade intelectual instituído ao final do século XX, se tem o tratado do PCT, em que, depositada uma patente junto a este Tratado, com sede em Genebra, Suíça, a patente passa a valer em todos os países membros, prescindindo de registros em cada país em que o detentor queira explorar sua patente. Outros instrumentos jurídicos que caracterizam o regime global são o Acordo de Madri para o registro internacional de marcas e o Acordo Trips que procura impor a adoção de medidas pelos países membros da OMC capazes de efetivo respeito aos direitos de propriedade intelectual, além de inúmeros outros acordos e tratados referentes a cultivares de plantas, biotecnologia e outras propriedades intelectuais. Por outro lado, o recrudescimento desses direitos se faz eficaz pela prática de outros mecanismos de pressão, como o exercício de grupos de pressão, conhecidos como “lobby”, por exemplo.

Quadro 1 - Quadro evolutivo das legislações de propriedade intelectual segundo os ciclos econômicos e as Revoluções Industriais.

Dados obtidos de fontes diversas. Elaboração do autor.

Capítulo 8 – Período da Hegemonia Americana e a atuação do Estado

No período compreendendo o quarto final do século XX, se observa a tentativa de retomada de domínio dos Estados Unidos no centro do sistema, incomodados que estavam com o crescimento econômico e pela ameaça de tomada de dianteira tecnológica de Japão e Alemanha²⁴. Procura-se a manutenção de um predomínio americano que fora paulatinamente construído desde o início do século e se afirmara após a Segunda Grande Guerra.

No campo dos direitos, a atuação dos Estados Unidos para o enrijecimento das leis de propriedade intelectual se dá não apenas na órbita da formulação de tratados internacionais ou pelo lobby juntos aos legislativos nacionais, mas também pela pressão

²⁴ Desde a década de 1950, por exemplo, o Japão, através de sucessivos planos econômicos, com ênfase nas indústrias de base e em setores especialmente escolhidos, apresenta altas taxas de crescimento econômico, a ponto de em 1968 se tornar a segunda economia do mundo. Ao final da década de 1970 apresentava notável desempenho na área de semicondutores e indústrias na área de tecnologia da informação. Fonte: site da Embaixada do Japão no Brasil. Disponível em <http://www.br.emb-japan.go.jp/cultura/economia.html>. Acesso em 12/09/2015.

comercial em praticamente em todos os países e podemos tomar como exemplo o próprio Brasil. Barbosa (2003) assevera que:

A origem do processo de mudança da lei de propriedade industrial é, indubitavelmente, a pressão exercida pelo Governo dos Estados Unidos, a partir de 1987, com sanções unilaterais impostas sob a Seção 301 do *Trade Act*. Não obstante aplicadas no Governo Sarney, apenas no mandato seguinte se iniciaram as tratativas oficiais com vistas à elaboração de um projeto de lei.

Consentânea com tal momento histórico, a política do Governo Collor para com o setor tecnológico, embora ressoando as propostas da Nova Política Industrial do Governo anterior, não levada à prática desde sua formulação em 1988, importou na prática em contenção dos meios públicos aplicados no desenvolvimento tecnológico e em redução dos mecanismos de proteção ao mercado interno, em especial no setor de informática.

Desta postura derivam as propostas de reforma do Código da Propriedade Industrial, da Lei de Software, da Lei de Informática, da Lei do Plano Nacional de Informática e Automação (PNANIN), a elaboração de um anteprojeto sobre topografia de semicondutores e a extinção de praticamente todos incentivos fiscais ao desenvolvimento tecnológico (esses, posteriormente ressuscitados) (BARBOSA, 2003, p. 7).

Para esclarecer o que é a Seção 301, que obviamente infringe regras de Direito Internacional²⁵, nos servimos de publicação do Instituto Rio Branco. Segundo o diplomata brasileiro Regis Arslanian (1994):

A seção 301 da legislação comercial norte-americana prevê a adoção pelo Governo dos Estados Unidos da América de medidas comerciais coercitivas (denominadas correntemente de retaliações comerciais) como instrumento unilateral de pressão para a abertura de mercados às exportações e aos investimentos externos norte-americanos.

Instituída pela Lei de Comércio e Tarifas de 1974, a seção 301 conferiu poder discricionário ao Executivo norte-americano para fazer uso de tais medidas coercitivas contra políticas e práticas comerciais de Governos estrangeiros consideradas prejudiciais aos interesses norte-americanos (ARSLANIAN, 1994, p. 7).

Transparece nesta medida o poder exercido por um Estado poderoso em detrimento de uma ordem internacional mais balanceada.

E não faltam teóricos para sustentar e fundamentar este estado de força. No caso dos Estados Unidos da América, tomamos o exemplo de Joseph S. Nye²⁶ que é assertivo ao

²⁵ Há no Direito um entendimento de que o Direito Internacional é mais um conjunto de regras propositivas para a comunidade de países do que de regras jurídicas, uma vez que o que caracteriza o direito seria a possibilidade de sanção, de aplicação de penas em caso de infringência, e que no âmbito internacional é improvável a aplicação de penas a uma nação poderosa. Faltaria, assim, ao Direito Internacional, a principal característica jurídica, que é a punibilidade.

recomendar políticas de Estado tanto no âmbito interno como no externo para que os Estados Unidos se mantenham como a nação preponderante do globo, em seu livro “O paradoxo do Poder Americano – Porque a única superpotência do mundo não pode caminhar sozinha”. Diz o autor (NYE, 2002) que a promoção pelo Governo Americano de normas e políticas no âmbito do direito internacional devem ser firmes:

A globalização é filha da tecnologia com a política. A política americana deliberadamente promoveu normas e instituições como o GATT, o Banco Mundial e o FMI, que criaram um sistema econômico internacional aberto a partir de 1945. Por quarenta e cinco anos a extensão da globalização econômica foi limitada pelas políticas autárquicas dos países comunistas (NYE, 2002, p. 91)^{27 28}.

Um dos motivos da hegemonia norte-americana parece residir na notável capacidade de harmonia entre a atuação do Estado e de suas companhias. E nessa conjunção de atuações resultam em práticas comerciais, utilizando-se dos direitos da propriedade intelectual como medida de preservação de sua hegemonia. Conforme relata Mirow (1978):

O monopólio da tecnologia sempre constituiu o segredo do sucesso de corporações multinacionais. E, a fim de considerar esta situação explorando as invenções de outros, que lhes parecessem úteis, formaram elas pools de patentes, com sistema de licenciamentos mútuos (cross-licensing), cuja função é arrematar e monopolizar todas as patentes e inovações tecnológicas de processos industriais e futuros, repartindo-se tão somente entre os seus membros (MIROW, 1978, p. 20).

Theotônio dos Santos (1987) assinala o crescente papel do Estado através de financiamento ao setor privado para pesquisa e desenvolvimento. Para o autor (SANTOS, 1987):

Neste caso, o Estado garante o financiamento da P e D e o consumo do produto resultante. Este comportamento do Estado se manifesta sobretudo no setor militar e espacial e resolve um dos mais graves problemas das empresas ao se dedicarem às atividades destinadas à invenção. Esta sempre supõe um risco, pois nunca se pode ter completa certeza que se obterão ou não os resultados desejados para descobrir um novo produto ou processo;

²⁶ Cientista Político. Professor em Harvard. Foi Secretário Assistente de Defesa para Assuntos de Segurança Nacional (1994-1995) e membro do Conselho Nacional de Inteligência (1993-1994), entre outros cargos no governo americano. Atualmente é membro do Conselho de Política de Assuntos Internacionais (desde 2014).

²⁷ Tradução nossa. No original: *Globalization is the child of both technology and policy. American policy deliberately promoted norms and institutions such as GATT, The World Bank, and the IMF that created an open international economic system after 1945. For forty-five years, the extent of economic globalization was limited by the autarkic policies of the communist governments.*

²⁸ O GATT é o Acordo Geral de Tarifas e Comércio, nome decorrente das iniciais em inglês de *General Agreement on Tariffs and Trade*, estabelecido em 1947, embrião do que veio a ser posteriormente a Organização Mundial do Comércio.

nem se podem calcular completamente suas potencialidades econômicas antes de se conhecer suas características (SANTOS, 1987, p. 14).

Para Mazzucato (2014) o Estado sempre esteve por trás das grandes inovações e avanços dos países, financiando pesquisas e investindo em áreas e temas estratégicos em que a iniciativa privada ou não possuía o capital necessário ou não queria arriscar inicialmente. Os Estados Unidos, conhecidos pelo dinamismo do setor privado, teve sempre, na verdade, o Estado por trás dos grandes avanços. Neste último quarto de século XX se tem esta política americana materializada pela instituição de quatro grandes frentes, a saber, a Darpa (Agência de Projetos de Pesquisa Avançada de Defesa, de 1980); a Sbir (Programa de Pesquisa para a inovação em pequenas empresas, 1982), o Orphan Drug Act, (Lei de Financiamento de Drogas para Doenças Raras, 1983) e a National Nanotechnology Initiative (Iniciativa Nacional para a Nanotecnologia, 2001)²⁹.

Mazzucato (2014, p. 35-36) demonstra que até mesmo ícones da cultura americana e que fazem a propaganda de um suposto empreendedorismo privado dos Estados Unidos (e a suposta superioridade do “mercado”) só apareceram em virtude do apoio estatal. Dentre esses ícones Mazzucato aponta o iPhone da Apple. A empresa de Steve Jobs recebeu, desde o início, financiamento do Estado através do programa Sbic (posteriormente Sbir) e utilizou tecnologias obtidas com financiamento público. Afirma a autora que “De fato, não há uma única tecnologia significativa por trás do iPhone que não tenha sido financiada pelo Estado”, citando a internet, o GPS, a tela de toque e assistente ativado por voz.

Capítulo 9 - A ação dos grupos de interesses e lobbies

Conforme asseveramos surge ao final do século XX um regime global de propriedade intelectual que deve ser cumprido pelos países participantes do comércio internacional. O Acordo Trips impõe esse cumprimento em esfera global e permite a adoção de medidas punitivas pelos países ofendidos por violações de propriedade intelectual aos países violadores. No entanto, a atuação e pressão dos países detentores dos maiores acervos de propriedade intelectual, em especial dos Estados Unidos, não se restringe à pressão

²⁹ Trata-se mais de um programa envolvendo ministérios e agências governamentais diversas do governo americano que uma instituição. O website do programa não traz a data de sua fundação por essa razão. Iniciou-se, na seara governamental, após pesquisas em universidades, com uma iniciativa do governo do Presidente Bill Clinton no ano de 2000 e continuou nas gestões posteriores. Adotamos o ano de 2001 para constar como início por ter sido o primeiro ano em que recebeu dotação orçamentária própria.

externa. Seus interesses adentram as fronteiras dos países menos desenvolvidos e exercem ali seu poder.

Assim, tanto agentes governamentais dos países centrais como representantes das empresas desses países exercem grande pressão sobre governos dos países periféricos ou semiperiféricos para fazerem valer legislações de propriedade intelectual que sejam benéficas às empresas dos países centrais.

Para demonstração dessa política, não precisamos ir muito longe, sendo possível analisar o lobby exercido em nosso próprio país. Scudeler (2014, p. 10), em que pese ser um autor da área jurídica amplamente favorável à proteção da propriedade intelectual, relata sobre a atuação do governo norte americano na oportunidade da aprovação da atual lei brasileira da propriedade industrial (Lei. 9.279/1996) junto ao Congresso Nacional. O Congresso teria sido “pressionado pelo governo norte-americano, que exigia mudanças na legislação patentária nacional, adequando-a aos seus interesses comerciais”. E que anteriormente em 1991, o Presidente Collor teria enviado o Projeto de Lei 824/91 para cumprir uma promessa ao governo americano para “reconhecimento das patentes de processos e produtos farmacêuticos, de química fina e de alimentos processados”.

Sobre as exigências norte-americanas para mudar a lei de patente brasileira diz (SCUDELER, 2014) que essas pressões já se faziam sentir na década de oitenta, mais precisamente em 1987 “diversos laboratórios apresentaram ao governo norte-americano uma petição, afirmando que as limitações na legislação patentária brasileira não eram razoáveis (...)”. O governo americano fazia pressões ao governo brasileiro com ameaças de sanções e retaliações com base na Seção 301 do Trade Act de 1974.

Os Estados Unidos colocaram o Brasil em uma “lista negra” e sofreu sanções econômicas, cujas perdas são estimadas em 105 milhões de dólares, mas com impacto muito maior nas exportações brasileiras. É importante salientar que a política brasileira estava de acordo com as Convenções de Berna e de Paris que autoriza “a exclusão de patenteamento de produtos considerados ao interesse nacional, à saúde e à segurança pública”, ainda segundo Scudeler (2014, p. 11).

A atividade lobista junto ao governo brasileiro não apenas é detectada por pesquisadores, como também é constatada pelos próprios parlamentares e expressa em documentos oficiais. O deputado Roberto Gouveia do Partido dos Trabalhadores apresentou Projeto de Lei (22/2003) envolvendo medicamentos para a Aids, tendo colocou como justificativa o fato de que as empresas farmacêuticas americanas, sob o governo Clinton, tentavam proteger suas patentes, impedindo o desenvolvimento de medicamentos genéricos

em países como a África do Sul que tentavam evitar a epidemia da aids. E expõe textualmente na justificação de seu projeto de lei³⁰:

O setor industrial que está mais apto a proceder de tal maneira é, sem dúvida, o de química fina, mas especificamente as indústrias farmacêuticas. Não é por acaso que o ‘lobby’ dessas indústrias é muito ativo, tanto no Poder Legislativo como no Executivo, como se constata pelas atuações que está a mover no sentido de protelar ao máximo a aplicação da Lei n. 9787/99, conhecida como Lei dos Genéricos, ou de influir nas regulamentações governamentais para aplicação da mesma (BRASIL, 2003).

Esta atuação das corporações, sobretudo americanas, muitas vezes sob o patrocínio do governo americano, não se dá apenas no Brasil. Evidentemente se trata de uma política geral para todos os lugares e é reconhecida até mesmo por pessoas que fizeram parte do centro do poder mundial. Ao comentar a decisão da Suprema Corte dos Estados Unidos que rejeitou o patenteamento de genes humanos, Stiglitz (2013)³¹ assevera que “Mesmo sendo extremamente importante, esta vitória é apenas um fragmento do cenário de propriedade intelectual que é pesadamente definido pelos interesses corporativos – frequentemente norte-americanos”. E conclui que:

O poder econômico normalmente fala mais alto do que valores morais. Em muitas instâncias nas quais os interesses corporativos americanos prevalecem, em relação à propriedade intelectual, nossas políticas ajudam a aumentar a desigualdade no exterior (STIGLITZ, 2013, p.1).

A atividade de lobby dos países e empresas centrais perante governo e instituições dos países da periferia não se dão apenas na indústria química e farmacêutica, mas em todos os ramos. Na esfera da propriedade intelectual ela se deu, no Brasil, em todas as matérias envolvendo a propriedade intelectual do ramo do agronegócio.

Flávia Londres e Paula Almeida revelam a influência das empresas sementeiras do agronegócio sobre governos e legisladores para fortalecer e ampliar seu controle sobre os mercados e afirmam que essas empresas exerceram “*uma sistemática ação de lobby e de pressão política*” na formulação, discussão e votação das leis de Biossegurança (Lei 8.974 de

³⁰ Projeto de lei ainda em tramitação em 29/09/2015. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=104345>. Acesso em 29/09/2015.

³¹ Joseph Eugene Stiglitz, economista ganhador do Nobel de Economia de 2001 foi assessor econômico do presidente americano Bill Clinton. Após a passagem pelo governo americano já declarou em diversas entrevistas que a pressão sofrida pelo governo pelo lobby da indústria farmacêutica é escandalosa.

1995), da Lei de Propriedade Industrial, da Lei de Cultivares, da Lei de Sementes, e da Nova Lei de Biossegurança (de 2005) (LONDRES, ALMEIDA 2009, p. 27)³².

Capítulo 10 - A ofensiva americana e européia através dos tratados bilaterais

Para Maristela Basso, os países desenvolvidos, sobretudo os Estados Unidos, impõem um regime de propriedade intelectual de excessiva proteção aos direitos dos países ricos no âmbito da Organização Mundial do Comércio. Os países em desenvolvimento apenas aceitaram o acordo Trips porque tinham a expectativa de que com esse acordo os países ricos abandonariam a prática dos acordos bilaterais (BASSO, 2005, p. 15). Mas isso não ocorreu.

No âmbito da OMC e dos demais órgãos internacionais, tendo em vista seu caráter de multilateralidade, os países pobres ou em desenvolvimento têm conseguido vitórias importantes nas negociações ou nos litígios. O caso mais notável é o do conhecido caso do algodão brasileiro. Na área da propriedade intelectual o arranjo de Brasil e Índia, para as patentes farmacêuticas, é o caso mais lembrado. Por essa razão os países ricos continuaram a utilizar dos acordos bilaterais para padronização dos direitos de propriedade intelectual porque podem fazer ameaças de retaliações econômicas aos países pobres, fora do âmbito daqueles órgãos. Em análise do Nafta, o Tratado de Livre Comércio da América do Norte, que inclui Estados Unidos, Canadá e México, ou da proposta do que seria a ALCA, Área de Livre Comércio das Américas, ficam expressas as desvantagens do México e dos países caribenhos quando se trata de propriedade intelectual.

Muitos são os acordos bilaterais e regionais de livre comércio levados a cabo pelos Estados Unidos. São acordos com países da África, Oriente Médio, Ásia, Pacífico, América Latina e Caribe. Contudo, novamente segundo Maristela Basso (BASSO 2005, p. 26), embora os Estados Unidos sejam os “principais arquitetos do processo global de regulamentação dos direitos de propriedade intelectual”, também a União Européia possui inúmeros acordos de livre-comércio com África, Oriente Médio, Ásia, Pacífico, América Latina e Caribe. A autora afirma que a União Européia também possui um instrumento equivalente à “Section 301” dos americanos, embora seja mais comedida no uso. Por fim, (BASSO, 2005) afirma que “a cada dia novo acordo é celebrado em algum canto do globo”³³.

³² As autoras, são engenheiras agrônomas, e revelam, em especial, a atuação da empresa Monsanto, que inclusive levou parlamentares brasileiros para viagem à África do Sul.

³³ A autora afirma que não informa todos os acordos bilaterais em seu texto porque a lista de acordos é acrescentada quase que diariamente. Os acordos dos Estados Unidos podem ser encontrados no site www.ustr.gov/Trade_Agreements/Section_Index.html.

Em geral esses acordos bilaterais impõem aos países em desenvolvimento patamares ainda mais elevados de proteção da propriedade intelectual do que aqueles estabelecidos no acordo Trips, caracterizando o que os autores passaram a chamar de “Trip-plus”.

Capítulo 11 – Neoliberalismo e Globalização

As ações promovidas a partir do centro do sistema, como observamos, especialmente a partir dos Estados Unidos, não vieram, desta vez, revestidas apenas pela força das armas, embora essas também tenham se feito presentes (Vietnam, Chile, El Salvador, entre tantos outros exemplos). As ações promovidas neste quarto final de século XX vieram também embasadas em uma forma ideológica, dentre as quais a ideologia neoliberal foi a mais significativa.

Para Peck (2010), o neoliberalismo, como uma teoria de modelo de livre mercado, foi fabricado em Chicago (A Escola de Chicago) e vigorosamente mercantilizado por Washington, Nova York e Londres e se tornou uma racionalização ideológica para a “globalização” e para “reformas” do Estado contemporâneo. O que começou, para o autor, como um movimento utópico, ganhou contornos agressivos com o presidente americano Ronald Reagan e a primeira ministra britânica Margareth Thatcher na década de 80 do século 20, para, na década seguinte, adquirir um estilo tecnocrático naquilo que ficou conhecido como Consenso de Washington.

Para Peck (2010), o neoliberalismo oferece uma base de operação, ou um “software ideológico”, para uma inserção competitiva no mundo globalizado, impondo uma reestruturação do Estado em várias partes do mundo, combinando um compromisso com a expansão dos mercados e a lógica da competitividade com uma grande rejeição ao pensamento keynesiano.

Para o autor, a imposição emana a partir do centro do sistema, funcionando lá como uma autodisciplina, e se irradiando para o Sul, através dos organismos internacionais e de agentes locais, sem violência ou litígios, mas mediante a desmoralização dos defensores de um modelo institucional de direitos sociais que são acusados de ultrapassados e suspeitos. O autor canadense afirma que esse modelo se tornou hegemônico e um senso comum.

Esse período neoliberal nos ajuda assim a compreender os reais motivos do enrijecimento das políticas de direito de propriedade intelectual propagadas ao mundo neste período que resultou na adoção, em 1994, do chamado Acordo Trips (Acordo sobre Aspectos dos Direitos da Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio), acordo este integrante do

conjunto de acordos celebrados ao final da Rodada Uruguai do GATT que resultou na criação da Organização Mundial do Comércio.

Sobre esse momento histórico David Harvey (2012) relata a necessidade da criação de um novo sistema porque o mundo vivia um momento de pressão inflacionária, uma “explosão da quantidade do capital ‘fictício’”, um endividamento crônico e os Estados Unidos passavam a ter a competição do Japão e da Alemanha Ocidental.

Por esses motivos, segundo Harvey (2012):

abandonou-se o ouro como base material dos valores monetários e desde então o mundo tem tido de conviver com um sistema monetário desmaterializado. O conluio (hoje documentado) entre a administração Nixon e os sauditas e iranianos para elevar loucamente em 1973 os preços do petróleo prejudicou muito mais as economias européias e japonesa do que os Estados Unidos (que na época não dependiam muito das reservas do Oriente Médio). Os bancos norte-americanos (em vez do FMI, que era o agente preferido de outras potências capitalistas) obtiveram o privilégio monopolista de reciclar petrodólares na economia mundial, trazendo de volta para casa o mercado de eurodólar 25. Nova York tornou-se o centro financeiro da economia global, (.....) (HARVEY, 2012, P. 58).

E no que diz respeito à propriedade intelectual prossegue o autor:

Por volta de 1980, ficou claro que a produção dos Estados Unidos passara a ser um entre muitos complexos atuando num ambiente global altamente competitivo, e que a única maneira de o país sobreviver era alcançar a superioridade (em geral temporária) na produtividade e no projeto e desenvolvimento de produtos. Para resumir, os Estados Unidos já não eram hegemônicos. Era necessária a ajuda do governo (como foi o Acordo Plaza de 1985) (....) Nas áreas em que as empresas dos Estados Unidos permaneceram fortes, à passagem à produção externa de componentes ou mesmo de produtos inteiros deslocou uma quantidade maior de capacidade produtiva para fora das fronteiras do país, ainda que **a repatriação de lucros tenha mantido a riqueza fluindo para dentro delas**. Em outras áreas, **os privilégios de monopólio vinculadas com tecnologias patenteadas e leis de licenciamento ofereceram um bem vindo alívio da drenagem do domínio norte-americano na produção** (HARVEY, 2012, p. 60, grifo nosso).

Chossudovsky (1998) aponta um outro aspecto desse processo que levou à fragmentação da produção de bens, em que as empresas dos países centrais buscam produzir em lugares do planeta em que matéria prima e mão de obra são mais baratas. Não se trataria de um processo de industrialização desses locais, mas de uma reestruturação global da produção em que é mantido o lucro (licenciamentos e royalties) nos países centrais. Para o autor:

A Economia Rentista

(....) A economia de alta tecnologia, baseada na propriedade do know-how industrial, em projetos de produtos, em pesquisa e desenvolvimento, etc., subordina a “produção material”. A “produção não material” subordina a “produção material”; o setor de serviços apropria-se do valor agregado ao produto manufaturado. Além disso, fora o pagamento de royalties e de taxas de licença pelo uso das tecnologias japonesas e ocidental, os ganhos dos produtores do Terceiro Mundo são invariavelmente apropriados por distribuidores, atacadistas e varejistas dos países desenvolvidos (CHOSSUDOVSKY, 1998, p. 75).

E assevera ainda que:

Os projetos, a tecnologia e o know-how são de propriedade do capital internacional das corporações, que também detém seu controle. A produção não-material e o controle sobre os direitos de propriedade intelectual sobrepõem-se à produção material. O excedente da produção industrial material é apropriado pelos setores não-materiais. (CHOSSUDOVSKY, 1998, p 86).

O neoliberalismo, assim, foi a ideologia subjacente às ações dos países centrais e mais especificamente dos Estados Unidos, para que se impusesse ao mundo a tomada de medidas para que o centro continuasse a prosperar segundo a lógica do lucro de suas empresas. Ideologia esta subjacente também a um discurso que falava em globalização, como um momento novo na história. Podemos afirmar que quanto à globalização se trata mais de uma roupagem nova a práticas do imperialismo.

Forrester (2001, p. 7) entende ser a globalização um termo perverso, com nítida intenção de indicar um caráter hegemônico, capaz de definir o estado do mundo e englobar tudo, todos os elementos materiais ou imateriais. Para a autora esse momento é de um ultraliberalismo com a maximização dos lucros e o desprezo pelo emprego e pela vida humana. Porém, afirma a autora, esse liberalismo e globalização não são sinônimos. Na verdade os avanços tecnológicos característicos da globalização são apropriados pelo liberalismo, confundindo-se com ela, propositadamente, para dar um sentido de irreversibilidade a este regime político. O discurso liberal o faz de tal modo eficaz que aquele que for contra o liberalismo parece ser contra o avanço da tecnologia.

Para Chesnais (1994, p. 14) é preciso tomar cuidados com os termos, uma vez que eles não são neutros e invadem o discurso político e econômico cotidiano. Segundo o autor, o adjetivo “global” teria surgido nos anos 1980 nas escolas americanas de administração de empresas, notadamente Harvard, Columbia e Stanford, e se incorporou um pouco mais tarde ao discurso neoliberal com o propósito de passar um recado. Esse recado era direcionado aos

grandes grupos empresariais para que estes atentassem ao fato de que os obstáculos à exploração das atividades comerciais tinham sido superados, com a liberalização econômica e desregulamentação e o avanço das telecomunicações. Instava que esses grupos empresariais reformulassem suas políticas de comércio internacional e se reposicionassem estrategicamente.

Chesnais (1994, p. 117) afirma que as novas relações entre ciência, tecnologia e atividade industrial desde o final dos anos 1970, tornou a tecnologia um fator de competitividade decisivo, como nunca fora antes. Os investimentos em pesquisa e desenvolvimento se tornaram um item de despesas das empresas industriais em que o índice de concentração é das mais altas do mundo, restringindo-se a poucas empresas em cada setor. Em coalizões mundiais com determinados países, que se constituem em oligopólios, as empresas intercambiam seus conhecimentos para a aceleração do desenvolvimento criando mecanismos de apropriação e proteção desse acervo com a ajuda do Estado. Chesnais (1994, p. 119) dá o exemplo dos projetos VHSIC e Sematech dos Estados Unidos, o projeto VLSI e do computador de quinta geração, e dos projetos europeus Esprit, CE e Jessi como exemplo dos programas mais conhecidos nos anos 1980 na área da indústria eletrônica.

Os direitos da propriedade intelectual ganham, assim, especial relevância nesse período, uma vez que com o aumento das transações comerciais, do fluxo de informações e de conhecimentos técnicos e o intercâmbio de cultura afetam as marcas, as patentes, os direitos autorais, as indicações e denominações geográficas, entre outras propriedades intelectuais. Estes, em suma, podemos afirmar, são os motivos do enrijecimento desses direitos que acompanha o avanço do processo técnico-científico do período, inobstante o termo que se dê.

O termo globalização, todavia, continua a ser amplamente utilizado e comporta conceitos vastos e variados. No que diz respeito aos efeitos da globalização nas finanças, por exemplo, alguns autores chegaram a falar em fim da geografia³⁴, como O'Brien (1992), para quem a localização geográfica não importava mais, ou importava bem menos, entre outros motivos porque a regulamentação não seria eficaz sobre o território. No entanto, após a crise de 2008, reviu muitos de seus conceitos e concluiu afinal que ainda se está longe do fim e que a Geografia continua relevante (O'BRIEN; KEITH, 2009).

Uma das assertivas de O'Brien (1992) para seu trabalho sobre o fim da geografia repousava sobre uma suposta ineficácia da norma sobre o território regulamentado. Emanado do estado nacional, a norma não alcançaria os fatos, fluídos que se tornaram através das

³⁴ No original *The End of Geography*.

fronteiras. Tal pressuposto, no entanto, contém um equívoco básico, que é não levar em conta paradigmas atuais, como o de que os regimes jurídicos são cada vez mais globais e cada vez mais eficazes sobre o território, não importando a jurisdição em que o indivíduo se encontre. São hoje globais os regimes de direito ambiental, o de direitos humanos, o de crimes financeiros entre outros, e para o que aqui importa o regime de propriedade intelectual. O Direito evoluiu para criar mecanismos de controle antes inimagináveis como o cruzamento de dados e colaboração entre órgãos estatais como tribunais, receitas federais, institutos de propriedade intelectual e bancos centrais com órgãos internacionais como o Banco Mundial, a OMPI entre outros.

A questão da norma e de sua territorialidade em épocas de globalização exige assim novas reflexões, mas sem descartar o território.

No dizer de Carroué (2011)³⁵, há aproximadamente vinte anos a mundialização vem sendo imposta “como termo e como noção no conjunto dos campos políticos, econômicos, sociais e culturais”, e esta noção, “largamente reconhecida como operativa para compreender e analisar o mundo contemporâneo” é, portanto, “*d’essence éminemment géographique*” (p. 1). E define a mundialização como um “processo de difusão do sistema de economia de mercado no espaço mundial, que resulta na emergência de uma economia mundo (no sentido de Braudel, de Wallerstein ou de Bairoch)” (CARROUÉ, 2004, p. 1).

Ainda segundo Carroué (2006, p. 1) na mundialização “não há, de modo algum, desterritorialização dos mercados ou das empresas, mas o contrário. No mais, não há uniformização”. Ele cita, como exemplo, diversas empresas instaladas em áreas da Europa que carregam uma forte cultura específica, e citando as diferenças de Peugeot e Renault, afirma que a inserção na mundialização pode tomar modalidades e características diferentes. Ele diz que “se pode assim falar de resistência e de resiliência dos territórios à uma pretendida uniformização do mundo”.

Beck (1999) se aproxima, em certa medida, de O’Brien (1992) quando fala de um encurtamento das distâncias na era da globalização. Para ele a globalização é um processo resultante de uma ideologia neoliberal em que o Estado Nacional perde cada vez mais espaço a novos atores do cenário político, como as organizações não governamentais, uniões nacionais, mas, sobretudo, às companhias transnacionais, que adquirem cada vez mais poder. Essas companhias transferem a produção para os países periféricos, em busca de salários mais

³⁵ Na França se utiliza o termo mundialização (*mondialisation* no original). Os textos de Carroué foram traduzidos pelo autor.

baixos, tributos menos onerosos e matérias primas abundantes e ficam com as atividades imateriais, mas rentistas (royalties) nos países centrais.

Por outro lado Beck (1999, p. 212) ressalta a confusão teórica que se instaura na leitura sociológica da globalização, e afirma que “O globalismo neoliberal é uma ação altamente política, que no entanto se apresenta de forma absolutamente apolítica”. É, para ele, a força da ideologia que prega a execução das leis de mercado, a diminuição do Estado e da democracia.

Resulta que desse debate surge uma notória contradição no campo dos direitos. Se a globalização é um movimento de livre circulação de mercadorias, maiores fluxos de pessoas e de cultura e a desregulamentação dos territórios é uma imposição para a livre concorrência, porque foi e é crescente a quantidade de leis de propriedade intelectual e o rigor em suas aplicações?

Segundo Ferreira Gontijo (2008), os teóricos do Direito tomaram emprestado da economia o conceito de “Teoria da Falha de Mercado” para justificar a intervenção cada vez maior da regulamentação da propriedade intelectual na presente época em que se pede cada vez mais o livre mercado. O monopólio da patente seria uma “exceção” à economia do livre mercado.

De qualquer modo, passados aproximadamente três décadas de ideologia neoliberal, o mundo continua desigual, e as nações ainda mais divididas em ricas e pobres. Em 1998 Landes (1998) explicava a configuração mundial, situação esta que continua ainda hoje:

Neste ínterim, avançados e atrasados, ricos e pobres, não parecem estar crescendo mais próximos uns dos outros. Os esquadrinhadores otimistas de números assinalam mini convergências globais, mas situam a Ásia com os pobres, e somente o êxito especial do Leste asiático gera essa ilusão de ótica. A África e o Oriente Médio ainda estão sem rumo certo. A América Latina está realizando um trabalho confuso no tempo e no espaço. O antigo bloco socialista está em transição: alguns países estão tendo um bom desempenho, outros, em especial a antiga União Soviética, oscilam num mar de profundas incertezas (LANDES, 1998, p. 586).

Capítulo 12 – Direito Internacional e a Propriedade Intelectual

Milton Santos (2004, p. 137/138), ao explicar sobre as etapas da interdisciplinaridade aplicada à Geografia destaca o papel da ideologia na interpretação do espaço, “pelo fato de os objetos serem planejados e construídos com o objetivo de aparentar

uma significação que realmente não tem”, sendo tal significação o resultado dos interesses de ordem internacional. “Daí a importância do estudo das relações internacionais”.

Acrescentamos que é importante se abordar em estudo desta natureza o Direito Internacional por diversas outras razões, dentre as quais podemos apontar as seguintes: (a) A propriedade intelectual como propriedade imaterial, não física, intangível, que é o conhecimento e as criações da mente humana, ainda que transmutada para uma base física, como as obras de artes, a música que se fixa em um *compact disc*, uma história que se fixa em um livro impresso, etc, são reverberadas para fora das fronteiras, às vezes são levadas pela comunicação verbal, e se expandem facilmente para outros povos e nações; (b) Por esse mesmo motivo a propriedade intelectual sempre recebeu, na era moderna, tratamento de Direito Internacional, na medida em que as legislações dos países decorrem da orientação dos Tratados Internacionais; (c) Atualmente, em período a que chamam de globalização, com o avanço mais acentuado de empresas de um país para mercados de outros, um maior intercâmbio da cultura e da indústria do entretenimento e o aumento das trocas comerciais, as fronteiras legais entre os direitos nacionais e internacionais se tornam cada vez mais tênues e nebulosas; (d) Finalmente, mas não menos importante, entendemos, como Bob Jessop, que vivemos hoje subjugados por um regime global de direitos da propriedade intelectual.

Para Barbosa (2003):

Se há um sistema de propriedade dos bens intelectuais, ele deve ser, necessariamente, internacional. Este postulado é particularmente claro no que toca à proteção da tecnologia. O país que concede um monopólio de exploração ao titular de um invento está em desvantagem em relação aos que não o outorgam: seus consumidores sofreriam um preço monopolista, enquanto os demais teriam o benefício da concorrência, além de não necessitarem alocar recursos para a pesquisa e desenvolvimento.

De outro lado, a internacionalização da propriedade da tecnologia tem a vantagem de racionalizar a distribuição física dos centros produtores. Se em determinado país a nova tecnologia pode ser melhor explorada com a qualidade da mão de obra local, com o acesso mais fácil ao capital financeiro e à matéria prima, para produzir bens que serão vendidos, com exclusividade, em todo mundo, o preço e a qualidade serão os melhores possíveis (BARBOSA, 2003, p. 149-150).

No que concerne o Direito Autoral, espécie de Propriedade Intelectual, Ascensão (1992) afirma que:

A obra literária ou artística, com maior ou menor intensidade consoante os tipos, é suscetível de formas de utilização que vão além dos limites demarcados pelas fronteiras dos Estados. Não teria completo significado a consagração do direito de edição, em proveito do autor, se num país

estrangeiro de língua comum se pudesse fazer uma livre utilização da obra (ASCENSÃO, 1992, p. 32).

É importante lembrar ainda que o Direito Internacional se fundamenta antes nas teorias das relações internacionais, para que não se olvide que antes de qualquer Direito posto existem outras ciências que embasam a construção das normas jurídicas, notadamente as Ciências Políticas.

Dentre as diversas correntes teóricas das relações internacionais não encontramos uma linha que invalide o nosso postulado de que o regime dos direitos de propriedade intelectual é o instrumento resultante das forças conscientes dos países centrais. Tomamos de Slaughter (2011)³⁶, as principais teorias das relações internacionais.

O Realismo é uma das mais destacadas teorias, oriunda, em primeira instância, do pensamento de Nicolau Maquiavel. Em sua fase moderna figura o clássico Hans Morgenthau, e nos dias de hoje é representada pelas figuras do ex-Secretário de Estado dos Estados Unidos Henry Kissinger e do cientista político norte-americano Joseph Nye. Em linhas gerais, o argumento central do Realismo consiste na crença de que o sistema internacional é definido antes por uma anarquia, em virtude da ausência de um poder central com poder de sanção sobre os países. Para esta corrente o poder de cada Estado é a chave para o entendimento da ordem internacional, sendo esta o resultado do jogo de forças em que os mais fortes fazem valer os seus interesses.

Sob esta ótica os direitos da propriedade intelectual seriam o resultado da imposição dos interesses dos países centrais, mais especificamente dos Estados Unidos. Quando se observa a imposição de diversas regras de propriedade intelectual em acordos bilaterais dos Estados Unidos, observamos que são fatos que dão validade à teoria. Muitos países só conseguem recursos, acordos de comércio e investimentos diretos se adotarem internamente políticas de proteção da propriedade intelectual (BASSO, 2005).

A corrente do Institucionalismo, em brevíssima síntese, toma fundamentos da microeconomia e da teoria dos jogos para concluir que a cooperação entre as nações é possível. Os adeptos desta teoria são grandes entusiastas das Instituições Multilaterais, como a Organização das Nações Unidas e suas agências, acreditando que sejam fóruns apropriados para a construção de uma ordem internacional mais justa e democrática. Apenas nestes fóruns internacionais as nações mais pobres são ouvidas, resultando que em relações bilaterais elas acabam por sucumbir ao poder do mais forte. A vitória que países como o Brasil e a Índia,

³⁶ SLAUGHTER aponta o Realismo, o Institucionalismo, o Liberalismo, o Construtivismo e a Escola Inglesa como as principais correntes teóricas das Relações Internacionais.

agindo conjuntamente, conseguiram na área das patentes farmacêuticas, seria um exemplo das possibilidades do Institucionalismo.

O Liberalismo, outra das teorias, leva em conta as características individuais de cada nação como determinante das relações internacionais, na qual indivíduos e grupos privados também têm papel preponderante na política mundial ao lado dos estados nacionais. O Construtivismo, mais que uma teoria, se trata de uma plêiade de proposições e alternativas para o mundo, fundamentando em princípios das demais correntes para propor que atores não-estatais, como as organizações não-governamentais, tomem para si um papel mais relevante para que possam efetivamente ajudar na construção de uma ordem mais pacífica e justa. A chamada “Escola Inglesa” é outra corrente que ganha força como teoria, ao fazer antes um histórico das relações internacionais para pensar o futuro. Um de seus principais autores, Hedley Bull entende que o Direito Internacional é uma das cinco instituições centrais que media o impacto da anarquia da sociedade anárquica. Outras abordagens, de matizes críticos, são ainda mencionados pelos acadêmicos das relações institucionais, como as Marxistas, Feministas, Pós-Coloniais, Ecológicas, etc.

Dentre as correntes das relações internacionais estudadas entendemos que encontramos maior simetria da atual configuração da propriedade intelectual com o Realismo, uma vez que nosso entendimento é de que as nações mais poderosas do mundo exercem seu poder sobre as menos poderosas de forma sistemática, seja através do poderio econômico (através de acordos bilaterais de comércio e sanções), seja pelo que se chama de *soft-power*, definição criada por Joseph Nye como a forma de persuasão através de valores culturais e morais.

O Direito Internacional, assim, se mescla e se mistura com os Direitos Internos dos países de tal forma que é impossível estabelecer onde reside a sua fronteira. Há claramente um Direito Internacional que resulta dos Tratados e Convenções Internacionais e há um Direito Nacional claramente definido como aquela legislação elaborada pelos legislativos nacionais, que são, aliás, subjugados pela ação dos grupos de interesses (lobby) das companhias e governos dos países ricos conforme se demonstrará em capítulo próprio. Mas há uma zona de sobreposição na medida em que os Tratados são internalizados nos países e na medida em que as regras são cada vez mais transnacionais e fragmentadas por todo o espaço mundial.

Para Klabbers (2009, p. 84) há uma tendência atual de surgimento de um Direito Constitucional em esfera internacional, tendo em vista a variedade de instrumentos legais e o espectro em que normas são estabelecidas, e que: “Os efeitos combinados da globalização e

da privatização significa que não está mais claro o que exatamente constitui Direito Internacional, e o que não constitui”³⁷.

Maduro (2009) sustenta a tese de que temos hoje no mundo um pluralismo jurídico, tanto no plano interno como no plano externo. Para ele, o interno decorre da multiplicidade de atores com poder internamente em cada país, decorrendo uma legislação plural, e a externa decorre do aumento da comunicação e interdependência entre as diferentes ordens legais nacionais. Esta situação de incertezas propicia também o que o autor chama de “externalidades legais”³⁸ na qual a decisão em uma jurisdição impacta uma outra jurisdição. E ressalta o crescimento de “fertilização cruzada”³⁹ de conceitos legais. Essa situação decorreria do aumento das características transnacionais dos litígios econômicos e dos serviços legais em que os advogados tendem a circular argumentos jurídicos e estratégias jurídicas entre as diferentes ordens legais, como também pelo fato das ideias jurídicas circularem pelo meio acadêmico.

Esse caráter fragmentário de hoje não significa, porém, que o Direito Internacional não tenha, e não tenha tido, no passado, um papel fundamental na configuração do poder econômico no mundo, agindo como um instrumento de Estado.

Para Wallerstein (2001):

De maneiras diferentes, o Estado tem sido crucial como mecanismo para otimizar a acumulação. Contudo, nos termos da sua ideologia, espera-se que o capitalismo expresse a atividade de empreendedores privados, livres da interferência dos aparatos estatais. Na prática, isso nunca foi verdade em lugar nenhum (WALLERSTEIN, 2001, p. 49).

Em seguida, Wallerstein (2001) afirma que a soberania do Estado sempre fora um mito, na medida em que os Estados Modernos se desenvolveram dentro de um sistema interestatal que sempre apresentou restrições:

Essas restrições se manifestam nas práticas da diplomacia, nas regras formais que governam jurisdições e contratos (direito internacional) e nos limites que definem como e sob que circunstâncias as guerras podem ser conduzidas (WALLERSTEIN, 2001, p. 50).

É crucial, portanto, entender que tanto o direito internacional, como o direito interno dos países, são instrumentos de políticas de Estado, ou melhor dizendo, dos Estados

³⁷ Tradução do autor. No Original: *The combined effects of globalization and privatization mean that it is no longer clear what exactly constitute international law and what does not.*

³⁸ *Legal externalities* no original.

³⁹ Tradução nossa. No original: *Cross Fertilization.*

Centrais que exercem o comando do mundo e do Grande Capital, lembrando que na seara internacional o poder de uma nação ainda é relevante no cumprimento ou não das regras, exemplificando no não cumprimento pelos Estados Unidos de diversas determinações de órgãos multilaterais.

Para entender como os direitos da propriedade intelectual avançaram e se tornam centrais no capitalismo, como instrumento para a acumulação desigual, importante se fazer, portanto, como procuramos fazer, uma breve análise do período histórico do pós- segunda guerra mundial, mas principalmente do período que começa ser gestado nos anos setenta do século passado.

Quando chegam os anos setenta uma nova era se inicia com a liberalização do comércio internacional e o avanço das empresas transnacionais ao centro das decisões. É nítida a mudança de paradigmas que levará ao processo da “globalização”, processo este que vem no bojo do discurso neoliberal. Faria (2004), ao dissertar sobre o novo direito que emerge com a globalização e dentro do que chama de “economia-mundo”, destaca o papel central das organizações financeiras e empresariais transnacionais. A racionalidade que fundamenta esse novo direito, afirma ele:

reside num juízo de fato: a consciência dos novos sujeitos políticos e dos agentes econômicos de que as formas de relações sociais condicionadas pelas interconexões entre as instituições financeiras internacionais e as corporações empresariais transnacionais exigem do Estado-nação diferentes papéis de intermediação que só podem ser efetivamente exercidos com a colaboração deles – e, o que é ainda mais importante, sem seu poder de veto. Trata-se, portanto, de uma racionalidade bastante peculiar, mais precisamente uma racionalidade da qual vão resultar instituições jurídicas essencialmente descentralizadas, procedimentais e acima de tudo “facilitativas”, em oposição àquelas altamente centralizadoras, substantivas e finalísticas desenvolvidas no pós-guerra pelo Estado intervencionista ou “providenciário”, com base nas políticas keynesianas de gestão macroeconômica e nos programas de bem-estar social (FARIA, 2004, p. 148).

Capítulo 13 – Contexto e Conceitos dos direitos de propriedade intelectual

Vivemos, assim, o período técnico científico informacional, como disse Milton Santos (1996), caracterizado, entre outros fatores, pelo fato de estarmos cercados de objetos e não mais de coisas. Jean Baudrillard elaborou análise semelhante (2008 p. 9), afirmando que “A civilização urbana vê sucederem-se, em ritmo acelerado, gerações de produtos, de aparelhos, de *gadgets*, frente aos quais o homem parece uma espécie particularmente estável”.

Como dissemos na introdução deste trabalho, nenhum direito está tão presente na vida do homem moderno quanto o direito da propriedade intelectual. Porque os objetos de que falam Milton Santos e Jean Baudrillard e que rodeiam toda a vida das pessoas são objetos carregados de intencionalidades sobre os quais recaem interesses dos detentores de seus direitos intelectuais. São direitos de patentes, de desenho industrial, de autor, e o mais expressivo e visual deles, o direito de marca.

Para Naomi Klein estamos vivendo em um mundo em que as marcas das grandes corporações americanas dominam todo o espectro de nossas vidas, privatizando o espaço público através dos direitos das marcas e do direito autoral. Essa dominação é agressiva a ponto de impor o medo às pessoas no uso de símbolos e versões de produtos das grandes corporações.

No que diz respeito ao aspecto jurídico que recai sobre esse fenômeno dos objetos e sua reprodução mercantil, Denis Borges Barbosa (2003), afirma que:

A aceleração do processo informacional e o desenvolvimento da economia industrial passaram a exigir, desde o Renascimento, a criação de uma nova categoria de direitos da propriedade. Tal se deu, essencialmente, a partir do momento em que a tecnologia passou a permitir a reprodução em série de produtos a serem comercializados: além da propriedade sobre o produto, a economia passou a reconhecer direitos exclusivos sobre a idéia de produção, ou mais precisamente, sobre a idéia que permite a reprodução de um produto (BARBOSA, 2003, p. 15).

A estes direitos, que resultam sempre numa espécie qualquer de exclusividade de reprodução ou emprego de um produto (ou serviço), se dá o nome de “Propriedade Intelectual”.

Barbosa (2003), afirma que ao tornar exclusiva uma oportunidade de explorar a atividade empresarial, os direitos de propriedade intelectual se aproximam do monopólio, ressaltando que para Foyer e Vivant há monopólio jurídico, mas não econômico (Foyer e Vivant, *Le Droit des Brevets*, PUF 1991, p. 263.).

No caso do Brasil, e de muitos outros países herdeiros da tradição do Direito Europeu Continental, entendiam tradicionalmente os juristas que os Direitos de Propriedade Intelectual desdobravam-se em Direito Civil (Direito Autoral) e em Direito Comercial (Marcas e Patentes).

Não é sem razão que até hoje se sustenta essa separação. Desde a sua sistematização internacional através de duas convenções distintas, bem como as características inerentes a cada um dos ramos, justificavam a distinção.

Em todas as conceituações e classificações jurídicas, observamos que está sempre presente a concepção, a nosso ver equivocada, de que se tratam, esses direitos, de criações do indivíduo, e não como avanços gerais de uma dada sociedade humana, como veremos em capítulo próprio.

Para Carlos Alberto Bittar (2008, p.3) essas criações do gênio humano no caso das obras literárias, artísticas e científicas “cumprem finalidades estéticas (de deleite, de beleza, de sensibilização, de aperfeiçoamento intelectual)”, enquanto que as criações industriais cumprem “objetivos práticos (de uso econômico, ou doméstico, de bens finais resultantes da criação, como, por exemplo, móveis, automóveis, máquinas, aparatos e outros)”. Por esses motivos o prazo de proteção, antes que caíam em domínio público, momento em que todos poderão utilizar livremente as criações, é menor para estes últimos e maior para aqueles primeiros. Os avanços técnicos que tornam a vida de todos mais fácil devem ser mais rapidamente compartilhados por todos, segundo a justificativa teórica para os prazos de proteção. E também por essas razões estes últimos precisam, para ter proteção, ser registrados em órgão próprio, no caso do Brasil no Instituto Nacional de Propriedade Industrial, enquanto que aquelas criações autorais não necessitam ser registradas, bastando a prova de sua anterioridade para terem proteção jurídica.

No entanto, já há algum tempo, tem se entendido pela existência de um ramo próprio e autônomo denominado de Direitos da Propriedade Intelectual dado a existência de embasamento científico suficiente para assim se entender como disciplina própria. O mesmo Bittar (2008) assevera que os direitos da propriedade intelectual são aqueles:

(...) referentes às relações entre a pessoa e as coisas (bens) imateriais que cria e, traz a lume, vale dizer, entre os homens e os produtos de seu intelecto, expressos sob determinadas formas, a respeito dos quais detêm verdadeiro monopólio.

(....) Esses direitos incidem sobre as criações do gênio humano, manifestadas em forma sensíveis, estéticas ou utilitárias, ou seja, voltadas, de um lado, à sensibilização e à retransmissão de conhecimentos e, de outro, à satisfação de interesses materiais do homem na vida diária (BITTAR, 2008, p. 2-3).

Cada vez passa-se a adotar a sistemática norte-americana que engloba desde sempre os dois ramos da propriedade intelectual como se uma fosse, conforme estabelecido na Constituição Americana, que é de 1787, que diz que deve o Congresso “Para promover o

progresso da Ciência e das Artes, assegurar, por um tempo limitado, aos Autores e Inventores, o Direito exclusivo sobre seus respectivos escritos e descobertas”⁴⁰.

A Constituição Americana e o Estatuto da Rainha Anne da Inglaterra, de 1710, que estabeleceu o sistema de Copyright, são tidos como o marco inicial dos direitos da propriedade intelectual no formato moderno. A maioria dos autores desconsidera atos patentários que existiram em Veneza e mesmo outras formas de proteção na Antiguidade que não tinham o formato de proteção do que hoje conhecemos como propriedade intelectual.

Os direitos de propriedade intelectual se fundamentam em diversos institutos legais, que embora de amplo uso social, como as marcas, as patentes e os direitos autorais, muitas vezes carecem de definições e entendimentos claros.

Muitos outros direitos intelectuais são objetos de disputas acirradas entre nações e corporações, de modo que uma breve abordagem e uma tentativa de definições se fazem necessárias.

13.1 Patentes

As patentes são conhecidas desde a Veneza da época do Renascimento, como privilégios de exclusividade de uso dados a alguns autores de inventos. E dentre todas as propriedades intelectuais é a mais conhecida e a mais estudada quando se tem como foco o processo de desenvolvimento econômico e industrial, a inovação e os estímulos à pesquisa. Conforme Barbosa (2003), uma patente:

na sua formulação clássica, é um direito conferido pelo Estado, que dá ao seu titular a exclusividade da exploração de uma tecnologia. Como contrapartida pelo acesso do público ao conhecimento dos pontos essenciais do invento, a lei dá ao titular da patente um direito limitado no tempo, no pressuposto de que é socialmente mais produtiva em tais condições a troca da exclusividade de fato (a do segredo da tecnologia) pela exclusividade temporária de direito (BARBOSA, 2003, p. 335).

No dizer do autor, uma patente se diferencia do “*know-how*”, já que a patente é uma exclusividade de direito enquanto o “*know-how*” é uma situação fática: “a posição de uma empresa que tem conhecimentos técnicos e de outra natureza, que lhe dão vantagem na concorrência, seja para entrar no mercado, seja para disputá-lo em condições favoráveis” (BARBOSA, 2003, p. 649).

⁴⁰ Tradução nossa. No original: *To promote the Progress of Science and useful Arts, by securing for limited Times to Authors and Inventors the exclusive Right to the irrespctive Writings and Discoveries.*

Em uma definição mais técnica, Luiz Otávio Pimentel (1999, p. 23) assevera que uma patente “é o título oficial de privilégio que se dá para um inventor que inscreve a sua invenção no órgão de registro da propriedade industrial, do qual emana um direito que lhe permite o monopólio temporário para a sua exploração”.

Figura 01 – Anamorfose Mundial de patentes para o ano de 2001.

Fonte: Anamorfose elaborada pela revista The Economist (2001) disponível no site <http://www.worldmapper.org/display.php?selected=167>. Acesso em 11/09/15.

Para a maioria da autores, a patente se aproxima de um monopólio, mas não o é, em virtude da patente se tratar de uma invenção que ajuda em uma solução técnica, mas não impede que outras soluções sejam buscadas por outros mecanismos.

A proteção dada para a patente, ainda que um privilégio, seria, segundo os autores que a defendem, uma solução melhor, uma vez que passado o prazo de proteção todos podem usá-la, uma vez que se torna conhecida. Em caso contrário, o detentor do conhecimento da técnica inventada poderá manter seu invento em segredo industrial, sem depositar no órgão competente os mecanismos de funcionamento, e a sociedade continuará alijada da técnica

inventada. Ressalta-se que o patenteamento é sempre uma opção ao inventor, que pode sempre optar por explorar seu invento em segredo, sem registro, principalmente com invenções mais complexas, cujo funcionamento é muito difícil de ser descoberto⁴¹.

Todos os países membros da Organização Mundial da Propriedade Intelectual⁴² devem estabelecer, segundo o artigo 33 do Acordo Trips, um prazo mínimo de vinte anos para proteção das patentes.

Em um hipotético mapa mundial de patentes concedidas (Figura 1) se observaria que a África, a América Latina e boa parte da Ásia simplesmente não existiriam. De 2002, este mapa não traz ainda a relevante presença da China alcançada nos últimos anos.

13.2 Marcas

Para Barbosa (2003, p 801) a marca é a mais importante das propriedades intelectuais e serve para designar um produto, mercadoria ou serviço. É usada como propaganda, podendo identificar a origem do produto e estimula o consumo e a valorização da atividade empresarial. O autor (BARBOSA, 2003), servindo-se de conceitos da lei brasileira, faz a seguinte definição da marca:

Assim, marca é o sinal visualmente representado, que é configurado para o fim específico de distinguir a origem dos produtos e serviços. Símbolo voltado a um fim, sua existência fática depende da presença destes dois requisitos: capacidade de simbolizar, e capacidade de indicar uma origem específica, sem confundir o destinatário do processo de comunicação em que se insere: o consumidor. Sua proteção jurídica depende de um fator a mais: a apropriabilidade, ou seja, a possibilidade de se tornar um símbolo exclusivo, ou legalmente unívoco, em face do objeto simbolizado (BARBOSA, 2003, p. 803).

Essa importância à marca dada pelo jurista brasileiro parece proceder, na medida em que esse signo se faz presente em toda a vida das pessoas pelo mundo afora. Ela influencia o consumo, cria disputas judiciais entre empresas e está presente no espaço geográfico de maneira sobressalente na paisagem urbana, na publicidade dos meios de comunicação e nos objetos que nos rodeiam. Como afirma Klein (2000) a marca e não a produção se tornou a atividade de lucro de nosso tempo.

⁴¹ Um dos requisitos para patenteamento é o depósito de relatório explicativo do funcionamento da invenção para que após o prazo de proteção outros possam explorá-la.

⁴² Em setembro de 2015 eram 188 membros segundo dados da própria entidade. Disponível em: <http://www.wipo.int/members/en/>. Acesso em 21/09/2015.

Observamos desde os anos de 1980 um aumento da importância da marca na economia das grandes corporações. Mais que produzir era importante ter uma marca conhecida. O Direito de propriedade intelectual acompanhou esse movimento instituindo diversas novas proteções, dentre as quais destacamos a figura do “*trade-dress*”, que consiste na proteção não apenas da marca em si, mas de sua combinação de cores e suas figuras. Não se pode usar uma combinação de cores ou de figuras que lembre, ainda que vagamente, uma marca concorrente. Protege-se, como diz o nome em inglês, a “roupagem” da marca. Outra teoria criada para maior proteção foi a “teoria da diluição da marca” segundo a qual uma empresa não pode usar um nome parecido de um concorrente⁴³. Finalmente, como mais um exemplo, se tem a teoria da “marca de alto renome”. Como as marcas têm o objetivo de proteger o consumidor para que ele não se engane na aquisição do produto, a proteção da marca se dá apenas em sua categoria de produto, como bebida, alimentos, veículos, etc. Com a teoria da marca de alto renome a proteção vai além de sua categoria⁴⁴.

13.3 Direitos Autorais e Conexos

A indústria do entretenimento tem uma importância hoje que vai além da sua participação na totalidade do produto interno bruto dos países. Para muitos governos se trata de uma indústria estratégica, capaz de levar a cultura de seu país para outros lugares, em uma espécie de dominação pelas artes e pela cultura. Um poder que Joseph Nye chamou de “soft power”. O direito intelectual que protege as criações artísticas, literárias, científicas e culturais são os direitos autorais e os direitos conexos.

Bittar (2008) utiliza também a denominação Direito de Autor ou Direito Autoral, e podem ser definidos da seguinte forma:

Em breve noção, pode-se assentar que o Direito de Autor ou Direito Autoral é o ramo do Direito Privado que regula as relações jurídicas, advindas da

⁴³ Tornou-se famoso o caso em São Paulo, por exemplo, em que uma lanchonete da favela de Heliópolis pintou o nome “MecFavela”, e foi instada judicialmente a repintar e mudar o nome do estabelecimento. Embora se admita que nenhum consumidor pudesse ser enganado porque obviamente a lanchonete não é da rede americana, se entende, através da teoria da diluição, que a “vulgarização da marca” deixaria a marca original com sua força “diluída”.

⁴⁴ Por essa especificação de sua categoria é que é possível ter uma empresa aérea chamada Gol e um veículo de mesmo nome Gol, porque são de categorias de produtos diferentes. No entanto, inventou-se o tal de “marca de alto renome”, em que pela notoriedade da marca, nenhum produto poderá adotar o mesmo nome, ainda que em outra categoria de produto. No Brasil, por exemplo, a marca com o nome “Sadia” não pode ser usada por ninguém, salvo pela detentora da marca, a empresa alimentícia Sadia S/A, ainda que um novo empreendedor queira usar o nome para um produto de beleza. As marcas de alto renome no Brasil estão registradas no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) e podem ser consultadas no site da autarquia (http://www.inpi.gov.br/images/docs/inpi_marcas_de_alto_renome_em_vigencia_2013_09_11.pdf).

criação e da utilização econômica de obras intelectuais estéticas e compreendidas na literatura, nas artes e nas ciências (BITTAR, 2008, p. 8).

Para Ascensão (1992, p.11) “*O homem, à semelhança de Deus, cria. A criação literária e artística recebe a tutela do Direito de Autor*”. Trata-se assim de uma criação do espírito humano. A forma natural não é obra nesse sentido. Pela sua nobreza, “*a tutela conferida pelo Direito de Autor é a mais extensa e a mais apetejada de todas as tutelas, dentro dos direitos intelectuais*”. E ainda segundo Ascensão (1992, p. 15) “*associação cada vez mais estreita do Direito de Autor a sectores muito poderosos da atividade econômica marca também profundamente a nossa época*”. O autor está aqui a falar da edição e dos poderes das Editoras.

Bittar (2008, p. 152) conceitua como direitos conexos aqueles “direitos reconhecidos, no plano dos de autor, a determinadas categorias que auxiliam na criação ou na produção ou, ainda, na difusão da obra intelectual”. Por isso são chamados de “Conexos” ao direito de autor, ou por muitas pessoas, direitos “vizinhos” ao do autor. Bittar (2008) ainda cita os termos “afins”, “análogos” e “parautorais”, para esses direitos que são conferidos aos artistas na interpretação de obras, teatrais, cinematográficas, televisivas ou musicais, aos executantes de músicas, aos produtores fonográficos e finalmente, até mesmo a pessoas jurídicas, como as empresas de radiodifusão. Como exemplo desta última situação, podemos citar uma obra coletiva televisiva, como uma novela, onde há uma multiplicidade de detentores de direitos autorais individuais (autor da novela, intérpretes, executores das músicas, diretores, etc), mas cujo direito autoral sobre a produção total, em geral, caberá à empresa de radiodifusão, que licencia a obra a outras empresas como dona da obra total.

13.4 Cultivares de Plantas

Para Barbosa (2003, p. 711) hoje, em virtude das técnicas de manipulação genética, é mais fácil o patenteamento de objetos da tecnologia. Porém, anteriormente a 1973, eram poucas as novas tecnologias do campo biológico que atingiam os padrões mínimos de patente. Daí a necessidade de se criar um sistema específico de proteção que é o que se denomina hoje de cultivares de planta, ou cultivar de plantas.

Usando de disposições trazidas pelas legislações, Barbosa (2003, p.731) faz uma conceituação mais do objeto de proteção, afirmando que se trata de uma “*variedade de qualquer gênero ou espécie vegetal superior*” tendo que atender a cinco requisitos que são a (a) distintividade, (b) homogeneidade e estabilidade (técnicos); (c) novidade (jurídico), (d) utilidade (econômico) e que (e) tenha uma denominação própria.

Tendo em vista o ano em que foi instituída a Convenção Internacional para a Proteção dos Cultivares de Plantas (1961), e a consequente instituição da União para a Proteção das Novas Variedades de Plantas, conhecida como UPOV, e as sucessivas revisões da Convenção (1972, 1978 e 1991) pode se observar a emergência desta legislação em simetria com o movimento que ocorre no campo descrito por Milton Santos (1996). Ocorre nesse período de emergência dos Cultivares, o que Santos (1996, p. 160) chama de cientificização e tecnicização da paisagem, incluindo o mundo rural, cada vez mais tomado por objetos, máquinas, fertilizantes, etc. O período técnico-científico-informacional tende a ser universal e as plantas e animais não são mais herdados de gerações anteriores, mas criaturas da biotecnologia (p. 205).

Ou seja, essa espécie de propriedade intelectual surge em um momento em que empresas do ramo do agronegócio dos países avançados começam sua expansão rumo aos países em desenvolvimento. Alguns desses demonstraram posteriormente grande força produtiva por uma vocação territorial para o negócio. Hollanda Filho (2005) chama a atenção para a existência de um grupo de países que são grandes exportadores agrícolas como o Brasil e que incluem também países avançados como a Austrália, a Nova Zelândia e o Canadá, que na oportunidade dos debates para a criação da OMC defendiam a liberalização do setor agrícola, já que os avançados queriam a liberalização do comércio em geral.

13.5 Outras propriedades intelectuais.

São muitas outras as espécies, hoje, de direitos da propriedade intelectual que devem ser mencionadas. Destaca-se ainda dentre eles os direitos sobre “Circuitos Integrados” que são uma criação intelectual fundamental para a indústria da tecnologia da informação, das telecomunicações e para a digitalização que vivemos atualmente. Segundo Barbosa (2003) trata-se de um aparelho:

com um circuito eletrônico completo, funcionando como transistores, resistências e suas interconexões, fabricado em uma peça de material semicondutor, como o silício, germânio ou arsenídeo de gálio, folheados em wafers de 8 ou 12 camadas. Alguns circuitos integrados são usados como memória (as RAMs, ROMs, EPROMs); outros são utilizados como processadores – realizando funções lógicas e matemáticas em um computador”(BARBOSA, 2003, p. 765).

As Indicações Geográficas são outra espécie de propriedade intelectual que decorrem de um modo de fazer, produzir ou ainda das características do terreno ou do clima

na qual são produzidos certos produtos. Funcionam como uma espécie de marca, para distinção de mercadorias produzidas dentro de uma determinada região geográfica. O fato de ser produzido naquela região agrega um valor econômico devido às características naturais ou ao modo de fazer ali enraizado. Na definição de Machado (2009):

As Indicações Geográficas são bens intelectuais interpretados como sinais distintivos. Assim como a marca e o nome empresarial, servem para distinguir áreas geográficas que adquirem fama pela fabricação ou cultivo de determinado produto ou, baseadas em suas características influenciadoras do meio geográfico, adquirem qualidades ou características únicas e diferenciadoras das demais (MACHADO, 2009, p. 163).

O Desenho Industrial, para efeitos jurídicos, é a proteção dada ao objeto em seu conteúdo estético e funcional. Enquanto a patente protege o invento, o desenho industrial protege outros aspectos da criação industrial. Nos termos da Convenção de Paris, o desenho industrial englobava as espécies de modelo de utilidade, o modelo industrial, o desenho industrial e a marca. Segundo Fabio Ulhoa Coelho (2002, p. 89) “Desenho Industrial diz respeito à forma dos objetos, e serve tanto para conferir-lhe um ornamento harmonioso como para distingui-lo de outros do mesmo gênero”. O Direito protege, assim, o desenvolvimento de um objeto que tenha uma forma e uma funcionalidade nova do estado da técnica, proibindo que outros concorrentes copiem a novidade.

A Biotecnologia é outra das propriedades intelectuais que se encontra no centro do debate e é objeto de grandes disputas entre empresas. Ela se caracteriza pelo emprego da tecnologia na manipulação de organismos vivos, servindo-se de técnicas biológicas, nos ramos da biologia molecular, genética, genômica, e que se busca obter produtos e serviços. A biotecnologia é abordada neste trabalho em análise crítica em subcapítulo próprio (14.3).

13.6 Conhecimentos tradicionais

Conhecimentos tradicionais são aqueles oriundos de um conjunto de pessoas, tribos, povos, passados de geração a geração, muitas vezes pela tradição oral, sem que se conheça o autor, ou autores desses conhecimentos. Em um mundo em que se procura proteger cada vez mais os conhecimentos das corporações a fim de se obter renda (royalties) essas mesmas empresas usurpam os conhecimentos tradicionais, poupando-lhes recursos para pesquisas. Recentemente passou-se a difundir a ideia de que esses conhecimentos tradicionais deveriam também ser protegidos, uma vez que são livremente compartilhados mas com apropriação dos lucros pelas empresas que os exploram. Com o recrudescimento dos direitos

da propriedade intelectual nas últimas décadas do século passado, com o debate sobre o meio ambiente e a biodiversidade, esses conhecimentos tradicionais passaram a ser também objeto de preocupação por parte de pessoas preocupadas com a questão ambiental e estudiosos críticos da propriedade intelectual.

Para Delpas e William-Johnson (2014, p. 22/23), esses conhecimentos “dizem respeito a toda uma gama de substâncias e produtos – fibras, colorantes, conservantes, óleos, perfumes, venenos animais ou vegetais, remédios, sementes...”- todos saberes de grande interesse da indústria, principalmente a farmacêutica. Entendemos pertinente também a referência a esta espécie de propriedade intelectual porque em um sistema que entende os direitos autorais como uma espécie de direito natural, o mesmo sistema se esquece de proteger a autoria coletiva de povos sobre conhecimentos e culturas, que são frequentemente usurpados pela indústria. Notável é a usurpação por artistas da grande indústria musical de melodias e canções desses povos, sem que tenham o devido reconhecimento e a devida remuneração.

Capítulo 14. Atual configuração dos direitos de propriedade intelectual – Uma abordagem crítica.

Podemos afirmar que os direitos da propriedade intelectual gozam de uma proteção maior que os direitos da propriedade material. Como primeiro exemplo, podemos citar o instituto da desapropriação, existente no direito à propriedade física em maior escala e quase inexistente na propriedade intelectual. Existe aqui o licenciamento compulsório de patentes, que se aproxima um pouco da desapropriação, mas é menos agressivo, na medida em que no licenciamento a expropriação é provisória, enquanto que na desapropriação física é, em geral, definitiva⁴⁵.

Podemos afirmar também que não há motivo para que a propriedade intelectual tenha tratamento jurídico mais benéfico que a propriedade física. Para Posner e Landes (2003), a propriedade intelectual tem dois benefícios, a estática e a dinâmica, ao contrário da propriedade material. Exemplificamos a diferença na comparação entre os direitos sobre uma casa (propriedade material) e os direitos sobre uma canção (propriedade intelectual). O proprietário de uma casa pode nela habitar, usufruindo-a, ou a cede em locação, auferindo rendimentos. Não tem como ter os dois benefícios ao mesmo tempo. Já sendo detentor dos direitos sobre uma canção, o autor poderá se beneficiar dela, cantando, fazendo sua própria

⁴⁵ É comum em todo o mundo a desapropriação de propriedades imobiliárias para construção de estradas, hospitais, escolas, etc. Já o licenciamento compulsório de um fármaco, por exemplo, para atender a uma calamidade pública, além de raro é sempre bastante combatido pela indústria farmacêutica, ainda que estejam em risco milhares de vidas.

interpretação e auferindo lucros, ao mesmo tempo em que pode cedê-la (licenciá-la) para que outro intérprete também a cante e interprete auferindo lucro com esta licença. O mesmo se dá com as marcas, a patente, os direitos sobre softwares, etc. Aufere, pois, dois benefícios, ao contrário do detentor da propriedade material.

É muito mais vantajoso assim ser proprietário de um bem imaterial, do que de um bem material. E, no entanto, a legislação, em vez de balancear estes direitos, delega ainda mais benefícios à propriedade intelectual, dentre os quais, como explanamos a inexistência de desapropriações para o bem público que é o mais notório dos privilégios.

Jessop (2007) afirma que estamos no estágio de um regime global de Direitos da Propriedade Intelectual, tendo ele passado por dois estágios anteriores. O primeiro seria o da instituição desses direitos nas legislações dos países. O segundo estágio seria a instituição de um regime internacional, ocorrido com o advento das Convenções Internacionais de 1883 e 1886, e o terceiro e atual estágio seria o global, implementado com o Acordo Trips, em 1994, no âmbito da Organização Mundial do Comércio.

Sem perder de vista o seu caráter de direito internacional, pode-se afirmar que os direitos da propriedade intelectual avançaram nesses últimos anos para todos os ramos da vida. Alargaram as possibilidades de patenteamento de seres vivos e de vegetais, seres da natureza, pertencentes à humanidade, em um processo de privatização da vida em prol das empresas farmacêuticas, do agronegócio e da medicina. Aumentaram a proteção das marcas, dos direitos autorais, inventaram novas propriedades, tudo com o claro intuito de centralizar nos países desenvolvidos a renda decorrente do pagamento dos royalties. Os direitos da propriedade intelectual avançam ainda de maneira uniforme sobre todos os países, independentemente de seus estágios de desenvolvimento. A configuração atual desses direitos é, para dizer o mínimo, preocupante e merece ser amplamente conhecida para que possa ser amplamente combatida.

Vejamos alguns exemplos desse recrudescimento dos regimes jurídicos instituídos ao final do século XX, em especial o Acordo Trips, em comparação com as Convenções Internacionais do final do Século XIX.

As regras das Convenções Internacionais do final do Século XIX, procuraram levar a proteção da propriedade intelectual a todos os países que comercializavam com os países centrais. Determinou a Convenção de Paris, por exemplo, o tratamento igualitário entre nacionais e estrangeiros. Ou seja, se um país respeitava a patente de um nacional, deveria

respeitar a patente do estrangeiro igualmente (artigo 2º)⁴⁶. As Convenções estabeleceram ainda prazos mínimos de proteção que deveriam ser adotados por todos os países signatários. A Convenção de Paris estabeleceu os prazos mínimos de 20 anos para patentes e 20 para marcas, podendo neste último caso ser renovada indefinidamente. A Convenção de Berna estabeleceu a proteção mínima de cinquenta anos para a proteção dos direitos autorais, contados após a morte do autor, tendo esse prazo sido elevado posteriormente para 70 anos.

Já o Acordo Trips, nesta fase global, procurou dar eficácia às legislações de propriedade intelectual, fazendo-se ingerências nas legislações internas dos países, não deixando mais margens a interpretações genéricas, além de aumentar o espectro de propriedades protegidas. Determina, por exemplo, que os países membros devem garantir em suas legislações procedimentos para repressão eficaz contra as infrações aos direitos de propriedade intelectual (artigo 41, inciso 1)⁴⁷ e chega a pretensão de querer modular o procedimento processual, determinando que “As decisões sobre o mérito de um caso serão, de preferência, escritas e fundamentadas” ou ainda “sem atraso indevido” (artigo 41, inciso 3)⁴⁸.

Vê-se claramente na disposição do inciso 1 do artigo 41 uma intromissão na soberania dos países, uma vez que determina como deve ser o que se chama em direito de direito adjetivo ou procedimental, cuja legislação deveria respeitar as características de cada país. A mesma intromissão ocorre com a redação do artigo 58 que estabelece o procedimento *ex-officio*. Ou seja, não há necessidade que uma parte que se sinta lesada em seus direitos de propriedade intelectual tome iniciativa para a instauração de procedimento, podendo este ser tomado pela autoridade competente voluntariamente. Aqui, nos parece a instauração de um estado policial. O artigo 61 estabelece que os estados membros deverão adotar legislações penais, com penas de prisão para alguns casos de infração à propriedade intelectual, notadamente para contrafação a marcas e o que chama de pirataria em escala comercial. Está

⁴⁶ 1) Os nacionais de cada um dos países da União gozarão em todos os outros países da União, no que respeita à proteção da propriedade industrial, das vantagens que as leis respectivas concedem atualmente ou venham a conceder no futuro aos nacionais, sem prejuízo dos direitos especialmente previstos na presente Convenção. Por consequência, terão a mesma proteção que estes e o mesmo recurso legal contra qualquer ofensa dos seus direitos, desde que observem as condições e formalidades impostas aos nacionais.

⁴⁷ Acordo Trips. Artigo 41. Inciso 1. Os Membros assegurarão que suas legislações nacionais disponham de procedimentos para a aplicação de normas de proteção como especificadas nesta Parte, de forma a permitir uma ação eficaz contra qualquer infração dos direitos de propriedade intelectual previstos neste Acordo, inclusive remédios expeditos destinados a prevenir infrações e remédios que constituam um meio de dissuasão contra infrações ulteriores. Estes procedimentos serão aplicados de maneira a evitar a criação de obstáculos ao comércio legítimo e a prover salvaguardas contra seu uso abusivo.

⁴⁸ Acordo Trips. Artigo 41. Inciso 3. As decisões sobre o mérito de um caso serão, de preferência, escritas e fundamentadas. Estarão à disposição, pelo menos das partes do processo, sem atraso indevido. As decisões sobre o mérito de um caso serão tomadas apenas com base em provas sobre as quais as Partes tenham tido oportunidade de se manifestar.

o acordo Trips em consonância com o discurso do livre comércio ? O que seria pirataria em escala comercial ?

Os temas referentes a procedimentos processuais são de competência exclusiva dos Estados porque se deve levar em conta a tradição jurídica, social e econômica de cada país. A forma como se processa o litígio é eminentemente cultural, uma vez que cada cultura tem uma forma diferente de solucionar seus conflitos. Um instrumento jurídico internacional deve, em geral, impor regras de direito substantivo, dizendo o que pode e o que não pode, mas não como.

O direito penal, por sua vez, tem especificidades próprias. Exceção feita aos crimes internacionais que se perpetuam além das fronteiras, o direito penal é de competência de cada Estado na medida em que o Direito Penal tem como princípio basilar a penalização do mínimo possível. Segundo este princípio, as controvérsias sociais devem ser solucionadas nas esferas extrapenais, através de reparações civis, por exemplo, criminalizando-se apenas aquelas infrações que ponham em risco o equilíbrio da sociedade. Essas disposições do Acordo Trips, entre outros, demonstram claramente que o acordo não respeitou peculiaridades dos países e nem seus estágios de avanço social, econômico e tecnológico.

Para BARBOSA (1991) essa nova fase se caracteriza como uma padronização, em busca da eficiência, uma chegada do fordismo ao Direito. Para o autor (BARBOSA, 1991, p. 5) as ideias, sempre tidas como patrimônio comum da Humanidade passam a sofrer um processo de apropriação, diminuindo o campo de informações científicas e tecnológicas livres do comércio. As convenções internacionais do final do Século XIX deixavam os países livres para estabelecer suas políticas de proteção, mas ao final do Século XX acaba por ocorrer o que chama de patrimonialização das informações tecnológicas a a perda da autonomia dos países em relação ao estabelecimento de regras substantivas.

14.1. Questionando a eficácia da patente.

O principal e primeiro argumento em prol dos direitos da propriedade intelectual, principalmente nas comunidades jurídica e da economia, é que se não houvesse proteção ao monopólio do inventor e do autor, não haveria incentivos aos investimentos em pesquisa e desenvolvimento e na criação artística e literária e, portanto, desenvolvimento. Há ainda o argumento de que o trabalho intelectual é trabalho como outro qualquer, devendo ser remunerado da mesma forma.

Observamos, porém, que o primeiro dos argumentos não se sustenta após análise histórica, pois houve e há desenvolvimento mesmo sem proteção de propriedade intelectual como vimos nos casos dos países atualmente desenvolvidos, ou onde o regime é frouxo, como na China de hoje, que é estudada em capítulo a seguir. O segundo argumento também não se sustenta completamente quando se constata que muitas vezes não é o inventor ou o criador de obras que é bem remunerado. Ao contrário, são, em geral, as grandes corporações transnacionais que se apropriam dos royalties, e dos lucros de direitos autorais.

Não existem, efetivamente, estudos comprovando a eficácia econômica de um regime de propriedade intelectual, principalmente se considerarmos algumas das espécies de direitos de propriedade intelectual. O argumento em prol desses direitos é, sobretudo, mais forte quando se fala em patentes, mas mesmo nesta especialidade a eficácia é questionável. Para Heath (2007):

Filho da livre concorrência, porém excluindo-a, o sistema patentário é um clássico exemplo da tensão entre os monopólios e o livre-mercado: um escopo de proteção muito restrito ofereceria incentivos insuficientes para fomentar inovação, enquanto, ao revés, um escopo muito amplo obstaculizaria inovação e levaria a uma alocação insuficiente de recursos. Entretanto, uma recomendação econômica em direção ao escopo ideal de proteção é quase impossível: Machlup já provou que, no fim das contas, nenhuma das justificações para a existência e manutenção do sistema patentário (veja adiante) é conclusiva 5(HEATH, 2007, p. 20).

Este argumento em prol da propriedade intelectual é questionável também porque considera o direito de propriedade intelectual como um fenômeno universal, ignorando a diversidade mundial, e a existência de circunstâncias históricas e geográficas diversificadas e países em diferentes estágios de desenvolvimento. Ignora consequentemente a existência de outros sistemas jurídicos.

Com efeito, o sistema de patentes foi duramente questionado em certos períodos históricos na Europa, tendo o seu ápice entre 1850 e 1875. Segundo Machlup e Penrose (1950, p.1) os opositores do sistema de patentes não pediam apenas a reforma do sistema, mas sua completa abolição, em nome do livre comércio. No mais, estudos apontavam que em um sistema sem patentes o desenvolvimento de certas tecnologias poderia ser mais rápido (MACHLUP, 1958).

Auriol e Biancini (2009) pesquisaram países pobres, ricos e em desenvolvimento, seus regimes de propriedade intelectual, suas relações comerciais e os investimentos em pesquisa e inovação. Elas demonstraram que alguns países pobres, meramente exportadores, e

que sejam pequenos (em mercado) precisam ter um regime de proteção, pois, caso contrário, não conseguiriam exportar seus produtos, como retaliação dos países ricos. Já países que possuem um mercado interno relevante, e uma posição forte no mercado mundial, como Brasil e China, podem ter regimes de proteção mais frouxos, que ainda assim receberiam investimentos em pesquisa.

Para Richard Nelson (2006), não é possível saber qual o regime jurídico adequado para se estimular a inovação uma vez que é difícil determinar onde se situaria, exatamente, a linha de proteção que daria maior eficácia econômica. Em um regime em que se protege muito a patente, poucos protagonistas controlam todo o processo de inovação e invenção (e sendo beneficiados por isso, continuariam a investir na pesquisa). Em um regime em que inexistisse qualquer proteção da patente, de livre concorrência e onde seria lícito copiar produtos e reproduzi-los haveria possivelmente fontes rivais múltiplas de invenção e um ambiente de maior profusão de avanços. Nelson (2006) afirma que embora seja uma questão empírica, a adoção de diferentes teorias predispõe a diferentes respostas. Analisando algumas das teorias, o autor (NELSON, 2006) chega à conclusão que em alguns ramos e em algumas tecnologias o avanço técnico é um processo sequencial e interligado, de modo que a proteção da patente não pode ser muito abrangente, devendo se manter restrita, pois o excesso de proteção atrapalharia um processo em que há perspectivas amplas de progresso.

Conforme apontam Athreye e Cantwell (2007), muitos estudos tem sido feitos nos países em desenvolvimento na tentativa de quantificar ou medir os impactos positivos da globalização para constatar se esses países conseguem diminuir o atraso em relação aos países desenvolvidos. Alguns desses estudos versam sobre a transferência, pelas empresas multinacionais, de pesquisa e desenvolvimento, para os países menos desenvolvidos e investigam se esses conseguem se aproveitar dessa transferência para gerar tecnologia própria. Outros estudos versam sobre o impacto dos investimentos diretos estrangeiros, conhecidos na literatura jurídica e econômica internacional como FDI (*Foreign Direct Investments*).

Observa-se que muitos fatores e muitas variáveis precisam ser considerados. O nível de desenvolvimento prévio e a qualificação da população é um fator importante. A abertura da economia e participação no comércio internacional é uma variável fundamental, na medida em que a exportação de produtos para países mais desenvolvidos demandam a fabricação de produtos mais sofisticados e, portanto, inovadores. O estudo de Athreye e Cantwell, especificamente, foca diferentes dimensões da globalização como a abertura comercial, participação nos investimentos diretos (FDIs), o uso de locais internacionais como

fontes para patenteamentos pelas corporações multinacionais e a proporção de migração entre países. No que concerne o desenvolvimento tecnológico, com base em dados e estatísticas, os autores partem de duas variáveis (registro de patentes por estrangeiros nos Estados Unidos e recebimento de royalties por países a partir de 1950) e chegam a conclusões muito genéricas, como a de que houve diminuição do atraso (catching up) nas décadas de 1950 e 1960 e entre 1992 e 2001. Ou de que os países que mais se desenvolveram, como era de se esperar, foram os tigres asiáticos e a China. No entanto, os próprios autores reconhecem as limitações no estudo como o fato de um maior grau de patenteamento não significar necessariamente aumento de recebimentos de royalties ou um aumento de recebimento de royalties não significar aumento de patentes. Também o patenteamento não é o único parâmetro a indicar desenvolvimento tecnológico porque os países possuem diferentes padrões para patenteamento e nem toda inovação tecnológica é patenteada.

Posner (2005) também é assertivo em afirmar que não há como saber, do ponto de vista da economia, se um regime de direitos da propriedade intelectual leva a uma melhor relação de propriedade e utilidade social, em virtude dos custos do sistema de propriedade intelectual e em virtude da existência de fontes alternativas de incentivos para se criar tais propriedades. É que devemos lembrar que um regime de propriedade intelectual leva em conta, por um lado a necessidade de se dar incentivos à criação, e por outro lado, essa criação deve dar um retorno à sociedade. Ou seja, não há razão para que a proteção da propriedade intelectual exceda a tal ponto que restrinja o acesso público ao conhecimento de maneira desnecessária.

Posner (2005, p. 65) lembra que a apropriação privada não é o único método de incentivar a criação em atividades socialmente valorosas, como a pesquisa básica. Para o campo científico existe o financiamento público, por exemplo.

14.2 Uma visão crítica das marcas

As marcas empresariais estão exaustivamente presentes no mundo no período técnico-científico-informacional. A publicidade das marcas ocupam todos os espaços urbanos, seja na fachada das lojas, nos espaços publicitários próprios das ruas, seja ao longo das rodovias, aeroportos, veículos de comunicação, seja nos objetos. As marcas, através da publicidade, invadem e ocupam o espaço público, subsidiam eventos culturais e esportivos e instituem uma nova cultura, na qual ela é o centro das atenções. A marca ocupa, assim, o espaço da produção e consumo e o espaço da circulação.

Para Klein (2002, p 7) a origem do crescimento astronômico da riqueza das grandes corporações reside em uma ideia de teóricos da administração da década de 1980. As empresas deveriam produzir marcas poderosas e não produtos. As indústrias das nações desenvolvidas levam sua produção para os países em desenvolvimento onde a matéria prima e a mão de obra é mais barata e desenvolvem as marcas para enriquecer com os seus royalties.

Aparentemente a proliferação das marcas leva a uma ideia de homogeneização do espaço global. Vê-se a marca de uma mesma bebida americana no centro da cidade de Nova York e na favela de um país periférico. No entanto se observa que durante o período de ascensão da marca mais a diferença de riqueza se acentuou no mundo. E a explicação para isso é a simples constatação de que a marca gera royalties. Levada pela cultura difundida a partir do centro do sistema capitalista, a marca deixa de ser um mero signo distintivo de produtos para se tornar um conceito de vida e um “modo de ser”.

Klein (2002) destaca que pelo processo denominado de “*branding*”, as grandes corporações deixaram a produção para a terceirização e optaram por focar-se no marketing, criando o “adolescente global”, transformando as praças públicas em privadas (os shopping centers), patrocinando os eventos como “as árvores de natal”, escolas, universidades e até cidades inteiras, como é o exemplo da cidade de Celebration, no Estado da Flórida nos Estados Unidos.

Diante dessa ofensiva mercadológica, restou ao direito o trabalho de proteger ainda mais a marca, criando mecanismos de maior controle. Hoje não se protege apenas a marca como signo distintivo, como deveria ser do ponto de vista jurídico. Protege-se a combinação de cores de uma marca. Protege-se a combinação de traços, de linhas de aparência de uma marca. Trata-se do que se denomina atualmente em direito de “*trade dress*”, conforme já afirmado anteriormente. Protege-se a combinação de palavras de uma marca e o que são denominações de uso comum passam a ser apropriadas por empresas.

Um caso emblemático de proteção diz respeito à empresa de entretenimento Disney Enterprises. O primeiro desenho de Mickey Mouse foi veiculado em 1928, e sendo obra literária era protegido, portanto, pelo direito autoral, que tinha, na época, o prazo de proteção de cinquenta e seis anos, o que o faria cair em domínio público em 1984. Em 1976, porém, a empresa fez com que o Congresso Americano mudasse a lei e estendesse a proteção por setenta e cinco após a morte do autor. Em 1998, cinco anos antes que caísse em domínio público, novamente a lei foi modificada para estender para noventa e cinco anos a partir da primeira publicação e quando o direito estiver em mãos de uma corporação (SCHLACKMAN, 2014). Antes que se tenha que mudar novamente a lei, porém, a empresa

tratou de “demonstrar”, que Mickey Mouse, mais que uma criação literária se tornou um símbolo da empresa e, portanto, se transformou em uma “marca” e assim o registrou, visto que a marca, que tem proteção de vinte anos, pode ter sua proteção renovada indefinidamente.

Observamos assim que, a marca, uma propriedade intelectual que pode ter seu prazo de proteção renovado indefinidamente, tem se tornado o refúgio de outras propriedades intelectuais.

14.3 A apropriação privada da vida

Se não há comprovação de que um regime de propriedade intelectual rígido não é o único, ou o melhor caminho para o desenvolvimento. Ou até mais, se não há garantias que um regime de propriedade intelectual promova e incentive a criação, porque a partir dos anos 1970 se inicia um recrudescimento desses direitos?

A par de uma análise do ambiente político e econômico a partir dos anos 70 do século passado como fizemos anteriormente, é preciso entender ainda o ambiente jurídico em que ocorre esse enrijecimento dos direitos da propriedade intelectual que passa a abarcar toda a vida.

Vimos na introdução do trabalho o alargamento de proteção das marcas, para que o centro do sistema lucre com uma atividade rentista (royalties). Tomemos agora o exemplo da biotecnologia, uma política ainda mais grave e perigosa.

Garcia (2006) chama de biocapitalismo global, um movimento em que o Capitalismo avança sobre o mundo biológico do planeta para dele se apropriar através da biotecnologia e reconfigura as regras da propriedade intelectual.

Para Garcia (2006):

A extensão da economia capitalista a novos domínios não seria possível sem o esteio do sistema político, criador de condições normativas e legais que aceleraram a interpenetração entre o mundo acadêmico e a indústria em nome da transferência de conhecimentos e do serviço ao mundo econômico. (GARCIA, 2006, p. 982)

Este movimento implicou a penetração profunda do capital em certas áreas da ciência, em domínios de conhecimento tradicionalmente encarados como de interesse geral e onde, conseqüentemente, imperava a liberdade de circulação do saber e a utilização coletiva (GARCIA, 2006, p. 983).

Garcia (2006) chama esse movimento de um alargamento, no início dos anos 1980, das condições de elegibilidade para a concessão de patentes, em que passam a ser concedidas no âmbito de investigações que outrora eram consideradas saberes públicos. O

autor cita a ostra Allen, primeiro animal patenteado nos Estados Unidos, em virtude de uma alteração cromossômica para se obter um sabor mais intenso. Em seguida vieram um rato transgênico, peixes, vacas, porcos e ovelhas. Em 1998 a agência reguladora das patentes dos Estados Unidos concedeu 8000 patentes sobre genes humanos, técnicas e métodos relativos ao seu isolamento e manipulação. Em outubro de 2000, 160.000 pedidos de patentes foram feitos relativos a sequências de DNA, por firmas sediadas nos Estados Unidos, Europa e Japão. Para este autor este movimento nada mais é que uma nova maneira de se entender a propriedade intelectual. Passa a ser considerado “invenção” tudo o que tiver sido manipulado, inclusive seres vivos. Em uma perspectiva tradicional, o que é da natureza é, antes de tudo, patrimônio público da humanidade. A manipulação genética seria, nesta nova visão, mais que as técnicas anteriores de reprodução, que eram “naturais” porque não tem como acontecer “naturalmente”. Essa perspectiva se estende, então, não apenas nas ciências em prol dos ramos da medicina, da farmácia e da genética, como também às áreas de alimentos.

Esse movimento na ciência em prol do mercado é então sancionado pelo Direito, ou nas palavras de Garcia (2006):

Assim, a legislação, através do alargamento da amplitude, da duração e da intensidade de implementação dos direitos exclusivos, foi ao encontro do quadro ideológico que se começou a impor desde o final da década de 1970 e que conjugava a exaltação do mercado e a sacralização e remodelação dos direitos de propriedade. Estes seriam a forma de contrariar a fragilidade dos bens públicos derivada do seu uso crescente devido ao aumento demográfico, à prossecução do lucro ou à erosão dos valores comuns que previamente enquadravam a sua utilização. A propriedade perdeu assim o seu estatuto de compromisso social, tendo sido redefinida como direito absoluto (GARCIA, 2006, p. 987).

Ainda sobre o recrudescimento desses direitos na década de 1970, esclarecedoras são as palavras de Milton Santos (2004), que já em 1978, apontava para o ambiente daquele tempo, e as raízes da ideologia reinante que começou a ganhar corpo logo depois da Segunda Guerra. Os avanços das ciências exatas por causa da guerra e como imperativo para uma nova organização da economia para um novo período do capitalismo internacional foram as bases para a nova ordem, sustentados ainda pelos novos meios de difusão de massa. Aqui nos valem da transcrição literal da citação pela exatidão com que traduz o momento histórico:

A aceitação de novo modelo de utilização dos recursos dependia essencialmente de duas alavancas: a aceitação da noção de crescimento econômico e a submissão a um novo modelo de consumo. Juntos, esses dois elementos permitiriam implantar uma nova estrutura da produção, primeiro no centro do sistema e depois na sua periferia. O consumo de tipo novo nos

países subdesenvolvidos ajudou a expandir o novo tipo de produção nos pólos. Depois, quando o mercado estava criado, certas produções podiam se feitas no próprio Terceiro Mundo. Mais tarde, com a internacionalização do produto, a produção ia tornar-se autônoma em relação ao consumo e o modelo se difunde de maneira geral. Foi assim que as empresas transnacionais puderam desenvolver-se (SANTOS, 2004, p. 100).

O capitalismo é em si expansionista por sua necessidade de ganhar sempre novos mercados. A propriedade intelectual atualmente invade a integralidade de nossas vidas cotidianas. Os veículos com que nos locomovemos, os celulares com que nos comunicamos, os computadores pessoais com que fazemos nossos relatórios e trabalhos do dia a dia, os aparelhos de som e televisão com que nos divertimos, todos esses objetos carregados de intencionalidades têm marcas e trazem tecnologias avançadas.

Para Santos (1996) no início da história éramos cercados por coisas, uma realidade material que era dada pela natureza. Hoje estamos cercados de objetos, como uma realidade material criada pelo homem. Santos (1996, p. 39) define essa realidade como sistema de objetos.

Esses objetos são enfim motivos de grandes disputas pelos tribunais mundo afora. Telefones móveis da Apple, aparelhos de som minúsculos, aplicativos para telefones, computadores e aparelhos de leitura digitais, aplicativos de localização (Google maps e foursquare entre outros), invadiram o cotidiano das pessoas e são carregados de significados para o estudo do espaço. As empresas detentoras das propriedades intelectuais desses objetos travam uma feroz competição pelo mercado através da construção das marcas, que ocupam o espaço público, e se combatem nos tribunais para assegurar o recebimento dos royalties e gerar a acumulação da riqueza. Com isso produz a globalização perversa que aponta Milton Santos (2001). Essa nova era se caracteriza assim como uma era de grande litigiosidade entre as grandes empresas transnacionais.

Capítulo 15 - Litígios Globais envolvendo os direitos da Propriedade Intelectual

A importância da técnica é ressaltada por Milton Santos (2001) que afirma:

O desenvolvimento da história vai de par com o desenvolvimento das técnicas. Kant dizia que a história é um progresso sem fim; acrescentamos que é também um progresso sem fim das técnicas. A cada evolução técnica, uma nova etapa histórica se torna possível (SANTOS, 2001, p. 24).

Santos (2001) também ressalta que uma técnica não aparece isolada, mas vem junto de uma família ou grupo de técnicas, exemplificando com a foice, a enxada e o ancinho, que constituem “num dado momento, uma família de técnicas”.

O que observamos hoje é, sem dúvida, um momento de aparecimento de um sistema de técnicas, no campo, por exemplo, da telefonia celular. E agora acompanhado também dos litígios envolvendo essas tecnologias. O conflito mais exemplar na área da propriedade intelectual envolvendo uma família de técnicas é a grande batalha envolvendo a empresa norte-americana Apple Inc. e a sul-coreana Samsung Electronics Co. Ltd., que se enfrentam em diversas disputas em tribunais de todo o mundo. Eram, até agosto de 2011, dezenove processos em doze tribunais de nove países⁴⁹. A maioria ocorre nos tribunais de jurisdição dos Estados Unidos (três processos) e do Japão (quatro processos), ressaltando que a jurisdição da Apple é a do Tribunal Distrital do Norte da Califórnia cujo site disponibiliza as informações sobre os processos e seus andamentos⁵⁰. O primeiro dos litígios atualmente em trâmite se iniciou em janeiro de 2007, quando a Apple acusou a Samsung de copiar o formato do iPhone e, portanto, de infringir os direitos de desenho industrial. Os demais litígios se dão em outros tribunais dos Estados Unidos (de Delaware), de Seul, de Tóquio, de Mannheim e Düsseldorf, na Alemanha, na Alta Corte de Justiça Britânica, no Tribunal de Grande Instância de Paris, no Tribunal de Milão e na Corte Federal da Austrália em Sydney. Os litígios se referem a acusações recíprocas de infração de direitos de propriedade intelectual envolvendo principalmente tecnologias de telefones celulares e tablets. Mas há ainda litígios envolvendo marcas e concorrência desleal.

O que se poderia questionar é se não tivéssemos o atual sistema de direitos de propriedade intelectual se os avanços nessa área não seriam mais rápidos. O advogado norte-americano Tim Wu tem pensamento que converge com o de Milton Santos no que diz respeito a uma técnica aparecer junto de uma família de técnicas. Para Wu (2012, p. 26) as invenções são, em geral, descobertas simultâneas de duas ou mais pessoas. E para ficar no exemplo do próprio telefone, afirma:

Não há exemplo melhor disse que a história do telefone. No dia em que Alexandre Bell registrava sua invenção, outro homem, Elisha Gray, também estava no escritório de patentes reivindicando a mesma descoberta. A coincidência deslustra um pouco o brado de “heureka” de Bell. E quanto mais se estuda essa história, pior ela parece. Em 1861, dezesseis anos antes de Bell, um alemão chamado Johann Philip Reis apresentou um telefone primitivo para a Sociedade de Física de Frankfurt, afirmando que, “com a ajuda da corrente galvânica, [o inventor] é capaz de reproduzir a distância os

⁴⁹ Dados obtidos no site <http://www.fosspatents.com/2011/08/apple-vs-samsung-list-of-all-19.html>.

⁵⁰ <http://www.cand.uscourts.gov/search?q=apple+samsung&x=44&y=6>

sons de instrumentos e mesmo, até certo ponto, da voz humana”. Há muito tempo os alemães consideram Reis o inventor do telefone. Outro homem, eletricitista de uma cidadezinha da Pensilvânia chamado Daniel Drawbaugh, afirmou depois que desde 1869 tinha um telefone funcionando em sua casa. Ele produziu protótipos, e, na época, setenta testemunhas confirmaram ter visto ou ouvido sua invenção. Num litígio levado à Suprema Corte em 1888, três juízes concluíram que “irrefutáveis evidências” provavam que “Drawbaugh produziu e exibiu em sua oficina, em 1869, um instrumento elétrico pelo qual ele transmitia a fala”.

Justiça seja feita, o telefone não foi criado por uma pessoa só. Assim, o que chamamos de invenção, embora não seja fácil, simplesmente acontece quando o desenvolvimento tecnológico chega a um ponto no qual o passo seguinte se torna acessível para muitos (WU, 2012, p. 26).

Não obstante as evidências históricas de um avanço técnico comum, os direitos da propriedade intelectual são reforçados e os litígios multiplicados, não apenas entre empresas mas entre estados nacionais. Outro fórum de conflitos envolvendo a propriedade intelectual entre as nações ocorre no âmbito da Organização Mundial do Comércio, onde se instalam o que se chamam de “Painéis” para dirimir as queixas apresentadas por países contra outros países ou comunidade de países.

Em agosto de 2015, eram objeto de disputa na OMC, 42 casos envolvendo a propriedade intelectual⁵¹, sendo treze casos de direitos autorais e conexos (dois sobre gravadoras radiofônicas), quatro casos envolvendo indicações geográficas, treze casos envolvendo patentes (dois casos de patentes farmacêuticas), nove casos envolvendo marcas, e três casos envolvendo outras propriedades intelectuais.

Encontramos entre esses casos disputas de todos os tipos, envolvendo países desenvolvidos e em desenvolvimento, e destacamos apenas alguns para exemplificar os tipos de disputas abertos no âmbito da OMC a partir de 1996:

- (a) Estados Unidos demandam contra a Índia por desrespeito a patentes de produtos farmacêuticos e de produtos da agricultura (Processo DS 50);
- (b) Estados Unidos contra a Grécia por desrespeitar direitos autorais conexos por retransmissão ilegal de programas televisivos americanos (DS 160);
- (c) Estados Unidos contra a China por desrespeito aos direitos autorais de trabalhos autorizados à distribuição ou publicação na China (DS 362);
- (d) Estados Unidos e Austrália contra a União Européia por violar a igualdade de tratamento dispensado aos produtos de indicações geográficas (DS 174).

⁵¹

Dados obtidos no site https://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/dispu_subjects_index_e.htm#selected_subject. Em março de 2014 eram trinta e quatro casos no total.

(e) Estados Unidos contra o Paquistão por quebra de patentes farmacêuticas (DS 36);

Dentre esses litígios no âmbito da OMC se verifica principalmente países do centro litigando contra países em desenvolvimento, por supostas quebras de regras de proteção da propriedade intelectual. Mas se verifica também litígios de países do centro contra países do centro. Embora haja uma união dos países centrais na manutenção do sistema que lhes confere vantagem diante da periferia, em atuação conjunta nos Órgãos Multilaterais, também entre eles acaba por ocorrer competição. Para Mamigonian (1982) há competição no centro do sistema capitalista com um desenvolvimento desigual dos países. Na análise do período do último quarto de século (XX) assevera que “Pouca ênfase, entretanto, tem sido dada ao desenvolvimento econômico e tecnológico desigual que ocorre no centro do sistema, onde os Estados Unidos recuam e o Japão avança”. Mamigonian (1982) mostra como o desenvolvimento se encontrava em estágios diferentes entre os Estados Unidos, países da Europa e o Japão, que naquele momento passava a dominar o mercado do aço e das memórias dos computadores, por exemplo, e as vantagens e desvantagens das pequenas e grandes empresas no cenário econômico.

Observamos assim que os países ricos e suas empresas atuam em conjunto quando se faz necessário para enfrentar países que ameaçam essa hegemonia ou que ousam se desenvolver. Mamigonian (1982) demonstra que empresas americanas e européias deixaram de fora as japonesas no momento de constituição dos cartéis. E que quando se trata de tomar a frente do processo de desenvolvimento, cada país toma para si as políticas públicas que julga as mais benéficas.

O acordo é um claro exemplo da atuação conjunta dos países ricos na tentativa de manutenção de sua hegemonia. Os litígios envolvendo esses mesmos países no âmbito da Organização Mundial do Comércio demonstram que também no centro do sistema existe competição e que o desenvolvimento também é desigual.

Capítulo 16 – As linhas auxiliares de proteção da propriedade intelectual: as barreiras técnicas e a proibição da engenharia reversa.

Milton Santos (1991), ao falar do período técnico-científico-informacional assevera que a unicidade da técnica é uma característica do período, o que é esclarecedor para entender os processos emanados pelos centros dinâmicos que impõem uma espécie de padronização do desenvolvimento tecnológico:

o aparecimento de dois novos fenômenos constitui a base de sua nova realidade. De um lado, o período atual vem marcado por uma verdadeira unicidade técnica, isto é pelo fato de que em todos os lugares (Norte e Sul, Leste e Oeste) os conjuntos técnicos presentes são “grosso modo” os mesmos, apesar do grau diferente de complexidade; e a fragmentação do processo produtivo à escala internacional se realiza em função dessa mesma unicidade técnica (SANTOS, 1991, p. 11).

Entendemos que essa unicidade é imposta pelas grandes corporações e pelos governos no estrito interesse dessas corporações a fim de possibilitar essa fragmentação do processo produtivo com a qual essas corporações imporão seu padrão e dividir a produção em locais e países diferentes buscando sempre a melhor matéria prima e a mão de obra mais barata, além de levar essa produção para os locais onde o “custo” ambiental seja menor.

Por outro lado, ao fragmentar a produção e realocar a produção em outros países, principalmente nos periféricos, se abre a possibilidade de contrafação, ou seja, que concorrentes locais copiem esses produtos e passem também a comercializá-los, tornando novos competidores. Para que isso não aconteça é que são reforçados os direitos de propriedade intelectual, notadamente as patentes. Ao lado desse reforço se encontram outros mecanismos, como as barreiras técnicas, a proibição do mecanismo da engenharia reversa e a imposição de “padrões de qualidade”.

Sempre que um país em desenvolvimento inicia um processo de industrialização, e passa a copiar tecnologia estrangeira é largamente criticado e não raras vezes objeto de retaliações. É o que temos visto em relação à China atualmente. O mesmo processo calunioso sofreu o Japão, que copiou e fabricou produtos estrangeiros, notadamente os eletrônicos, em tamanhos menores e a Coreia do Sul, que também se utilizou de mesmos processos.

Ora, é fácil perceber que esse passo da cópia é um dos passos estratégicos para acumulação e a consolidação do conhecimento e desenvolvimento tecnológico e industrial. Gallina (2009) afirma que para poder avançar tecnologicamente e poder inovar é fundamental que haja “acumulação de capacidades tecnológicas nas empresas”. Gallina (2009) ressalta que para conformar um padrão técnico mínimo em todos os países para que produtos e serviços possam ser livremente comercializados, conforme objetivo que é estimulado pela Organização Mundial do Comércio, acaba-se por criar o que é chamado de “barreiras técnicas”, como mecanismo de proteção de mercados. Essas barreiras técnicas (e nosso entendimento é de que elas estão ao lado dos direitos da propriedade intelectual como aliadas destas) nada mais são que mecanismos de exclusão de países para um comércio internacional igualitário. Segundo o autor (GALLINA, 2009):

De acordo com Fleury (2003), a TIB tem um papel de crescente importância no comércio internacional, com impactos cada vez mais relevantes na diferenciação entre países industrialmente avançados e países em desenvolvimento. As barreiras técnicas para a exportação e a crescente capacitação científica que passa a ser exigida de um país para que este possa a vir ser aceito como participante nos processos de formulação de normas técnicas estabelecem um novo sistema de barreiras no comércio internacional, provendo legitimidade a novos jogos de poder que resultam na inclusão ou exclusão de países e regiões (GALLINA, 2009, p. 15).

Conforme constata Bello (2002, p.73), “no mundo ideal, as relações comerciais entre os países acontecem sem obstáculos, sem impostos, com pleno acesso às informações e com grande disponibilidade de bens e serviços”. Mas não é isso o que acontece no mundo real, onde as mais diversas barreiras são criadas, visando dificultar a entrada de produtos estrangeiros nos países, principalmente desenvolvidos. Segundo a pesquisadora essas barreiras “funcionam como freio aos avanços econômicos” dos países menos desenvolvidos.

Bello (2002) aponta, dentre essas barreiras, a existência das (a) barreiras tarifárias, compreendendo as tarifas de importação e outras taxas e valorizações aduaneiras, as (b) barreiras não tarifárias como as cotas, licenciamentos de importação, dumpings, medidas compensatórias e as (c) barreiras técnicas, que define como “normas e regulamentos técnicos, regulamentos sanitários, fitossanitários e de saúde animal”. E sustenta que:

Tanto as barreiras não-tarifárias quanto as técnicas são usadas preponderantemente pelo mundo desenvolvido, já que sua adoção pressupõe um grau mais elevado de protecionismo, isto é, um protecionismo mais sofisticado e mais difícil de ser comprovado, muitas vezes disfarçado em medidas visando ao bem-estar dos consumidores (BELLO, 2002, p. 74).

Para D’Elia (2007), desde 1947, ano de criação do GATT, as barreiras tarifárias vêm se reduzindo drasticamente. Naquele ano a média das tarifas aplicadas pelos países industrializados era de 40% enquanto que ao final da Rodada Uruguai, em 1994, era de cerca de 5%. Acrescenta (D’ELIA, 2007) haver uma tendência de estabilização próximo a zero.

Por outro lado não significa dizer que as barreiras protecionistas por parte desses países tenham hoje desaparecido. Elas continuam a existir, hoje travestidas por outros nomes e mecanismos, dentre os quais D’Elia (2007) aponta as tais “barreiras técnicas”:

que envolvem três dimensões distintas:

- As normas técnicas, cuja aceitação é voluntária, que diz respeito a produtos, processos e sistemas, e que podem ser promulgadas no âmbito público ou privado;
- Os regulamentos técnicos, uma norma cuja aceitação é obrigatória por ser

promulgada no âmbito dos governos, e que diz respeito a produtos ou sistemas relacionados a questões de saúde, segurança e ambiente;
 - Os processos e as instituições de avaliação de conformidade, que dizem respeito a como e quem pode atestar a conformidade a uma norma ou regulamento técnico (D'ELIA, 2007, p. 12).

Um outro exemplo de unicidade da técnica é a imposição de padrões de “qualidade” para os produtos e serviços que as empresas devem alcançar. Sistemas como os tais ISOS não são outra coisa senão uma forma de impor aos agentes econômicos uma unicidade de forma e uma via única de desenvolvimento e aprimoramento.

As barreiras sanitárias e fitossanitárias são outros mecanismos para criar dificuldades para os países em desenvolvimento, em geral exportadores de produtos agrícolas e pecuários.

A engenharia reversa, por outro lado, é uma técnica que sempre existiu, ou pelo menos desde o momento em que passamos a viver em um mundo rodeado de objetos, no conceito formulado por Milton Santos como resultado do trabalho humano. Um exemplo simples é aquele ato do curioso em desmontar um relógio, para montá-lo em seguida e entender como é feito e como funciona. Dizemos assim que a engenharia reversa sempre existiu porque algumas pessoas sempre desmontaram objetos, máquinas principalmente, para conhecer o funcionamento e aperfeiçoar, para em seguida fabricar um produto igual. Tratou-se de importante mecanismo de desenvolvimento da concorrência. Trata-se de uma maneira de fraudar uma patente.

Para Stefaneli et al. (2014) “A engenharia reversa visa apropriar-se de conceitos estratégicos novos a partir da desconstrução de modelos ou soluções prontas”.

Não são todos os objetos passíveis da engenharia reversa. Quando se patenteia uma invenção se declara o seu processo constitutivo e se abre caminho mais fácil para sua reprodução. Muitas vezes as empresas não patenteiam a invenção e apostam na preservação de seu segredo industrial. O segredo industrial é capaz de proteger muitos trabalhos humanos. Um exemplo clássico é o da fórmula da bebida Coca-cola, que nunca foi patenteada para que não caísse um dia em domínio público. Conseguiu-se até aqui manter o segredo de sua fórmula. Para muitas invenções a estratégia de desmontar o objeto e procurar reconstituir e entender suas peças é possível. As primeiras ações de engenharia reversa se deram com equipamentos militares. Hoje se pratica a engenharia reversa em campos da informática, tanto de hardwares como softwares, dos cosméticos, da farmácia e também das bebidas. No campo da informática existem vários casos de engenharia reversa realizados com sucesso,

principalmente nos Estados Unidos, o que levou o governo americano a promulgar uma lei para combatê-la, pois se entende que é uma maneira de driblar as leis de direitos autorais. Trata-se da Lei dos Direitos Autorais do Milênio Digital (Digital Millenium Copyright Act) de 1998 que teve também como objetivo combater as violações de direitos autorais na internet e no mundo digital de uma maneira geral, além de implementar regras da Organização Mundial da Propriedade Intelectual nos Estados Unidos.

Conforme mencionado no capítulo dedicado à Coréia do Sul, o país fez um vasto uso da engenharia reversa em seu processo de desenvolvimento. Além daquelas passagens já citadas ao longo de todo o livro, Kim (2005) faz várias outras referências ao procedimento que hoje é ilícito. Relata, por exemplo, como a Samsung adquiriu os melhores fornos de micro-ondas do mundo, os desmontou e iniciou um processo de aprendizado de fabricação do produto (KIM, 2005, p. 208-209). Em seguida afirma que “esse tipo de experiência foi bastante comum na Coréia do Sul. Quando as empresas estrangeiras relutavam em transferir suas tecnologias para as possíveis concorrentes coreanas, estas optavam por fazer engenharia reversa das tecnologias em questão”.

Para o autor (KIM, 2005) a Coréia do Sul fazia uso da engenharia reversa, mas não só isso explicaria a grande inovação e desenvolvimento de sua indústria, afirmando que quando não era possível fazer a engenharia reversa pela complexidade do produto, ela tratava de obter o licenciamento.

Além do mais, o pai dela era motorista da Fazenda Estatal e dirigia um
Gaz 51 importado da União Soviética, imponente, possante.
Dirigir caminhão, naquele tempo, não era para qualquer um.

O professor conselheiro da nossa turma uma vez
nos pediu uma redação sobre o tema “Meu sonho”.

Metade dos meninos queria ser motorista.

Mo Yan – Mudança.

3. TERCEIRA PARTE

O DESENVOLVIMENTO DA CHINA

Capítulo 17 – A China como país detentor de propriedades intelectuais.

Na análise da história das políticas econômicas dos países que hoje são considerados desenvolvidos, e que compõem aquilo que é denominado de centro do sistema capitalista, ou centro dinâmico do sistema, composto pelos Estados Unidos, o Japão, a Coreia do Sul e os países da Europa Ocidental⁵², encontramos subsídios suficientes para poder afirmar que percorreram um único e mesmo caminho no que diz respeito à aquisição de conhecimentos tecnológicos. O caminho da proteção à indústria nacional, conjugada à espionagem industrial, à imitação e à instituição da indústria de cópias dos produtos estrangeiros. Não parece haver, historicamente, desenvolvimento fora desse caminho. O caso recente da China corrobora o argumento. Não por outra razão as nações desenvolvidas e os órgãos internacionais que a elas se submetem enrijecem cada vez mais os direitos de propriedade intelectual, criminalizando a indústria das cópias e impondo outros tipos de barreiras, como as barreiras técnicas que impõem padrões fixos e únicos para toda a indústria e estabelecem requisitos de qualidade.

A China dá evidências de ser o país hoje que mais se desenvolve industrialmente, em rápida política do que em inglês os teóricos do desenvolvimento chamam de “*catch up*”, que é uma espécie de recuperação no estágio de desenvolvimento de um país, em que se consegue diminuir a distância tecnológica que o separa dos países mais avançados.

Nesse sentido, baseamos nossa pesquisa em dados existentes para a China na Organização Mundial da Propriedade Intelectual, que evidenciam um crescimento econômico extraordinário e um crescimento ainda maior de registros de propriedades intelectuais, em especial das patentes de invenções. O país tem, a cada ano, se destacado no alcance dos índices de propriedades intelectuais não apenas em comparação com o conjunto dos países membros da OMPI, mas também em comparação com os países do centro do sistema. No caso das patentes, observa-se um crescimento global de 9% entre 2012 e 2013, sendo que 81% desse crescimento se deu nos países centrais, incluída a China (China, EUA, Japão,

⁵² Embora ainda controversa a presença da Coreia do Sul como país do centro do sistema, adotamos o critério adotado no subcapítulo destinado ao país, que leva em conta os dados do Banco Mundial, como renda per-capita e expectativa de vida, bem como o critério de propriedades intelectuais.

Coréia do Sul e União Européia). Neste conjunto, o país por nós estudado foi responsável por 26,4% do crescimento⁵³.

Para Tales Andreassi et al. (2000) as fontes do progresso tecnológico e da inovação são variadas e complexas e a sua mensuração é bastante difícil, sendo que nenhum indicador sozinho pode dar conta da análise do todo. A medição por patentes tem as suas limitações⁵⁴ mas apontam os autores (ANDRAEASSI ET. AL, 2000) que as estatísticas de patentes são úteis porque têm sido coletadas há mais de um século, comportam uma alta comparabilidade internacional, alta comparabilidade com gastos em pesquisa e desenvolvimento e possibilitam desagregação setorial detalhada, de modo que, a nosso ver, constituem em precioso instrumento de análise do desenvolvimento.

O crescimento da China na área de propriedades intelectuais, em particular das patentes, mas também em marcas e desenhos industriais, tem sido vertiginoso e constante há quase vinte anos. Os pedidos de registros de propriedades intelectuais nos órgãos de registros sofreram aumentos significativos de 1997 para 2013 (últimos dados disponíveis). Reproduzimos algumas tabelas de dados formulados pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual, que demonstram a assertiva⁵⁵.

O órgão informa que se tratam de dados colhidos junto aos órgãos de registro de propriedade intelectual dos países, que podem conter imprecisões de origem. Ressalva feita, é possível afirmar que se tratam de poderosos indicativos, dada a informatização dos registros que têm ocorrido na maioria dos países⁵⁶ e dada a centralização dos pedidos de registro para validade em todos os países na própria OMPI, no setor denominado PCT⁵⁷ (Patent Cooperation Treaty – Tratado de Cooperação de Patentes), onde há, segundo advogados atuantes, um controle rígido desses registros.

⁵³ http://www.wipo.int/export/sites/www/ipstats/en/wipi/2014/pdf/wipi_2014_key_figures.pdf.

⁵⁴ São apontadas, no texto dos autores, as seguintes limitações: nem todo conhecimento útil é decodificável e, portanto, patenteável; Nem toda inovação é patenteável; propensões diferentes a patentear conforme o setor – há setores em que o patenteamento é mais importante que em outros; há setores que são protegidos por direito autoral e não patentes (software, por exemplo).

⁵⁵ Disponível em http://www.wipo.int/ipstats/en/statistics/country_profile/countries/cn.html. Acesso em 10 de agosto de 2015.

⁵⁶ No Brasil, o registro de propriedades industriais deve ser efetivada junto ao INPI, Instituto Nacional de Propriedade Industrial.

⁵⁷ O PCT, ou Tratado de Cooperação de Patentes é um sistema internacional de patentes. Com o registro no PCT o detentor da patente não precisa registrar sua patente nos órgãos dos demais países em que pretende ter a proteção. Portanto, quando o detentor registra uma patente que tem potencial e exploração no exterior ele faz o registro neste órgão da OMPI e tem um registro válido mundialmente.

No caso ainda da China, a própria OMPI, através de revista de sua própria edição, de dezembro de 2010, afirma que o escritório de patentes da China é um dos cinco maiores do mundo e o de marcas é o segundo, reconhecendo sua precisão⁵⁸.

A primeira tabela, abaixo, é reproduzida apenas parcialmente, tomando apenas seis anos porque se tratam de “pedidos” de registros e não registros efetivamente concedidos. Mas é uma tabela útil porque fornece o Produto Interno Bruto de cada ano para termos de comparação de crescimento do interesse em registrar propriedade intelectual com o crescimento econômico. Os pedidos incluem tanto aqueles feitos por residentes como por estrangeiros no país, bem como os pedidos requeridos por estrangeiros, fora do país, ao órgão competente na China⁵⁹:

Tabela 1 – Pedidos para registro das principais propriedades intelectuais.

Ano	Patentes	Marcas	Desenho Industrial	Produto Interno Bruto (em bilhões)
1997	13.038	125.405	27.580	2.678,68
2000	26.474	188.367	46.743	3.368,07
2006	129.317	713.741	193.379	6.045,51
2011	436.170	1.371.840	523.348	9.970,61
2012	561.408	1.606.411	662.450	14.528,69
2013	734.081	1.860.130	668.040	15.643,22

Fonte: Organização Mundial da Propriedade Intelectual

Observa-se que a quantidade de pedidos de registro multiplica-se enormemente enquanto o produto interno bruto cresce menos, comparativamente, demonstrando que a atividade industrial e os pedidos para reconhecimento de propriedade intelectual crescem muito mais que a economia geral do país. Enquanto o produto interno bruto cresceu sete vezes entre 1997 e 2013, os pedidos de patentes, por exemplo, cresceram cinquenta vezes. Esse crescimento pode indicar um maior índice de formalização da atividade industrial, na medida

⁵⁸ A edição começa enaltecendo o progresso da China em propriedade intelectual desde que o país passou a ser membro. Disponível em http://www.wipo.int/wipo_magazine/en/2010/06/article_0010.html. Acesso em 18/09/2015.

⁵⁹ O critério adotado pela OMPI, para todos os países, considera que residentes são as pessoas físicas e jurídicas com residência ou sede de matriz em território do país. Pessoas físicas e jurídicas estabelecidas no país com atividade empresarial, mas com sede de matriz no estrangeiro são consideradas estrangeiras no país. Pessoas físicas e jurídicas estrangeiras não estabelecidas no país, sem atividade no país também podem efetuar registros no órgão para posterior atividade ou com intuito de estabelecer contratos de licenciamento. Estes são os estrangeiros fora do país.

em que se procura registrar as inovações. Pode indicar também um decréscimo da importância da cópia e das reproduções ilegais. Pode indicar, sobretudo, uma política econômica deliberada de, tendo subido a escada⁶⁰, passar a atuar nos mesmos moldes dos países centrais.

O gráfico abaixo (Gráfico 1) mostra esse crescimento das propriedades intelectuais na China, desde meados dos anos de 1990, mas mais acentuadamente a partir dos anos 2000 (especificamente de patentes, modelos de utilidade, e desenhos e modelos industriais) em comparação com os outros países do centro do sistema (Estados Unidos, Japão, Coreia do Sul, a União Européia, Alemanha e França) e que confirma a ascensão chinesa nesta área.

Gráfico 1 – Pedidos de patentes dos principais países de 1980 a 2015

Fonte: Gráfico obtido no site <http://www.vidon.com/fr/actualites-strategies/206-propriete-intellectuelle-en-chine-des-progres-rapides-et-notables.html>.

Na segunda tabela (tabela 2), reproduzimos integralmente os dados porque se tratam em primeiro lugar de patentes, que é propriedade intelectual mais afeita à inovação industrial. Marcas, por exemplo, podem existir para comércio e para serviços. Em segundo lugar porque se tratam de patentes “concedidas”, ou seja, que efetivamente cumpriram os requisitos formais e materiais da inovação.

⁶⁰ Nos termos de Ha Joon Chang (2002), subir a escada é ter alcançado o estágio de desenvolvimento tecnológico do centro do sistema capitalista, capaz de gerar dinamismo econômico.

A tabela 2 demonstra que estrangeiros e empresas estrangeiras, tanto residentes na China como aquelas situadas no exterior, aumentaram significativamente pedidos de registros de patentes no órgão chinês, o que demonstra um alto nível de internacionalização da atividade industrial na China. Mas demonstra, também, que empresas chinesas tiveram crescimento tão grande quanto aquelas. Em 1997 os residentes chineses e as empresas chinesas estavam em 12º no ranking de patentes. Em 2011 passaram a ser a 2ª nação que mais obtiveram patentes, mantendo a posição até 2013. Lembramos que neste item, como na maioria dos itens envolvendo patentes, os Estados Unidos da América e o Japão são os países com maior quantidade de pedidos de registro e registro obtidos por residentes.

Tabela 2 – Patentes concedidas pelo escritório de propriedade intelectual da China

Ano	Residente na China	Ranking	Não residente na China	Ranking	Pedidos no exterior	Ranking
1997	1.532	12	1.962	17	160	29
1998	1.653	12	3.082	12	164	28
1999	3.097	10	4.540	9	213	28
2000	6.177	7	6.881	7	269	27
2001	5.395	8	10.901	6	327	25
2002	5.868	8	15.389	3	480	21
2003	11.404	7	25.750	3	580	23
2004	18.241	6	31.119	2	726	22
2005	20.705	5	32.600	2	870	22
2006	25.077	5	32.709	2	1.279	20
2007	31.945	4	36.003	2	1.557	19
2008	46.590	4	47.116	2	2.329	18
2009	65.391	3	62.998	2	3.111	15
2010	79.767	3	55.343	2	5.047	13
2011	112.347	2	59.766	2	5.817	12
2012	143.808	2	73.297	2	8.289	12
2013	143.535	2	64.153	2	10.950	9

Fonte: Organização Mundial da Propriedade Intelectual

A tabela 3 demonstra com mais fidelidade a atividade industrial decorrente da propriedade intelectual, pois contabiliza as patentes em vigor⁶¹ e, portanto, exploráveis pela indústria.

Importante reconhecer primeiramente que a concessão de uma patente ao inventor ou à empresa que a requereu não significa que o produto ou processo industrial será imediatamente produzido e colocado à disposição do mercado. As empresas levam, às vezes, anos para que o faça, esperando não apenas obter o capital necessário para a produção, como esperando que o preço que será possível obter seja compatível com o momento econômico. Para Theotônio dos Santos (1987, p. 13) “O interesse econômico em pôr em prática uma invenção depende da relação entre seu custo de produção, os investimentos anteriores que ela substitui e o novo mercado que deverá atender”. Todavia entendemos se tratar de indicador importante a ser considerado.

Tabela 3 - Patentes em vigor - China

	Patentes em vigor	Ranking
2005	182.396	6
2006		
2007	271.917	5
2008	337.215	6
2009	438.036	5
2010	564.760	4
2011	696.939	3
2012	875.385	3
2013	1.033,908	3

Fonte: Organização Mundial da Propriedade Intelectual

A tabela 3 indica, de todo modo, que as patentes em vigor na China, em geral, têm sido aplicadas na indústria. Embora patentes em vigor não significar aplicação imediata, o custo de requerimento e registro de patentes demandando algum ganho em algum tempo impele o inventor a explorá-la o quanto antes, tendo em vista o prazo de sua validade que é de 20 anos. Após esse prazo a patente cairá em domínio público, podendo ser utilizada por todos. Embora o crescimento de patentes em vigor não ter sido tão vertiginoso quanto o crescimento

⁶¹ A expressão adotada pela OMPI e usada internacionalmente é *patents in force*. Alguns autores brasileiros utilizam a expressão “patentes em vigência”. A maioria, porém, opta por “em vigor”, porque daria o sentido da patente ser efetiva e válida, mas não necessariamente estar sendo usada.

de pedidos de patentes e o crescimento de concessões de patentes, o índice foi consistente desde 2005 até 2011.

No tocante às patentes em vigor, uma análise comparativa com os Estados Unidos, que pelo menos desde 2004 (primeiro ano disponível) tem sido sempre o primeiro país do ranking, revela dados interessantes. Em 2005, enquanto a China registrava 182.396 patentes em vigor, os Estados Unidos registravam 1.683.968. Em 2007, quando a China subiu para 271.917 os Estados Unidos subiram para 1.815.531. Em 2011 quando a China atingiu 696.939 patentes em vigor os Estados Unidos atingiram 2.113.628 patentes em vigor. Portanto, entre 2007 e 2011, enquanto os Estados Unidos aumentaram em pouco mais de 25%, a China aumentou 3,82 vezes o número de patentes em vigor, ou quase 400%⁶². Em 2013, os Estados Unidos tinham 2.387.502 patentes em vigor e a China passou a barreira do milhão de patentes e alcançou 1.033.908. Nos últimos dois anos, enquanto os Estados Unidos aumentaram suas patentes em vigor em menos de 10%, a China aumentou em torno de 20%.

Tabela 4. Comparação de crescimentos de patentes entre Estados Unidos e China

Ano	Estados Unidos	China
2005	1.683.968	182.396
2007	1.815.531	271.917
2011	2.113.628	696.939
2013	2.387.502	1.033.908

Elaboração do autor. Fonte: Organização Mundial da Propriedade Intelectual.

Finalmente, corroborando a assertiva de que a China tem as rédeas no campo do desenvolvimento e na inovação, observamos que entre os dez principais requerentes de patentes naquele país, todos são pessoas jurídicas chinesas (sete empresas, duas academias e uma universidade) conforme o quadro abaixo (Tabela 5), também extraído da mesma página do site da OMPI. Outros países de fora do centro do sistema capitalista apresentam, em geral, entre os maiores requerentes de patentes, empresas estrangeiras.

⁶² Apenas a título ilustrativo, o Brasil, outro país considerado “emergente”, possuía, em 2011, 41.453 patentes em vigor, ante 31.221 em 2006, e um crescimento de quase 30% em cinco anos (não há dado para o Brasil em 2007). A Federação Russa possuía 194.248 patentes em vigor em 2011, ante 109.910 em 2007, crescimento de pouco menos de 80% nesses 4 anos. A Índia, outro Bric, possuía 41.361 patentes em vigor em 2011 ante 29.688 em 2007. Portanto, crescimento de quase 40%. Todos dados colhidos no mesmo site da OMPI (http://www.wipo.int/ipstats/en/statistics/country_profile/profile.jsp?code=IN).

Tabela 5⁶³ - Principais requerentes de patente na China no sistema PCT (Ano de publicação = 2012)⁶⁴

Applicant / Requerente	Publication	Ranking
ZTE Corporation	3.906	1
Huawei Technologies Co. Ltda	1.801	4
Shenzhen China Star Optoelectronics Technology Co.,Ltd.	204	78
Huawei Device Co., Ltd	200	80
China Academy of Telecommunications Technologies	171	101
Institute of Microelectronics of Chinese Academy of Sciences	161	108
Tencent Technology (Shenzhen) Company Limited	122	146
Hunan Sany Intelligent Control Equipment Co.,Ltd	94	202
Peking University	92	208
Da Tang Mobile Communications Equipment Co., Ltd	82	242

Fonte: Organização Mundial da Propriedade Intelectual

A interpretação que fazemos de que os índices relativos a patentes demonstram a existência de uma indústria dinâmica na China é corroborada pelos dados divulgados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE. De acordo com o relatório de Ciência, Tecnologia e Indústria de 2014, o padrão de crescimento da China está mudando, com uma diminuição no ritmo de crescimento e uma tentativa de equilibrar a economia em torno da relação exportação-consumo privado, enquanto a inovação tem tido um papel cada vez maior, com o gasto de 1,98% do Produto Interno Bruto em pesquisa e desenvolvimento em 2012, praticamente se igualando à União Europeia. Embora ainda abaixo dos índices dos Estados Unidos e da União Europeia, as inovações nas áreas de energias limpas na busca de um padrão de produtividade ecologicamente sustentável tem tido crescimentos substanciais, com uma nova onda de políticas industriais em apoio a energias verdes relacionadas a tecnologias de baixo carbono, assim como consideráveis investimentos em biotecnologia⁶⁵.

⁶³ Na última versão disponibilizada em 2015 pelo site aparecem as empresas Zoomlion Heavy Industry Science and Technology Co, Ltd e Boe Technology Group Co., Ltd.

⁶⁴ Tradução nossa. No original: *PCT Top Applicants – Publication year 2012*

⁶⁵ Dados obtidos do website da OCDE. Disponível em http://www.oecd-ilibrary.org/science-and-technology/oecd-science-technology-and-industry-outlook-2014/china_sti_outlook-2014-42-en. Acesso em 07/10/2015.

Capítulo 18 – Gênese do desenvolvimento chinês

Os números desmentem, assim, a ideia difundida, principalmente a partir dos Estados Unidos, de que a China é uma usina de cópias e falsificações. São muitas vezes a propagar essa ideia (ROPER, Carl, 2013, *Trade Secret Theft, Industrial Espionage and the China Threat*; DIMITROV, Martin K. 2009, *Piracy and the State. The Politics of Intellectual Property Rights in China*. MERTHA, Andrew C. 2007, *The Politics of Piracy. Intellectual Property in Contemporary China*⁶⁶⁶⁷). Embora exista ainda também essa indústria das cópias, que no Ocidente se denominou pejorativamente de “pirataria” e que corrobora nosso argumento de que para se desenvolver não se pode respeitar os direitos da propriedade intelectual, a China parece ter ultrapassado essa fase da mera cópia e está passando a ser um país industrializado. Após o ingresso como membro da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (1980) e na Organização Mundial do Comércio (em 2001), a China se viu obrigada a estabelecer regras mais duras de direitos de propriedade intelectual. O Ocidente, contudo, continua a acusar a China de não dar importância ao tema e de ignorar as infrações à propriedade intelectual.

É preciso ressaltar que a China enfrenta, em primeiro lugar, o preconceito, advindo de uma história cultural peculiar e estranha ao modo europeu. O conceito de propriedade intelectual, tal como imaginado, elaborado e imposto pelo Ocidente, não encontra ressonância pacífica na China.

De fato, a cópia de produtos ou obras artísticas é encarada de uma maneira diferente. Não houve durante muito tempo na China a ideia ocidental de propriedade intelectual e a cópia de uma pintura, por exemplo, era uma forma de render homenagem ao autor original. No dizer da antropóloga Rosana Pinheiro Machado (2009, p. 116) “As cópias não eram malvistas e, ao contrário de combatidas, foram amplamente estimuladas nos séculos XIX e XX, como forma de nacionalizar o estrangeiro”.

Machado (2009) faz um histórico da região situada no delta do Rio Pérola, que abarca a conhecida província de Guangdong para sustentar sua tese de existência de contornos pouco nítidos entre formalidade – informalidade e legalidade – ilegalidade no que denomina

⁶⁶ Em tradução nossa, os títulos das obras citadas são: “Roubo de segredos comerciais, espionagem industrial e a ameaça chinesa” (Roper), “Pirataria e o Estado. A Política de Direitos de Propriedade Intelectual na China” (Dimitrov) e “A Política de Pirataria. Propriedade Intelectual na China Contemporânea” (Mertha).

⁶⁷ Recentemente lançado no Brasil, o livro “A China em rápida aceleração” de Bill Dodson, afirma ser um problema da China a vasta e incontrolável indústria de cópias com “imitação barata” de todo e qualquer produto do Ocidente (Dodson, Bill. A China em rápida aceleração. As tecnologias, os setores verdes e as inovações que impulsionam o futuro do Continente. São Paulo. DSV Editora. 2015).

de sistema cantonês. Ao longo do delta se situam as cidades de Guangzhou, Shenzhen, Dongguan, Zhuhai, Macau e Hong Kong. Esta região é um dos motores principais do desenvolvimento chinês atual, e concentra uma quantidade grande de indústrias acusadas de fabricarem produtos “piratas”⁶⁸. Neste histórico traçado pela antropóloga podemos extrair algumas conclusões. A região, pela sua localização geográfica e demais particularidades locais foi, por mais de uma vez, um polo de desenvolvimento chinês. A autora afirma que o porto de Guangzhou é “considerado perfeito em suas condições geográficas, hidrográficas e topográficas”. Desde o século XVI pelo menos é caracterizada pelo comércio marítimo e pela migração e a província de Guangdong é considerada a “janela chinesa para o mundo”, denominação que se estende também à região do Delta e Shenzhen (p. 56).

Distinguindo a pirataria tradicional, aquela conhecida como roubo de embarcações no mar, da pirataria caracterizada, após o Acordo Trips, como a atividade falsificadora de produtos em detrimento dos direitos da propriedade intelectual, a autora revela a importância da atividade para economias periféricas:

Através da pirataria, entendemos uma importante faceta da história, cultura e sociedade da China moderna. Sob o ponto de vista econômico, ela foi responsável para o avanço e enriquecimento de uma vasta região litorânea no sul do país, visto que abriu zonas comerciais e, principalmente, criou importantes portos, não apenas em remotas ilhas, mas como em centros comerciais da expressão de Guangzhou, Macau, Chozhou, Amoy e Fuzhou. Criaram-se espaços e mentalidades mercantis (MACHADO 2009, p. 60).

Interessante a menção à expressão “espaços e mentalidades mercantis” para se referir àquela região litorânea chinesa, porque nos remete a um clássico da Geopolítica, a obra de Alfred Mahan, para quem uma cultura mercantil e naval seria um dos principais requisitos para o desenvolvimento de uma nação e sua constituição como potência. Para Mahan (1890), o mar é uma estrada livre e as mentalidades voltadas para as atividades navais e mercantis propiciam o desenvolvimento de uma região.

Para Machado (2009) essas zonas litorâneas do sul eram marcadas pela pobreza e a atividade de pirataria propiciou empregos, circulando capital onde não circulava e aumentando o espaço da informalidade. Não apenas os piratas, mas também a população lucrava. Para a autora essa indústria da cópia existia e se reforçou entre o final do século XIX e início do XX, mas houve um aniquilamento da atividade em nome de uma política socialista

⁶⁸ Ao largo de toda a região costeira da China se situam importantes deltas de grandes rios, devendo ser destacado também o delta do Rio Yangtze (Rio Azul), onde se situa a metrópole de Xangai, que teve importância histórica no desenvolvimento chinês.

e apenas retomada com a abertura econômica de 1978/1979. Desde então foram criadas as Zonas Econômicas Especiais, que recebem incentivos fiscais e estímulos para orientar a produção para a exportação. Hoje a região é o maior polo industrial do mundo, concentrando uma grande população⁶⁹, investimentos estrangeiros, incentivos à pesquisa, empresas multinacionais, portos competitivos e uma “multiplicação de pequenas e médias empresas, muitas delas informais, que produzem pequenos bens, bem como pela indústria de cópias que se especializa nos mais diversos (e, por vezes, bizarros) produtos” (p. 72).

Reproduzimos abaixo (Mapa 1) uma ilustração da localização da região industrial de Guangdong e uma mapa do Delta do Rio das Pérolas, no qual se pode observar a proximidade dos portos de Macau e Hong Kong, portas de entrada da China desde o século XVI.

Mapa 01 – Região Industrial de Guangdong

Região de Guangdong na Ásia – Ilustração de autoria do autor confeccionado a partir de obtenção das linhas limítrofes obtidas no site wikipedia disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Guangdong>.

Pomeranz (2008, p. 92, tradução nossa) também entende que a região teve sempre e continua a ter um papel importante no desenvolvimento do país. Para ele “Apesar das

⁶⁹ População de 94,5 milhões de pessoas em 2010 segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

enormes mudanças a partir de 1978, há também continuidades”⁷⁰, citando o “brilho” de Xangai e Shenzhen.

Ainda para o autor (POMERANZ, 2008, p 93) o padrão de desenvolvimento chinês, na qual a industrialização foi mais rápida que a urbanização, significou grande economia em infraestrutura, e permitiu a absorção de mão de obra rural barata de fora de safra, que seria uma mão de obra desperdiçada, ao mesmo tempo que permitiu uma industrialização sem criar picos de falta de mão de obra na agricultura. “Parte dessa mesma mão de obra também foi mobilizada para a indústria local e para obras de infraestrutura”⁷¹ (POMERANZ, 2008, p. 93, tradução nossa).

Mapa 02 – Delta do Rio das Pérolas

Delta do Rio das Pérolas na Região de Guangdong – Mapa confeccionado por Priscila Helena Lee.

⁷⁰ Tradução nossa. No original: “*Despite enormous changes since 1978, there are also continuities*”.

⁷¹ Tradução nossa. No original: “*Some of that labor was also mobilized to build local industry, as well as infrastructure*”.

Não se menospreza pontos negativos neste padrão de desenvolvimento, sendo citado, como exemplo, o fato da indústria em regiões rurais estimular práticas regionais antigas e pela proximidade com o mar, voltar-se mais para a exportação do que para o restante do país. Pomeranz (2008, p. 93) alega que as principais zonas industriais costeiras da China exportam oitenta por cento (80%) da produção, enquanto que no Japão, por exemplo, este percentual é de vinte por cento (20%).

Outro problema apontado por Pomeranz (2008) é o desenvolvimento desigual dentro do território chinês, que faz com que a região de Xangai tenha um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) comparável ao de Portugal, enquanto que a região de Guizhou tenha um IDH comparável ao da Namíbia. Para o autor, um equilíbrio maior com o desenvolvimento das regiões norte e oeste constitui um dos maiores desafios da China.

No que concerne o ponto central da dissertação proposta, reafirmamos que, como os demais países hoje desenvolvidos, a China, a par do momento recente dos processos de imitação dos produtos estrangeiros, também passou por período de absorção de tecnologia estrangeira através de intenso intercâmbio. Roberts (2011, p. 364) aponta o período de 1953-1958, como sendo um período soviético na China, em que esta adota, dentro de uma economia planificada, o modo de industrialização soviética, de prioridade à indústria pesada, “que incluía a construção em grande escala de fábricas tecnologicamente avançadas, com grandes necessidades de capital” e que:

A ajuda soviética à China consistiu em aconselhamento técnico, ajudas econômicas em grande escala e na introdução de métodos soviéticos, por exemplo na gestão industrial. Inicialmente, foram fornecidas 156 grandes indústrias, incluindo sete fábricas de ferro e aço, 24 centrais energéticas e 63 fábricas de máquinas, muitas delas prontas a serem montadas na China. Mais tarde foram aprovados outros 125 projetos. Cerca de 11.000 técnicos soviéticos foram enviados para a China para supervisionar a instalação e funcionamento das fábricas e fornecer assistência técnica, tendo sido enviados 25.000 chineses para a Rússia para estudar (ROBERTS, J.A.G. 2011, p. 364-365).

Ou seja, a absorção de tecnologia mais avançada, através de diversos modos, dentre os quais alguns métodos que hoje são chamados de pirataria, e o intercâmbio de técnicos, como os demais países, também foi um passo importante na industrialização chinesa. “A influência da URSS também se manifestou na educação, especialmente nas universidades e escolas superiores”, “Os gastos com educação superior triplicaram entre 1952

e 1957 e o número de estudantes, um terço dos quais estudava engenharia, aumentou rapidamente”, continua o autor (ROBERTS, 2011, p. 365).

Como afirmamos, para o efetivo desenvolvimento econômico, não se deve se restringir a uma política de mera reprodução de cópias. Conforme observamos no histórico dos países hoje desenvolvidos, além de outros fatores de política econômica, e além da imitação, há de se fazê-la acompanhar da inovação. Voltando-se para os estudos na área de administração de empresas sobre a China e a Ásia, por exemplo, encontramos dois termos que merecem menção. O primeiro é “*Dragon Multinationals*” e o segundo é “*leapfrogging*”.

Dragon Multinationals são as empresas da região que obtiveram um alto grau de internacionalização e competitividade, que mesmo estando longe dos mercados consumidores do Ocidente, sem o capital social necessário e tendo desvantagens tecnológicas conseguiram se impor e passaram a ser quase líderes em seus segmentos. Já o *leapfrogging* é o termo para designar o salto dado por essas empresas na corrida pela inovação e pela aquisição de tecnologia.

Muitas dessas empresas se encontram em países fora da Ásia, em países como o México, por exemplo, mas ali no Oriente são mais fáceis de serem identificadas, e entendemos pertinentes esses termos para muitas empresas chinesas. Mathews (2006) afirma o seguinte sobre essas empresas dragões⁷²:

Mas elas tiveram sucesso apesar de suas desvantagens iniciais, aliás transformando incapacidades iniciais em fontes de vantagens – dando saltos para níveis tecnológicos avançados, por exemplo, ou nivelando o seu caminho para novos mercados através de parcerias e joint ventures (MATTHEWS, 2006, p. 6).

Mathews (2006) continua sua assertiva afirmando que essas empresas não são “*observadoras pacíficas*”, mas que estão modelando seu futuro pelas condições criadas pela globalização (p. 6). Para o autor, essas empresas que despontam agora no século XXI estão dentro do contexto dos anos 80 e 90 do século passado quando se assistiu ao surgimento da Ásia Oriental como uma potência industrial, construída no aprendizado habilidoso e adoção de adaptações cumulativas de tecnologias avançadas combinadas com foco em penetrar os mercados ocidentais (p.7). O autor (MATTHEWS, 2006) diferencia as empresas pioneiras neste processo (*latercomers*, que surgiram nos anos 80 e 90 do século passado) e as mais

⁷² Tradução nossa. No original: “*But they succeed in spite of these initial disadvantages, indeed by turning initial disabilities into sources of advantage – by leapfrogging to advanced technological levels, for example, or by leveraging their way into new markets through partnerships and joint ventures.*”

recentes (*newcomers*, ainda menores em tamanho), mas aponta que o surgimento dessas empresas (*dragons*) é um paradoxo, pois ocorrem em um período dramático para elas, período este de interesse sem paralelo por empresas gigantes (multinacionais) e globalização.

Uma resposta plausível para este paradoxo, para Matthews (2006, p. 9), é a existência de uma estratégia baseada em conexão (*linkage*), nivelamento (*leverage*) e aprendizado, obtida através da repetição de aplicações de conexão e nivelamento. Essa estratégia seria a adequada para empresas da periferia em um mundo altamente integrado. Fazendo uma livre interpretação desse argumento podemos afirmar que só se faz o “nivelamento” e o aprendizado se se deixar de respeitar direitos de propriedade intelectual, já que esse nivelamento parece significar, a nosso ver, copiar produtos e processos.

Em guia da China destinado a empreendedores ocidentais (FERNANDEZ; SHENGJUN, 2010) os autores relatam alguns casos de cópias praticadas por indústrias chinesas, dedicando um capítulo ao caso em que a empresa chinesa Cherry foi acusada de copiar o modelo Chevrolet Spark da General Motors, fazendo o modelo QQ, que obteve grande sucesso de venda. Para os autores (FERNANDEZ; SHENGJUN, 2010):

Por ser uma atividade clandestina, é difícil estimar precisamente a escala da falsificação na China. O que certamente podemos dizer é que o desrespeito aos direitos de propriedade intelectual afeta praticamente todos os setores, em especial os de software, mídia, equipamentos eletrônicos e artigos de luxo (FERNANDEZ; SHENGJUN, 2010, p. 195)⁷³.

Os autores explicam a facilidade da falsificação dissertando sobre a questão cultural do país asseverando que a cultura de copiar e reproduzir qualquer objeto faz parte da cultura e as pessoas têm pouca consciência da existência de direitos de propriedade intelectual. Por essa razão, entre outras, os próprios Tribunais e as autoridades locais têm dificuldade de ver infrações desse tipo de direito e toleram com maior facilidade que em outros países, apesar de esforços governamentais no sentido contrário. No caso da Cherry afirmam os autores:

A General Motors não foi a primeira empresa estrangeira de automóveis com problemas de direitos de propriedade intelectual na China. A Daimler Chrysler havia acusado a Geely Automobile Co. de copiar parte de seus veículos. Porém, a Geely venceu o caso, em novembro de 2003, porque possuía as patentes relevantes. Em fevereiro de 2003, a Toyota acusou a Geely de copiar sua marca registrada e enganar os consumidores. A Geely usou a marca TOYOTA e a frase “Automóvel Meir20, Motor Toyota” em

⁷³ Outros produtos citados pelos autores na referida obra (FERNANDEZ; SHENGJUN, 2010, p. 195) ainda incluem: alimentos, bebidas, têxteis, vestimentas, couro, medicamentos, produtos químicos, maquinário industrial, cosméticos, produtos de limpeza, cigarros, e álcool.

seus anúncios. O processo da Toyota foi arquivado pelos tribunais, em novembro de 2003. A Volkswagen ameaçou processar a SAIC Chery. Como alguns fornecedores da Xangai Volkswagen²¹ também forneciam para a SAIC Chery, algumas peças dos automóveis Chery eram iguais às do Santana, o principal modelo da Xangai Volkswagen. Depois da mediação de seu parceiro em comum, a SAIC, a SAIC Chery concordou em indenizar a Volkswagen em aproximadamente 18 milhões de dólares²². A Nissan processou a Great Wall Automobile Holding Co. por copiar um modelo SUV Nissan vendido no mercado americano. A Honda também entrou com diversos processos e venceu o caso contra o Grupo Chongqing Lifan, que vendia motores com a marca HONGDA. O Grupo Lifan recebeu ordens de indenizar a Honda em aproximadamente 180 mil dólares. Além disso, a Honda também processou a Shuanghuan Automobile por copiar seu modelo CR-V. (FERNANDEZ; SHENGJUN, 2010, p. 214).

A China de hoje é um claro exemplo de que o desenvolvimento econômico somente é possível se as políticas econômicas adotadas pelos Estados e as estratégias das empresas não respeitarem os direitos da propriedade intelectual. E, acima de tudo, não seguirem as cartilhas neoliberais propagadas pelo centro do sistema. A China possui, provavelmente por essas razões, um longo histórico de acusações de prática de *dumping*, medida esta consistente de prática desleal de preços, que deve, ainda que marginal e brevemente, ser citada para fins de acompanhar uma análise mais completa do seu ambiente de política econômica. Segundo relatório das Nações Unidas, a primeira medida *anti-dumping* foi promovida pela Comunidade Europeia já em 1979 quando da abertura comercial da China. Na década de 1980 foram uma média de 6,3 pedidos de investigação por ano, e de 30,3 pedidos por ano na década de 1990. Em 2004 haviam 48 investigações *anti-dumping* em curso contra a China (UNITED NATIONS, 2005, p. 75).

Capítulo 19 – A indústria automobilística chinesa

19.1 História da indústria automobilística

Observamos hoje, entre os países dos chamados Brics, que a China, a Rússia e a Índia possuem uma indústria nacional de automóveis relevante, ao contrário do Brasil, onde algumas empresas genuinamente nacionais tentaram se estabelecer sem sucesso. Lembrando que a indústria automotiva praticamente se estabeleceu no Brasil na década de 50, as tentativas brasileiras se deram nos anos 60 e 70. São frequentemente citadas a Puma, a Adamo e a Miura, entre outras, todas já inexistentes. A Troller, fabricante de veículos utilitários, fundada na década de 90 foi adquirida pela Ford. Mas apenas a Gurgel e a Irap eram

genuinamente nacionais, já que aquelas fabricavam apenas as carrocerias, tomando das montadoras estrangeiras os motores, chassis e demais componentes (WEISS, 2006).

O exemplo da Toyota, citado por Ja Hoon Chang (2007) em “Os maus samaritanos” é um bom exemplo de como a indústria automobilística precisa de tempo de maturação e incentivos para se estabelecer, além de aproveitar, lícita ou ilícitamente, a tecnologia já existente em outros lugares. Apesar de ter tido um grande crescimento industrial e econômico no período estudado neste trabalho, que vai do final do século XIX ao final do XX, tendo sido um dos países de maior crescimento, o Brasil, por exemplo, não logrou êxito em áreas importantes da indústria, como uma automobilística genuinamente nacional, já que o automóvel foi o condutor de tecnologias importantes ao longo do século, trazendo junto inovações e, portanto, patentes⁷⁴.

Apoiamo-nos nesta parte final, na indústria automobilística chinesa como exemplo de um setor, ainda que brevemente explorado, que sustenta nossa assertiva de que para um país se desenvolver, há de se promover uma política econômica que contenha a proteção inicial à indústria nacional e a aquisição de tecnologia do centro do sistema em detrimento do respeito aos direitos da propriedade intelectual, utilizando-se ainda, se necessário, do uso da engenharia reversa.

Acusada de infringir direitos de propriedade intelectual neste setor, como vimos, ainda nos dias de hoje, a China, em três décadas passou de uma posição passiva no setor para uma posição de destaque não apenas na produção doméstica como na exportação e na instalação de fábricas próprias em países em desenvolvimento e mesmo desenvolvidos. A história se repete assim, como nos casos da Toyota, desenvolvida a partir da década de 30 e impulsionada após a Segunda Guerra, no Japão, e a Hyundai, na Coreia do Sul dos anos 1960 (CHANG, 2007).

A indústria automobilística na China teve início com a Faw (First Automobile Works), primeira fábrica de veículos, estatal, fundada em 1953, época em que os carros, importados, ainda eram raros e extremamente caros. Segundo Oliver, Howeg e Luo (2009) passou-se inicialmente a fabricar, sobretudo, caminhões e utilitários, e em menor escala, motocicletas, embora em 1958 tenha se dado início à fabricação de uma Limousine. Na segunda metade dos anos 1970, com a chegada de Deng Xiaoping ao comando do país e uma ênfase no desenvolvimento econômico, se começa a reverter essa indústria com o início da

⁷⁴ Embora tenha também desrespeitado direitos de propriedade intelectual para iniciar algumas indústrias durante o período, o Brasil continua a ser um país com baixo índice de registro de patentes. No quadro de patentes em vigor o Brasil variou, nos últimos nove anos entre a 17ª e a 20ª posição mundial, passando da 18ª posição em 2005 com 32.571 patentes em vigor para a 17ª posição em 2011 com 41.453 patentes em vigor.

fabricação de veículos de passageiros em maior escala. Em 1983 a American Motors Co (posteriormente Chrysler) firma uma joint venture com a Beijing Automotive Industry Co. Em 1985 foi a vez da Volkswagen se instalar no país através de uma joint venture com a Faw. A partir desse momento a China inicia sua vertiginosa escalada rumo à produção de veículos atingindo em 2004 a posição de terceiro maior mercado consumidor, atrás apenas de Estados Unidos e Japão com a venda de 2 milhões e 300 mil unidades.

Nos anos 1980, a China impôs às montadoras estrangeiras que quisessem se instalar no país a realização de parcerias (joint ventures) com as empresas locais, especialmente para a produção de veículos de passageiros, uma vez que a indústria de caminhões estava relativamente avançada em virtude da produção para as Forças Armadas. Era a política do setor automobilístico para a aquisição de transferência de tecnologia e desenvolvimento baseado na inovação tendo como objetivo o crescimento rápido do setor.

Assim surgiram diversas parcerias, além daquelas duas já mencionadas, das quais podem ser citadas: Shanghai Automotive com General Motors e Volkswagen, a Guangzhou Automobile com Toyota, a Changan Automobile com a Ford, e a Dongfeng Motor, com a Nissan, Honda, Peugeot e Kia Motors⁷⁵. Para o governo chinês o setor automotivo não era apenas um setor industrial padrão, mas um setor estratégico de transformação e modernização da economia nacional.

Foram também designadas áreas específicas para o desenvolvimento dessas indústrias, levando em conta sempre a questão estratégica do desenvolvimento nacional. As regiões onde se encontram essas indústrias são, principalmente, os entornos dos centros industriais de Xangai, Pequim, Changchun, Hubei, Chongqing e Guangzhou (OLIVER; HOWEG; LUO, 2009).

JUDET (1996) entende que a indústria automobilística chinesa seguiu os passos de Japão e Coreia, adotando inicialmente modelos europeus ou norte-americanos de produção de veículos, partindo depois para joint-ventures e finalmente incentivando suas montadoras a seguirem sozinhas. Para o autor a China segue esse caminho com quarenta a cinquenta anos de atraso em relação ao Japão e vinte e cinco anos de atraso em relação à Coreia, mas está à frente de outros que trilham o mesmo caminho, como Formosa, a Malásia, a Tailândia, a Indonésia e a Índia.

Para Judet (1996):

⁷⁵ Matéria jornalística de abril de 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/04/1446972-montadoras-estrangeiras-se-consolidam-no-mercado-chines.shtml>. Acesso em 16/02/2015.

A modernização da indústria automobilística chinesa resulta, na verdade, de uma vontade deliberada de desenvolvimento, que se baseia na fixação de etapas a serem vencidas progressivamente e em estratégias muito precisas, tais como a descrita a seguir (JUDET 1996, p. 239).

Para Luedemann (2003):

Os planos de desenvolvimento industrial da China constituem-se, simetricamente à economia planificada, em uma adaptação do modelo japonês de desenvolvimento e organização da produção, com o Estado desempenhando o papel de fomento e financiador, permitindo a associação de grupos nacionais com grandes empresas estrangeiras, além do apoio direto ou indireto às pequenas e médias empresas nacionais. (LUEDEMANN, 2003, p. 77-78)

E já prevendo o crescimento que se daria com a indústria automobilística chinesa, Luedemann (2003) assevera que:

O país é mais um caso cujo desenvolvimento do setor vem ocorrendo através da incorporação dos avanços do centro do capitalismo, dando um salto tecnológico (inclusive em direção ao espaço sideral), o que permite, de certa forma, a banalização do mercado, a partir dos próprios princípios da economia de mercado. Ou seja, os chineses absorvem tecnologia, disseminam essa tecnologia pelo território de forma a socializá-la para promover a empresa chinesa (LUEDEMANN, 2003, p 273).

Com a entrada da China na Organização Mundial do Comércio em novembro de 2001⁷⁶, a imposição de joint ventures como condição para as montadoras estrangeiras se instalarem na China deixou de existir, diante das regras da OMC de liberalização comercial, que impôs entre outras medidas a diminuição das tarifas de importação (caiu de 200% nos anos 1980 para 25% em 2006) e o aumento gradativo das cotas de importação (quantidade de unidades que podem ser importadas). No entanto se observa que as parcerias através de joint ventures continuam sendo um formato comum. As montadoras resultantes das joint-ventures se constituem ainda nos maiores produtores e vendedores de automóveis no mercado chinês em unidades produzidas, conforme se observa da tabela 6, para o ano de 2011⁷⁷. Oito das dez maiores montadoras em vendas são parcerias com grandes montadoras estrangeiras, dos Estados Unidos (General Motors e Ford), Japão (Nissan e Toyota), Alemanha (Volkswagen)

⁷⁶ O site da Organização Mundial do Comércio fornece os documentos assinados entre a entidade e todos os países membros no ato da associação. No caso da China estão disponibilizados o relatório do Governo Chinês com a intenção de se associar, o protocolo da OMC e a decisão que deferiu a entrada da República Popular da China na Organização. Disponível em: http://www.wto.org/english/thewto_e/acc_e/completeacc_e.htm#chn. Acesso em 18/02/2015.

⁷⁷ Website China.org.cn. Disponível em http://www.china.org.cn/top10/2012-02/10/content_24604448_10.htm. Acesso em 08/10/2015.

França (Peugeot Citroen) e, Coréia (Hyundai), figurando duas genuinamente chinesas entre elas (Cherry e Geely).

Tabela 6 – Maiores montadoras em vendas na China – Ano 2011

Montadora	Unidades vendidas
1) Shanghai General Motors Company Ltd.	1.118.700
2) Shanghai Volkswagen Automotive Co. Ltd.	1.005.400
3) FAW-VW Automobile Co. Ltd.	976.300
4) Dongfeng Nissan Passenger Vehicle Co. Ltd.	665.400
5) Beijing Hyundai Motor Company	585.600
6) Cherry Automobile Co. Ltd	468.800
7) Geely Holding Group	432.800
8) Chang'an Ford Automobile Co. Ltd.	415.400
9) Dongfeng Peugeot Citroen Automobile Company Ltd	404.100
10) FAW Toyota Motor Sales Ltd	399.700

Fonte: Website China.org.cn – Elaboração do autor.

Ou seja, a China se tornou membro da Organização Mundial do Comércio quando parte de sua indústria automobilística já estava razoavelmente consolidada, possibilitando a continuidade de parcerias com empresas estrangeiras e das empresas genuinamente nacionais. E o Estado Chinês continua agindo com políticas industriais firmes, considerando cada período de cinco anos como etapas diferentes no estágio de desenvolvimento. Para Oliver, Howeg e Luo (2009):

Em 1994, o governo Chinês designou um número de indústrias como “Indústrias Pilares” com pretensões de dirigir a economia nacional; a indústria automobilística foi escolhida como uma dessas indústrias. As razões para isso não são difíceis de ver – um automóvel é composto de mais de 10.000 partes e componentes; a indústria automotiva está relacionada com muitas outras indústrias como a metalurgia, petróleo, química, carvão, indústria leve, eletrônica e têxtil e era previsível que o desenvolvimento de uma indústria automotiva encorajaria empreendimentos chineses a se especializarem e coordenar seus esforços de uma maneira melhor (OLIVER; HOWEG; LUO, 2009, p. 7, tradução nossa).

De fato, a indústria automobilística chinesa se desenvolveu em um ambiente em que a produção de matérias primas, cadeias produtivas e mercado consumidor respectivos se desenvolveram em ritmo compatível. Também a indústria siderúrgica, por exemplo, passou por grande crescimento, tendo a China se tornado o maior produtor de aço do mundo e país sede de seis das dez maiores siderúrgicas⁷⁸. Segundo Poso (2015) a indústria automobilística é, em termos mundiais, o segundo destino da produção siderúrgica, logo após a construção civil. E no caso da China a previsão de demanda de aço para a expansão da indústria automobilística constava do 12º Plano Quinquenal do Governo⁷⁹. A China é hoje o segundo maior mercado consumidor de carros no mundo, atrás apenas dos Estados Unidos.

As posições cada vez mais relevantes que a indústria automobilista chinesa vem ocupando no mercado mundial (produção e consumo) não foram conquistadas sem percalços. LEE (1997), que analisou o desempenho de duas empresas estatais (DFM Dong Feng Automobile Works e a FAW First Automobile Works), apontou diversos problemas na afirmação dessas empresas pelo fato de serem estatais, o que as levaram a ter dificuldades por (i) não conseguirem reagir às demandas de mercado, (ii) à falta de competitividade por não terem “intensidade capitalista”, (iii) não terem investimentos próprios, e portanto, sem visão de longo prazo (adotando o sistema de tentativa e erro) e (iv) a problemas de adaptação ao novo ambiente empresarial após a abertura da economia ocorrida a partir de 1979. Com a abertura mais ampla ocorrida com a entrada do país na OMC, alguns céticos imaginaram novas dificuldades para uma série de fábricas que operavam de maneira ineficiente.

Fernandez e Shengjun (2010, p. 208) resumem a evolução da indústria automobilística chinesa por etapas (Quadro 1).

No que se refere ao respeito à propriedade intelectual, contudo, a entrada da China na OMC, não significou o fim das reclamações de desrespeito por parte dos países e das empresas concorrentes. Rachel Tang (2009, p. 24), em relatório para o Congresso Americano, afirma que o governo dos Estados Unidos externa grande preocupação tendo em vista o persistente desrespeito à propriedade intelectual, principalmente dos fabricantes independentes, que tem “variavelmente sido acusados do uso de engenharia reversa e cópias de marcas estrangeiras, na busca de crescimento”⁸⁰, e duvidam que, por enquanto, esses

⁷⁸ Produção de 100 milhões de toneladas em 1996, 500 milhões em 2010, 716,5 milhões em 2012 e 680 milhões de toneladas em 2013. A China concentra 13% das reservas de minério de ferro, 30,4% de estanho, 7,5% de manganês, bem como dos outros minerais usados na siderurgia. Todos os dados obtidos de Poso (2015).

⁷⁹ 12º Plano Quinquenal aprovado pela Assembleia Nacional Popular em 14 de março de 2011.

⁸⁰ Tradução nossa. No original: “China’s independent carmakers have variously been accused of using reverse engineering and copying of foreign brands and models in pursuit of growth.”

fabricantes independentes conseguirão fazer grandes exportações, porque isso requereria qualidade e respeito aos direitos de propriedade intelectuais.

Quadro 2 - Evolução do setor automotivo da China:

ESTUDO DE CASO - DOCUMENTO 5.3.: EVOLUÇÃO DO SETOR AUTOMOTIVO DA CHINA			
Fonte : Mckinsey, New Horizon: MNC's Investment in Developing Countries -			
An Overview of China's Automotive Industry, www.mckinsey.com.			
Completamente Fechado (antes de 1985)	Participação estrangeira limitada (1985-1997)	Mais participação Estrangeira (1998-2001)	Entrada na OMC (desde 2001)
Fatores externos * Sem importações nem Investimentos Estrangeiros	* Joint ventures limitadas, aprovadas pelo governo * Altos impostos sobre importações e cotas de importação * Poucas dificuldades para entrada de empresas locais devido ao Protecionismo	* Incentivo ao investimento estrangeiro * Condições de porcentagem no patrimônio e proporção de produção local * Distribuição controlada pelo governo	* Tarifa reduzida para 25% e extinção das cotas * Extinção das restrições ao investimento estrangeiro em distribuição e financiamento de Automóveis
Dinâmica do setor * Três grandes estatais Automotivas * Economia planejada	* A Volkswagen tornou-se o primeiro investidor estrangeiro e dominou o mercado por cerca de dez anos	* Mais modelos de carros * Quatro joint ventures dominavam o mercado * Integração vertical	* Concorrência acirrada, preço mais baixo e qualidade mais Elevada * Mais exportações de peças automotivas
Desempenho * Tecnologia ultrapassada, poucos modelos, tecnologia da URSS * Produção por compra do governo	* Preço alto, extremamente lucrativo * Subsetores pouco desenvolvidos, resultando em custos elevados	* Maior produtividade * Lucros elevados	* Guerra de preços diminuindo os lucros, mas economia de escala auxilia a diminuir a queda dos lucros * Investimento contínuo resultando em capacidade Ociosa

Fonte: FERNANDEZ, Juan Antonio; Shengjun Liu. **Guia do Empreendedor Estrangeiro na China: Casos de Sucesso**. Traduzido por Sonia Augusto. Osasco, SP. Novo Século Editora, 2010.

19.2 Perspectivas da indústria automobilística

As estatísticas demonstram que a indústria chinesa de automóveis tem superado os desafios que se colocaram com esta última etapa de abertura comercial. Hoje essa indústria é vista como uma ameaça à hegemonia das grandes marcas, conforme aponta Ueda (2013) em seu estudo sobre o mercado brasileiro específico de veículos comerciais leves, por exemplo, onde as montadoras chinesas respondiam por 7% das vendas em 2002, o índice passou para 10% em 2008 e se prevê a fatia de 20% para 2015. Ueda (2013) entende haver um processo análogo ao da entrada das marcas japonesas e coreanas, assinalando que já estão no mercado

brasileiro as marcas Chana, Effa, Jimbei, Hafei, Chery, MG, Lifan e JAC, sendo esperadas ainda as entradas da Haima, Brilliance, BYD, Great Wall, Geely e Shuanghuan.

Também na Europa, a expansão da indústria chinesa tem se mostrado motivo de preocupação. Hay, Milelli e Shi (2007, p. 11-18)⁸¹ apontam que as empresas chinesas estão avançando na Europa com investimentos em pesquisa, “essencialmente em setores de novas tecnologias da informação e das telecomunicações” e também no setor automobilístico, com a “implantação da Nanjing Automobile no Reino Unido e da Leader Automotive Internacional na Suécia”. Prevendo a chegada das montadoras chinesas na Europa, afirmam que não é surpresa a sua emergência, que, “paralelamente ao fornecimento ao mercado interior, começaram a exportar, e a montar fábricas no exterior, sozinhas ou através de aquisições”.

Do mesmo modo, nos Estados Unidos a preocupação com a concorrência chinesa é visível, diante do fato inquestionável de que a China se tornou um dos principais produtores e um dos principais mercados consumidores do mundo. Tang (2009) aponta que a partir de 2000, a China é a única entre as grandes produtoras de veículos a mostrar crescimento contínuo e substancial. Em virtude do déficit no comércio bilateral entre os Estados Unidos e a China, representantes da administração Obama e membros do Congresso buscam medidas para um maior equilíbrio, esforçando-se, além da promoção de discussões sobre o câmbio, para que a China cumpra os compromissos assumidos perante sua adesão à OMC, incluindo os compromissos do setor automobilístico (TANG, 2009, p. 22).

Observamos, assim, que a indústria automobilística chinesa tem tido crescimentos de vendas consideráveis para o mercado externo, o que significa que cada vez mais supera as barreiras técnicas de qualidade diante dos órgãos burocráticos dos países para os quais exporta.

No que diz respeito ao mercado interno, o crescimento ainda pode continuar substancial por muitos anos na comparação com os outros países, tendo em vista que a China continua com um baixo índice per capita de automóvel por habitante (69 veículos a cada mil habitantes, era de 17 em 2005) enquanto que os Estados Unidos (770 veículos a cada mil

⁸¹ Tradução nossa das citações na sequência. No original: “essentiellement au secteur des nouvelles technologies de l’information et des télécommunications”; “Elles concerne aussi les secteurs de l’automobile avec les implantations de Nanjing Automobile au Royaume-Uni (sur le site de Rover) et de Leader Automotive Internacional en Suède”; “parallèlement à la fourniture dum arché intérieur, ont commencé à exporter ainsi qu’à mettre en place des chaînes de montage à l’étranger soit seuls, soit par les biais d’acquisitions.”

habitantes), o Japão (537 veículos a cada mil habitantes) e a Europa Ocidental (variando de 540 em Portugal a 675 na Itália) já se encontram próximos da saturação⁸².

O relatório Cetelem do grupo francês BNP Paribas prevê um crescimento de 13% ao ano no índice de motorização da população chinesa (veículos per capita) tendo em vista o surgimento do mercado de segunda mão e a interiorização da tendência para o interior do país com o aumento da classe média. Em 2013 a China passou os Estados Unidos e se tornou líder de vendas de carros leves do mundo (próximo de 14 milhões de unidades)⁸³. No segmento dos carros que o relatório Cetelem denomina de veículos *premium*, como os das marcas Audi, BMW e Mercedes, a Alemanha é a líder do setor, onde um em cada três carros vendidos são desse segmento. Já na China, onde o segmento responde por apenas 8% da venda de carros novos, o crescimento é de 30% ao ano. Nesse segmento a BMW e a chinesa Brilliance Automotive, em parceria, desenvolveram o veículo Zinoro, destinado a atender as classes médias-altas.

Por fim, no setor em que se iniciou a indústria automobilística chinesa, que foi a de caminhões, o país seguiu produzindo e aumentando sua produção de forma constante. Nesse sentido o aumento da produção de caminhões em geral mostra grande avanço desde o seu início (Tabela 7)⁸⁴.

Tabela 7 – Caminhões produzidos na China

Ano	Quantidade de caminhões produzidos
1955	61
1960	17.148
1965	26.538
1970	47.101
1975	77.606
1980	135.532
1985	236.934
1990	269.098
1995	571.751
2000	764.005

Fonte: Richet et al (2001) – Elaboração do autor

⁸² Todos os índices referentes a veículos per capita dos países foram obtidos no relatório “L’Observatoire Cetelem 2015”, entidade francesa de estudos e análises de mercado do Grupo BNP Paribas. O Brasil aparece com o índice de entre 179 automóveis por mil habitantes em 2012, ante 118 em 2005.

⁸³ Contra aproximadamente de 12 milhões dos Estados Unidos.

⁸⁴ A partir do ano de 2000, as estatísticas de produção e vendas elaboradas pelas entidades automotivas e publicações da área passaram classificar os dados segundo a espécie de caminhão, como caminhões pesados ou caminhões leves, ou simplesmente caminhões, o que leva a imprecisões dos números. Diante desse fato, reproduzimos apenas os números relativos a caminhões em geral desde 1955 até o ano de 2000, e o crescimento de vendas de caminhões na China entre 2005 e 2010, apenas para mostrar o dinamismo também neste setor da indústria.

Gráfico 2 – Crescimento das vendas de caminhões pesados

Source: CAAM, National Bureau of Statistics of China, the Ministry of Communications

Fonte: Nan e Lei (2013)

Mapa 03 – Localização das principais montadoras automobilísticas

Mapa confeccionado por Priscila Helena Lee a partir de ilustração do relatório de análise de mercado citado como fonte.

Fonte: Relatório de Análise de Mercado: A Indústria automotiva da China. 2010. Elaborado pela consultoria APCO Worldwide para o Governo Israelense disponível em: http://www.export.gov.il/uploadfiles/03_2012/chinasautomotiveindustry.pdf

CONCLUSÃO

Esperamos ter sido capazes de demonstrar que o presente estudo cumpriu, primeiramente, o objetivo de realçar a importância dos direitos da propriedade intelectual para a compreensão do espaço geográfico. Questão importante esta, na medida em que compartilhamos da preocupação de Milton Santos (1996, p. 12-13) em reconhecer as categorias analíticas internas do espaço e, a partir de seu estudo dinâmico, reconhecer também processos básicos originariamente externos ao espaço. Nesse sentido os direitos da propriedade intelectual se situariam como processo originariamente externo (norma e ideologia), mas cujo estudo, em geografia, se dá a partir da análise das categorias internas.

Karl Polanyi afirmava em 1944 que não podíamos pensar o desenvolvimento como fruto de um mero jogo de mercado. Ao fazer uma crítica do pensamento liberal ele é assertivo ao dizer que “Uma crença no progresso espontâneo nos torna cegos para o papel do governo na vida econômica” (POLANYI, 2001, p. 39). Esta se constituiu em um segundo objetivo do trabalho. A demonstração de que os atuais Direitos de Propriedade Intelectual, como qualquer direito, mas mais que outros direitos, são frutos de uma política pública deliberada a partir dos centros hegemônicos do poder, carregada de intencionalidades, que refletem na construção e na reprodução do espaço geográfico desigual.

Entendemos, assim, como Octaviani (2014, p. 16) para quem o entendimento do Direito Econômico pressupõe o reconhecimento de que “O Capitalismo engendra seu direito, funcional, estrutural e processualmente adequado a tal modo de produção, que modela ‘uma produção densamente socializada e uma acumulação densamente privada’”. Para o autor, é preciso também reconhecer que os discursos funcionais à implementação da própria estrutura integram a “estrutura jurídica do capitalismo” e que este cria ou intensifica as hierarquias de maneira articulada e de modo simultâneo entre os detentores dos meios de produção e os não detentores, entre os países centrais, periféricos e semiperiféricos, “entre o homem e a natureza, entre grupos étnicos dentro de espaços econômicos, etc”.

O discurso difundido a partir do centro do sistema e que se tornou hegemônico, amplamente reproduzido no meio jurídico e pela grande imprensa, bem como por boa parte da comunidade acadêmica, aqui incluídas as escolas de Economia e de Direito, segundo o qual os direitos da propriedade intelectual decorrem da necessidade de se proteger o proprietário e sua criação para que ele tenha um estímulo financeiro de modo a continuar investindo em sua obra ou pesquisa deve ser combatido.

Chega-se a fundamentar tais direitos até como se fosse um direito natural, um direito nascido com o homem. No que se chama, especificamente, por exemplo, o direito moral do autor, que é o direito que o autor tem de se opor à modificações em sua obra, a de reivindicar a autoria, entre outros, é classificado por alguns autores como direito da personalidade. Para Pimenta (1998, p. 82-84), por exemplo, são “qualidades pessoais do autor, sobre a obra intelectual” ou, quando analisa a lei suíça escreve o autor que “É um direito que consiste na expressão da personalidade do autor”. Ou ainda para Bittar (2008, p. 47) os direitos morais “são vínculos perenes que unem o criador a sua obra, para a defesa de sua personalidade”. E que “esses direitos constituem a sagração, no ordenamento jurídico, da proteção dos mais íntimos componentes da estrutura psíquica do seu criador”.

Entendemos, porém, no âmbito jurídico, como Fábio Ulhoa Coelho (2006), segundo o qual não se pode falar em direito moral do autor como direito da personalidade porque este se confunde com a própria pessoa. Direito da personalidade é aquele que todos os seres humanos têm, como o direito ao nome, o direito à honra, o direito à privacidade, o direito à intimidade. Direitos morais do autor não seriam assim direitos da personalidade como sustenta a maioria dos juristas, porque são direitos apenas de quem é autor e não de toda e qualquer pessoa.

E devemos ir ainda além. Para Joost Smiers (2011), os direitos autorais em sua atual configuração servem apenas à grande indústria do entretenimento e das comunicações, empresas que são grandes conglomerados que decidem o que vamos assistir ou o que vai nos entreter, tolhendo a verdadeira arte. Importante aqui consignar a ciência de que os direitos autorais em suas mais variadas categorias, como a dos artistas plásticos, dos escritores, dos fotógrafos, dos arquitetos, dos cientistas, dos músicos, guardam particularidades próprias e nuances que merecem ser respeitadas. A ressalva se faz é diante de uma utilização meramente mercadológica da arte submetida a interesses da grande indústria cultural norte-americana que impõe ao mundo toda sua lógica e seu “*soft power*”, com nefastas repercussões espaciais.

Ou seja, os direitos da propriedade intelectual não são uma decorrência natural. São, ao contrário, instrumentos jurídicos e, portanto, políticos, de dominação econômica das grandes empresas e dos países centrais em detrimento da diversidade e do desenvolvimento dos demais países do mundo.

Esses direitos já nasceram com esse propósito, ao final do século XIX, no momento depressivo da economia mundial segundo a análise de Kondratieff (1935) em ambiente em que as empresas do centro do sistema impunham aos seus respectivos Estados a

formulação de um tratado internacional, o que redundou na elaboração de um Direito Internacional de Propriedade Intelectual.

Posteriormente, quando se entra no quarto ciclo depressivo de Kondratieff, nos anos 1970, e se inaugura o neoliberalismo e a ideologia da globalização, os direitos da propriedade intelectual são reforçados, reinventados e recriados, através de um regime global da propriedade intelectual para dar novo impulso à acumulação do capital naqueles países centrais.

Na análise, portanto, do desenvolvimento econômico, alinhamos o presente trabalho com Chang (2002), para quem os países atualmente desenvolvidos mudaram de postura conforme alcançavam o desenvolvimento. Por um lado fizeram o que o autor denomina de “chutar a escada”. Ou seja, após conseguirem subir a escada do desenvolvimento adotaram políticas mais rígidas de proteção da propriedade intelectual para obstar a subida de outros países. E por outro lado, passam a, naturalmente, reinterpretar o passado pelo ponto de vista do presente.

Para Kitson e Michie (1999, p. 178) a globalização que tem ocorrido não tem significado a redução das desigualdades nacionais. Ao contrário, tem levado a um “aumento das especializações tecnológicas e a vencedores e perdedores em termos de crescimento econômico”.

Esperamos ter conseguido, finalmente, com o exemplo da China, ter atingido um terceiro objetivo, que é a demonstração de que para um país evoluir e atingir um grau de desenvolvimento econômico, social e cultural em equilíbrio com o centro dinâmico da economia é preciso instituir uma política econômica que contenha, entre outros enfrentamentos, o enfrentamento dos direitos da propriedade intelectual prescrito pelo centro hegemônico do poder mundial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMIN, Samir. **Capitalism in the age of Globalization: The Management of Contemporary Society**. Zed Books. Institute fo Policy and Social Research (IPSR), 1998.
- AMSDEN, Alice H. (1992), **Asia's Next Giant. South Korea and Late Industrialization**. New York, Oxford, Oxford University Press.
- ANDREASSI, Tales; ALBUQUERQUE, Eduardo da Mota e; MACEDO, Paulo Brigido Rocha; SBRAGIA, Roberto. Relação entre inovação tecnológica e patentes: o caso brasileiro. **Revista de Administração**, São Paulo. V. 35, n.1, p. 63-71, janeiro/março de 2000.
- ANTAS JR. Ricardo Mendes. **Território e regulação: espaço geográfico, fonte material e não-formal do direito**. São Paulo. Associação Editorial Humanitas: Fapesp, 2005. 248p.
- ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. Tradução Sandra Guardini Teixeira Vasconcelos. 6ª edição. Petrópolis RJ. Editora Vozes. 1997.
- ARSLANIAN, Régis P. O recurso à seção 301 da legislação de comércio norte-americana e a aplicação de seus dispositivos contra o Brasil. Brasília: **Instituto Rio Branco, 1994. Coleção Relações Internacionais**. Disponível em <http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0072.pdf>. Acesso em 04 de setembro de 2013.
- ASCENSÃO, José de Oliveira. **Direito Civil. Direito de Autor e Direitos Conexos**. Coimbra Editora, Limitada. 1992.
- ASHTON, T. S. **A Revolução Industrial. 1760-1830**. Tradução de Jorge de Macedo. 2ª edição. Lisboa. Publicações Europa America. 1971.
- ATHREYE, Suma; CANTWELL, John. **Creating competition? Globalisation and the emergence of new technology producers**. Research Policy 36 (2007) 209-226. Disponível em: www.sciencedirect.com. Acesso em 09/03/2014.
- AURIOL, Emmanuelle; BIANCINI, Sara. Intellectual Property in Developing Countries. **TSE Working Paper Series** 09-094. October 2, 2009. Disponível em: http://www.tse-fr.eu/ima_ges/doc/wp/dev/wp_dev_94_2009.pdf
- BARAN, Paul, A. **A Economia Política do Desenvolvimento Econômico**. Tradução de S. Ferreira da Cunha. Rio de Janeiro. Zahar Editores. 1960.
- BARBOSA, Denis Borges. **Uma Introdução à Propriedade Intelectual**. 2ª edição revista e atualizada. Rio de Janeiro. Editora Lumen Juris, 2003.
- BARBOSA, Denis Borges. As barreiras ao conhecimento revisitadas. 1990. In: **Anais do Seminário Internacional TECH90**. Ministério das Relações Exteriores, Brasília,

1991. Disponível em <http://www.denisbarbosa.addr.com/paginas/200/economia.html>. Acesso em 25/03/2014.
- BASSO, Maristela. **Propriedade intelectual na era pós-OMC: Especial Referência aos países Latino-Americanos**. Porto Alegre. Livraria dos Advogados Editora, 2005.
- BAUDRILLARD, Jean (1968). **O Sistema dos objetos**. São Paulo. Perspectiva. 1993.
- BECK, Ulrich. **O que é Globalização? Equívocos do Globalismo: respostas à Globalização**. Tradução de André Carone. São Paulo. Paz e Terra, 1999.
- BELLO, Teresinha da Silva. O Brasil e o Duro Jogo do Comércio Internacional. In **Revista eletrônica FEE**, volume 30, n. 3, 2002. Disponível em <http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/issue/view/73>. Acesso em 21/02/2014.
- BEN-ATAR, Doron S. **Trade Secrets: intellectual piracy and the origins of American industrial power**. Yale University. 2004. Livro em versão digital.
- BITTAR, Carlos Alberto. **Direito de Autor**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2008.
- BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei 22/2003. Autor Roberto Gouveia (PT-SP). Inclui a invenção de medicamento para prevenção e tratamento da Síndrome de Imunodeficiência adquirida - Sida/Aids e de seu processo de obtenção como matérias não patenteáveis. **Projetos de Leis e outras proposições**. Disponível em <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=104345>. Acesso em 29/09/2015.
- BRAVEMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista. A degradação do Trabalho no Século XX**. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Terceira Edição. Rio de Janeiro. LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 1987.
- BRUNHES, Jean. **Geografia Humana**. Tradução de Ruth Magnanini. Rio de Janeiro. Editora Fundo de Cultura. 1962.
- CARON. François. **An Economic history of modern France**. Translated by Barbara Bray. Abingdon. Routledge. 2011.
- CARROUE, Laurent. La Mondialisation: une géographie à portée de tous ? In: **Publication dans Historien et Géographes**. n° 413, 2011. Disponível em http://www.ac-paris.fr/portail/upload/docs/application/pdf/2012-05/la_mondialisation_-_geo._portee_de_tous.pdf. Acesso em 25/02/2014.
- _____, Laurent. **Mondialisation: réalités et limites**. Conferência realizada em 2004 no Instituto Universitário de Formação de Professores de Mont Saint Aignan. Disponível em <http://hist-geo.ac-rouen.fr/doc/cfr/mond/mond.htm>. Acesso em 24/02/2014.

- _____, Laurent. **La Mondialisation em débat**. Disponível em http://www.histoire-geographie.net/IMG/pdf/la_mondialisation_en_debat_par_laurent_carroue.pdf. Acesso em 24/02/14.
- CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. Tradução Luiz Antonio Oliveira de Araújo. São Paulo. Editora Unesp, 2004.
- _____, Ha-Joon. Bad Samaritans. **The Myth of Free Trade and the Secret History of Capitalism**. New York. Bloomsbery Press. 2007.
- CHESNAIS, François. **La mondialisation du Capital. Alternatives économiques**. Paris. Syros, 1994.
- CHOLLEY, Andre. Observações sobre alguns pontos de vista geográficos. **Boletim Geográfico**, n. 179. 1964. Conselho Nacional de Geografia. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/detalhes.php?id=719>. Acesso em 17/07/2014.
- CHOSSUDOVSKY, Michel. **A Globalização da Pobreza. Impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial**. Tradução Marylene Pinto Michel. São Paulo, 1ª edição, 2ª impressão. Editora Moderna, 1998.
- COELHO. Fabio Ulhoa. **Curso de Direito Civil**. São Paulo. Editora Saraiva, 2006.
- _____, Fabio Ulhoa. **Manual de Direito Comercial**. 13ª edição. São Paulo. Editora Saraiva, 2002.
- COELHO, Tadzio Peters. **Subdesenvolvimento e dependência: um debate entre o pensamento da Cepal dos anos 50s e a Teoria da Dependência**. Disponível em: http://www.cp2.g12.br/UAs/se/departamentos/sociologia/pespectiva_sociologica/Numero4/Artigos/tadzio.pdf. Acesso em 16/02/2014.
- CONTEL, Fabio Betioli. **Território e Finanças: técnicas, normas e topologias bancárias no Brasil**. Tese de doutorado. Defendida no Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2007. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-01062007-135730/pt-br.php>.
- DELPAS, Clara e William Johnson, Pierre. Cobiça Industrial – Protegendo a sabedoria dos povos tradicionais. **Le Monde Diplomatique Brasil**. Ano 7, número 79, fevereiro de 2014.
- D'ELIA, Marco Antonio Grecco. **Superação das Barreiras Técnicas ao Comércio Internacional pelas pequenas e médias empresas de Base tecnológica – O caso da exportação de produtos eletrodomésticos para a União Européia**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Pesquisas energéticas e nucleares. 2007. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/85/85131/tde-24102011-103226/pt-br.php>. Acesso em 21/02/2014.

- DITTRICH, Klaus. As exposições universais como mídia para a circulação transnacional de saberes sobre o ensino primário na segunda metade do século 19. In: **História da Educação**. Volume 17, n. 41. Santa Maria Set/Dez 2013. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2236-34592013000300013&script=sci_arttext. Acesso em 24/02/2014.
- EMBAIXADA DO JAPÃO NO BRASIL. Disponível em <http://www.br.emb-japan.go.jp/cultura/economia.html>. Acesso em 12/09/2015.
- ESTEY, J.A. **Tratado sobre los Ciclos Econômicos**. 1ª edición em español 1948. Traducción de Enrique Padilla. México – Buenos Aires. Fondo de Cultura Econômica, 1948.
- FARIA, José Eduardo. **O Direito na Economia Globalizada**. 1ª edição. São Paulo. Malheiros Editores Ltda. 2004.
- FERNANDEZ, Juan Antonio; Shengjun Liu. **Guia do Empreendedor Estrangeiro na China: Casos de Sucesso**. Traduzido por Sonia Augusto. Osasco, SP. Novo Século Editora, 2010.
- FORRESTER, Viviane. **Uma estranha ditadura**. Tradução Vladimir Safatle. São Paulo. Editora Unesp, 2001.
- GALLINA, Renato. **A contribuição da tecnologia industrial básica (TIB) no processo de formação e acumulação**. Tese de Doutorado defendida em 29/05/2009, na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/3/3136/tde-11082009-174127/pt-br.php>. Acessado em 23/10/13.
- GARCIA, José Luis. Biotecnologia e Biocapitalismo Global. Análise Social. **Tecnologia: Perspectivas críticas e culturais**. Volume 41, nº 181. 2006. Pp. 981-1009. Disponível em: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/41012435?uid=3737664&uid=2134&uid=2479354187&uid=2&uid=70&uid=3&uid=2479354177&uid=60&purchase-type=none&accessType=none&sid=21103569968577&showMyJstorPss=false&seq=2&showAccess=false>. Acesso em 02/03/14.
- GEORGE, Pierre. **Geografia Industrial do Mundo**. Tradução de Cecília Assumpção. São Paulo. Difusão Européia do Livro, 1963.
- GONTIJO, Cicero Ivan Ferreira. As transformações do Sistema de Patentes, da Convenção de Paris ao Acordo TRIPS. In: Denis Borges Barbosa. (Org.). **Direito Internacional da Propriedade Intelectual**. 1ª edição. Rio de Janeiro. Lumen Juris, 2008, v. 1, p. 193-218.
- HACKER, Jacob; PIERSON, Paul. “Business power and social policy: employers and the formation of the American welfare state”. **Politics & Society**, Vol. 30, No. 2, 2002.

- HARVEY, David. **A produção Capitalista do Espaço**. Tradução Carlos Szlak. São Paulo, SP. 1ª edição. Annablume Editora, 2001.
- _____, David. **O Novo Imperialismo**. 6ª edição. São Paulo. Edições Loyola. 2012. Original de 2003.
- HAY, Françoise; MIELLI Christian; SHI Yunnan. **L'internationalisation des firmes chinoises: les cas européen**. In: Economix. Document de Travail. 2007-5. Disponível em http://economix.fr/pdf/dt/2007/WP_EcoX_2007-5.pdf. Acesso em 22/09/2015.
- HEATH, Christopher. Os Limites dos Direitos Patentários em Termos Temporais, Geográficos e de Conteúdo. In: RODRIGUES JR, Edson Beas; POLIDO Fabrício (organizadores). **Propriedade intelectual: novos paradigmas, conflitos e desafios**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- HOLLANDA FILHO, Sergio Buarque. A Organização Mundial do Comércio e os Países em Desenvolvimento. **Cadernos Geográficos da Universidade Federal de Santa Catarina**. Imprensa Universitária. Florianópolis. Nº 8 – Março 2005.
- HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza dos E.U.A.** – Editora Brasiliense S/A. 1987.
- HURRELL, Andrew. Narratives of Emergence: Rising Powers and the End of the Third World? In **Revista de Economia Política**. Volume 33, número 2, p. 131. 2013.
- JESSOP, Bob. **Intellectual Property Rights**. Disponível em: <http://www.dimeu.org/files/active/0/Jessop1.pdf>. 2007. Acesso em 16/02/2014.
- JUDET, Pierre. Modernização das empresas chinesas e investimentos estrangeiros. In: **Revista Eletrônica FEE**. Vol. 23, n. 4 (1996). Disponível em <http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/1023/1332>. Acesso em 15/09/2015.
- KEEBLE, D.E. Modelos de desenvolvimento econômico. In. CHORLEY, Richard J; HAGGETT, Peter. **Modelos sócio-econômicos em Geografia**. Coordenação editorial de Richard J. Chorley e Peter Haggett. Tradução de Arnaldo Viriato de Medeiros. Rio de Janeiro. Livros Técnicos e Científicos; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1975.
- KIM, Linsu. **Da Imitação à inovação: a dinâmica do aprendizado tecnológico da Coreia**. Tradução Maria Paula G. D. da Rocha. Campinas. Editora da Unicamp, 2005.
- KITSON, Michael e MICHIE, Jonathan. The political economy of globalisation. In **Innovation Policy in a Global Economy** editado por Daniele Archibugi, Jeremy Howells e Jonathan Michie. Cambridge. Cambridge University Press. 1999.
- KLABBERS, Jan. Law-Making and Constitutionalism. In: **The Constitutionalization of International Law**. Editado por Jan Klabbbers, Anne Peters e Geir Ulfstein. Oxford. 2009.

- KLEIN, Naomi. **Sem Logo. A Tirania das marcas em um planeta vendido.** Tradução de Ryta Vinagre. 2ª edição. Rio de Janeiro, São Paulo. Editora Record. 2002.
- KONDRATIEFF, N.D. The Long waves in Economic Life. In: **The Review of Economic Statistics**. Volume XVII. November, 1935. Number 6. Disponível em: <http://www.thenextlayer.org/files/Long%20Waves%20in%20Economic%20Life.pdf>. Acesso em 04/02/2014.
- LANDES, David S. **Riqueza e a Pobreza das Nações. Por que algumas são tão ricas e outras tão pobres.** 6ª edição. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro. Editora Campus, 1998.
- LEE, Chunli. Adoption of the Ford System and Evolution of the Production System in the Chinese Automobile Industry, 1953-93. In **Fordism Transformed. The Development of the Production Methods in the Automobile Industry**. Editado por Haruhito Shiomi and Kazuo Wada. New York. Oxford University Press Inc. 1995.
- _____, Chunli. L'Industrie Automobile Chinoise: Organisation Industrielle et Strategie Technologique. Shinzanrha Press. In **Actes du Gerpisa**, nº 26. 266 p. 1997. Disponível em <http://gerpisa.org/ancien-gerpisa/actes/26/26-4.pdf>. Acesso em 26/08/2015.
- LENIN, Vladimir Ilitch. O imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo. Disponível em: <http://pcb.org.br/portal/docs/oimperialismo.pdf>. Acesso em 14 de fevereiro de 2014.
- LÉVY-LEBOYER, Maurice. La croissance économique em France au XIXe siècle. Résultats préliminaires. In: **Annales. Économies, Sociétés, Civilisations**. 23e année, n. 4, 1968. Pp. 788-807. Disponível em file:///C:/Documents%20and%20Settings/Usuario/Meus%20documentos/Downloads/article_ahess_0395-2649_1968_num_23_4_421960.pdf. Acesso em 12/09/2015.
- L'OBSERVATOIRE CETELEM 2015. Marché Mondial Automobile: Des Belles Perspectives de Croissance. Grupo BNP Paribas Personal Finance. Disponível em <http://observatoirecetelem.com/publications/2015/observatoire-cetelem-automobile-2015.pdf>. Acesso em 06/10/2015.
- LONDRES, Flávia; ALMEIDA, Paula. **Impacto do controle corporativo no setor de sementes sobre agricultores familiares e sistemas alternativos de distribuição: Estudo de caso do Brasil.** Rio de Janeiro. 2009. Disponível em: <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2011/05/Estudo-Sementes-ASPTA-WoW-AA-2009-FINAL.pdf>. Acesso em 05/02/2014.
- LUEDEMANN, Marta da Silveira. Transformações na Indústria Automobilística Mundial: O caso do complexo automotivo no Brasil. 1990-2002. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. 2003. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-26032012-145812/pt-br.php>. Acesso em 17/09/2015.

- MACHADO, Alexandre Fragoso. As indicações Geográficas no Brasil e no mundo. In **Propriedade Intelectual no Direito Empresarial** Coordenação de Luis Felipe Balieiro Lima. P. 155-197. São Paulo. Editora Quartier Latin do Brasil, 2009.
- MACHADO, Rosana Pinheiro. Made in China – Produção e circulação de mercadorias no circuito China-Paraguai-Brasil” (tese de doutorado apresentada ao programa de pós graduação em Antropologia social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orientador Prof. Dr. Ruben George Oliven. Porto Alegre, 2009. Disponível em: <http://pct.capes.gov.br/teses/2009/42001013034P0/TES.PDF>).
- MACHLUP, Fritz. **An Economic Review of the Patent System**. 1958. Disponível em http://library.mises.org/books/Fritz%20Machlup/An%20Economic%20Review%20of%20the%20Patent%20System_Vol_3.pdf. Acesso em 18/08/2015.
- MACHLUP, Fritz and PENROSE, Edith. The Patent Controversy in the Nineteenth Century. In **The Journal of Economic History**. Vol. 10, n. 1 (May 1950), p. 1-29. Disponível em <http://c4sif.org/wp-content/uploads/2010/09/Machlup-Penrose-The-Patent-Controversy-in-the-Nineteenth-Century-1950-b.pdf>. Acesso em 18/08/2015.
- MADURO, Miguel Poiars. Courts and Pluralism: Essay on a Theory of Judicial Adjudication in the Context of legal and Constitutional Pluralism. In: Jeffrey L. Dunoff, Joel P. Trachtman (ed) **Ruling the World ? Constitutionalism, International Law, and Global Governance**. Cambridge University Press, 2009.
- MAHAN, Alfred Thayer. The Influence of Sea Power upon History 1660-1783. Boston. Little, Brown and Company. 1890. Disponível em <https://archive.org/details/seanpowerinf00maha>. Acesso em 18/03/2014.
- MAMIGONIAN, Armén. Tecnologia e Desenvolvimento Desigual no Centro do Sistema Capitalista. **Revista de Ciências Humanas**. Florianópolis. Editora da UFSC, vol. 1, nº 2, 1982.
- MAO, Tsetung. **Problemas estratégicos da Guerra Revolucionária na China**. Obras Escolhidas. Pequim. Edições do Povo, 1952. Edições em Língua Estrangeiras, 1975.
- MARTIN L. Ronald; SUNLEY, Peter J. The Transformation of Economic Geography. In: **Economic Geography – Critical Concept in the Social Sciences**. Edited by Ronald L. Martin and Peter J. Sunley. Volume I The Evolving project of economic geography. Londres e New York. Routledge 2008.
- MARX, Karl. **O Capital. Crítica da Economia Política**. Volume I. Livro Primeiro - O Processo de Produção do Capital. Tomo I. 3ª edição. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe, São Paulo. Nova Cultural, 1988.

- _____, Karl. **O Capital. Crítica da Economia Política.** Volume I. Livro Primeiro - O Processo de Produção do Capital. Tomo 2. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe, São Paulo. Nova Cultural, 1996.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã.** 3a Edição. São Paulo. Editora WMF Martins Fontes, 2007.
- MATHEWS, John A. Dragon multinationals: New players in 21st century globalization. In **Asia Pacific Journal of Management.** March 2006, volume 23, Issue1, pp 5-27. Disponível em: http://gul.gu.se/public/pp/public_courses/course50220/published/1330084096876/resourceId/18526810/content/Mathews%20Dragon%20Multinationals.pdf. Acesso em 21 de janeiro de 2014.
- MAZZUCATO, Mariana. **O Estado Empreendedor. Desmascarando o mito do setor público vs. setor privado.** Tradução Elvira Serapicos. 1ª edição. São Paulo. Portfolio Penguin. 2014.
- MEGALE, Januário Francisco. Max Sorre. **Coleção Grandes Cientistas Sociais.** Editora Ática S.A. São Paulo, 1984.
- MILLIGAN, Roberto Guerra. Trade Secrets: Intellectual Piracy and the origins of American Industrial Power, Doron S. Bem-Atar, New Haven, Yale University Press, 2004. 281 pp. In: Problemas del Desarrollo. **Revista Latino Americana de Economia.** Instituto de Investigaciones Económicas. Vol. 36, numero 140. Universidad Nacional Autónoma de México. México/DF. Janeiro-Março de 2005.
- MIROW, Kurt Rudolf. **A Ditadura dos Cartéis. Anatomia de um subdesenvolvimento.** 3ª edição. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1978.
- MORAIS, Frederic. **La Manufacture de l'Épine (1784-1830): la première Filature mécanique de coton de France.** Dissertação apresentada à Universidade de Evry. Catálogo da Biblioteca da Universidade de Evry. 2007. Disponível em https://univevry-summon-serialssolutions-com.bibliopam-evry.univ-evry.fr/#!/search?bookMark=ePnHCXMw42LgTQStzc4rAe_hSuFkUPNJVMhNzCsFrdQvLUpVSElVyFFXcC0AtqIUNAzNLUx0gcnKQJObQc7NNcTZQ7cUtCKhrKgyHjqAAZokNTEE3aVOQAEAD8UliQ. Acesso em 14/09/2015.
- MORRIS, Charles R. **Os Magnatas: Como Andrew Carnegie, John D. Rockefeller, Jay Gould e J.P. Morgan inventaram a supereconomia Americana.** Tradução de Edmundo Barreiros. 3a edição. Editora LPM. Porto Alegre, 2007.
- NAN, Liu Xiao; LEI, Cao. **The Rapid Development of Chinese Heavy Truck Industry: Adapted Porter's Diamond Model Study.** 2013. Disponível em: <http://uu.diva-portal.org/smash/get/diva2:618998/FULLTEXT01>. Acesso em 08/10/2015.
- NELSON, Richard R. **As Fontes do Crescimento Econômico.** Tradução Adriana Gomes de Freitas. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2006.
- NYE. Jr, Joseph S. – **The paradox of American Power – Why The World's only superpower can't go it alone** – Oxford University Press – New York , 2002.

O'BRIEN, Richard. **Global Financial Integration: The end of Geography**. New York. Council of Foreign Relations Press, 1992.

_____, Richard; Keith, Alasdair. The Geography of Finance: after the storm. **Cambridge Journal of Regions, Economy and Society**. 2009. Disponível em <http://www.outsights.co.uk/library/25/EndofGeographyrevisited>. Acesso em 18/03/2014.

OCTAVIANI, Alessandro. **Estudos, Pareceres e Votos de Direito Econômico**. Editora Singular. São Paulo. 2014.

OLIVER, Nick; HOLWEG, Matthias e LUO, Jianxi. 2009. The past, presente and future of China's automotive industry: a value chain perspective. **International Journal of Technological Learning, Innovation and Development**. Vol 2, no 1-2, p. 76-118. 10.1504/IJTLID. 2009.021957. Disponível em: <http://www.research.ed.ac.uk/portal/files/7765689/Oliver.pdf>. Acesso em 15/09/2015.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **OECD Science, Technology and Industry Outlook. 2014**. Disponível em: http://www.oecd-ilibrary.org/science-and-technology/oecd-science-technology-and-industry-outlook-2014/china_sti_outlook-2014-42-en. Acesso em 07/10/2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento**. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-ao-Desenvolvimento/declaracao-sobre-o-direito-ao-desenvolvimento.html>. Acesso em 26/08/2015.

_____. China in a Globalizing World. United Nations Conference on Trade and Development. Geneva. 2005. Disponível em https://books.google.com.br/books?id=TP1ydgamOKQC&pg=PA179&lpg=PA179&dq=china%C2%B4s+car+industry+export&source=bl&ots=DySPCWV8v9&sig=_WI1Exv7b-CcQMKlkUkxgK9yvtvg&hl=pt-BR&sa=X&ved=0CGwQ6AEwDGoVChMInLqfqK-vyAIVhEOQCh3QPggL#v=onepage&q=china%C2%B4s%20car%20industry%20export&f=false. Acesso em 07/10/2015.

OXFORD DICTIONARY OF NATIONAL BIOGRAPHY. Disponível em <http://www.oxforddnb.com/view/article/13507>. Acesso em 07/10/2015.

PECK, Jamie. **Constructions of Neoliberal Reasons**. Oxford University Press. 2010.

PIMENTA, Eduardo Sales. **Código de Direitos Autorais ante os Tribunais e Acordos Internacionais**. São Paulo. Editora Lejus. 1998.

- PIMENTEL, Luiz Olavo. **Direito Industrial. As funções do Direito de Patentes.** Porto Alegre. Editora Síntese, 1999.
- POLANYI, Karl. **The Great Transformation. The Political and Economic Origins of Our Time.** 2a. Edição da Beacon. Boston. Beacon Press, 2001.
- POMERANZ, Kenneth. Chinese Development in Long-Run Perspective. **Proceedings of the American Philosophical Society.** Vol. 152, n. 1 (Mar.2008), pp. 83-100. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/25478470>. Acesso em 15/09/2015.
- POSNER, Richard A. e LANDES, William M. **The Economic Structure of Intellectual Property Law.** Cambridge Massachusetts and London England: The Belknap Press of Harvard University Press, 2003.
- POSNER, Richard A. Intellectual Property: The Law and Economics Approach. In **Journal of Economic Perspectives** – Volume 19, Number 2 – Spring 2005 – pages 57-73. Disponível em <http://people.ischool.berkeley.edu/~hal/Courses/StratTech09/Lectures/IP/Papers/posner05.pdf>. Acesso em 05/03/2014.
- POSO, Antonio Toledo. **A siderurgia brasileira e mundial: o desenvolvimento desigual recente.** 2015. 295 pg. Tese de doutorado defendida no Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, defendida em 02/02/2015.
- RANGEL, Ignácio. A história da dualidade brasileira. **Revista de Economia Política**, Vol.1, nº 4, outubro-dezembro/1981.
- REISS, Seth M. **Commentary on The Paris Convention for the Protection of Industrial Property.** 2008/2010. Disponível em <http://www.lex-ip.com/Paris.pdf>. Acesso em 16/02/2014.
- RICHET, Xavier; HUA, Wang; WEI, Wang e MOLLET Magalie. L'investissement direct étranger dans l'industrie automobile chinoise. **Perspectives Chinoises**, n. 67 (septembre – octobre 2001), p. 40-47. French Centre for Research on Contemporary China. Disponível em http://www.jstor.org/stable/24071343?&seq=1#page_scan_tab_contents. Acesso em 07/10/2015.
- ROBERTS, John. A. G. **História da China.** Lisboa. Editora Texto e Grafia. 2011.
- SANTOS, José Nicolau dos. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná.** Volume 4, n. 0. 1956.
- SANTOS, Milton. Relações Espaço-temporais no mundo subdesenvolvido. In: **Seleção de Textos 1** – Dezembro de 1976. Disponível em http://www.miltonsantos.com.br/site/wp-content/uploads/2011/12/Relacoes-espa%C3%A7o-temporais-no-mundsubdesenvolvido_MiltonSantos1976SITE.pdf. Acesso em 14/03/2014.

- _____, Milton. A revolução tecnológica e o Território: Realidades e perspectivas. In: **Terra Livre**. nº 9. São Paulo: AGB, julho – dezembro de 1991. P. 7-17.
- _____, Milton. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo. Editora Hucitec. 1996.
- _____, Milton. **Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal**. 6ª edição. Rio de Janeiro. São Paulo. Editora Record, 2001.
- _____, Milton. **Por uma Geografia Nova. Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 6ª edição. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- _____, Milton. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método. In: **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP, 2008 [1977], págs. 21ss.
- SANTOS. Theotonio dos. **Revolução Científico-Técnica e Acumulação do Capital**. Tradução de Jaime Clasen. Editora Vozes. Petrópolis. 1987.
- SCHLACKMAN. Steve. How Mickey Mouse keeps changing Copyright Law. **ArtLaw Journal**. February 15, 2014. Disponível em <http://artlawjournal.com/mickey-mouse-keeps-changing-copyright-law/>. Acesso em 21/09/2015.
- SLAUGHTER, Anne-Marie. International Relations, Principal Theories. In: **Max Planck Encyclopedia of Public International Law**. Wolfrum, R. Editor. Oxford University Press. 2011. Disponível em http://www.princeton.edu/~slaughtr/Articles/722_IntlRelPrincipalTheories_Slaughter_20110509zG.pdf. Acesso em 18 de agosto de 2013.
- SMIERS. Joost. **Imagem um mundo sem direitos de autor**. 2011. Disponível em <http://joostsmiers.nl/wordpress/wp-content/uploads/2011/03/imaginem-um-mundo-sem-direitos-de-autor-.....pdf>. Acesso em 03/01/2014.
- SOUZA, Jonas Dias de. A relação entre a Geografia e o Direito: notas bibliográficas. **Revista do Departamento de Geografia – USP**, Volume 25 (2013), p. 285-307.
- SCHUMPETER, Joseph A. **História da Análise Econômica**. Volume 3. Tradução de Alfredo Moutinho do Reis, José Luis Silveira Miranda e Renato Rocha. 1ª edição. Rio de Janeiro, São Paulo e Lisboa. Editora Fundo de Cultura S/A, 1964.
- SCUDELER, Marcelo Augusto. **A propriedade industrial e a necessidade de proteção da criação humana**. Disponível em: http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/recife/politica_marcelo_scudeler.pdf. Acesso em 05 de janeiro de 2014.
- STEFANELI, Eduardo José. **Engenharia Reversa. Discussão sobre validade e legalidade desta prática**. In: <http://www.stefanelli.eng.br/webpage/a-engenharia-reversa.html>. Acesso em 15/03/2014.

- STIGLITZ, Joseph Eugene. É hora de questionar as patentes. **Outras Palavras**. São Paulo. 13/07/2013 Disponível em: <http://outraspalavras.net/posts/stiglitz-e-hora-de-questionar-as-patentes/>. Acesso em 05/02/2014.
- TANG, Rachel. The Rise of China's Auto Industry and Its Impact on the U.S. Motor Vehicle Industry. Congressional Research Service. 7-5700. www.crs.gov. R4092A – **CRS Report for Congress**. November 16, 2009. Disponível em <https://www.fas.org/sgp/crs/row/R40924.pdf>. Acesso em 29/09/2015.
- TOZI, Fabio. **Rigidez normativa e flexibilidade tropical. Investigando os objetos técnicos no período da globalização**. 262 f. Tese apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em Geografia. São Paulo, 2012.
- UEDA, Thiago Vinicius Alves. A entrada dos veículos comerciais leves chineses: uma ameaça à hegemonia das grandes marcas ? In: **Journal of Transport Literature**. Manaus. Vol. 7, n. 1, p. 83-102, Jan, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/jtl/v7n1/v7n1a05.pdf>. Acesso em 26/08/2015.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista**. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- WEBER, Max. **História Geral da Economia**. Tradução Calógeras A. Pajuaba. São Paulo. Editora Mestre Jou. 1968.
- Website AEHSC. Disponível em <http://aehsc.chez.com/france19eme.htm>. Acesso em 07/10/2015.
- Website China.org.br. Top 10 automakers in China 2011. Disponível em http://www.china.org.cn/top10/2012-02/10/content_24604448.htm. Acesso em 06/10/2015.
- WEISS, Ivano Grüdtner, **A indústria automobilística genuinamente brasileira**. Estudo de caso da Gurgel e Irap – Monografia apresentada à Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Design – habilitação em design gráfico – Florianópolis 2006.
- WIPO – World Intellectual Property Organization.
http://www.wipo.int/wipo_magazine/en/2010/06/article_0010.html
http://www.wipo.int/export/sites/www/ipstats/en/wipi/2014/pdf/wipi_2014_key_figures.pdf.
http://www.wipo.int/ipstats/en/statistics/country_profile/countries/cn.html
http://www.wipo.int/ipstats/en/statistics/country_profile/countries/br.html.
http://www.wipo.int/ipstats/en/statistics/country_profile/profile.jsp?code=IN
- WU, Tim. **Impérios da Comunicação: do telefone à internet, da ATT&T ao google**. Tradução Cláudio Carina. Rio de Janeiro. Editora Zahar, 2012.